



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2024 - 2028

RESOLUÇÃO Nº 001/2024-CONSUP

Porangatu/2024

Para Recredenciamento da

FACULDADE IMPACTO DE PORANGATU

Município de PORANGATU
Estado de GOIÁS

Porangatu/2024

Mantenedora: **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO NORTE GOIANO LTDA - ME**
CNPJ: **28.492.687/0001-49**

Registro na Junta Comercial: **52 20461391-7**

Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: mazulkieliche@yahoo.com.br

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

Mantida: **FACULDADE IMPACTO DE PORANGATU- FIP** Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: faculdadeimpactoporangatu@gmail.com

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

Sumário

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	11
2 PERFIL INSTITUCIONAL	13
2.1 Missão	13
2.2 Valores	13
2.3 Opções estratégicas	13
2.4 Diretrizes	14
2.5 Breve Histórico da FIP	14
3 OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO	17
3.1 Objetivo Geral	17
3.1.1 Objetivos Específicos	18
3.2 Metas	18
a) Cronograma de prazos para execução das referidas Metas:.....	20
b) Áreas de Atuação da FIP	21
1) Relação da Missão com a Área de Atuação	21
c) Programa de implantação de cursos de graduação	22
d) Programas Especiais de Formação Pedagógica	22
4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)	24
4.1 Inserção Regional	24
4.2 O Município de Porangatu	25
a) População	26
b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu	28
4.2.1 Dados Geográficos de Porangatu	31
4.3 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição	32
4.3.1 Princípios das práticas acadêmicas	33
4.3.2 Perfil dos Egressos	33
4.3.3 Metodologias de Ensino	34
4.3.4 Recursos Tecnológicos	35
4.3.5 Flexibilidade dos Componentes Curriculares	36
4.3.6 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos	37
4.3.7 Planejamento Didático-Instrucional e Política de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação	38
4.4 Políticas de Ensino	42
4.4.1 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação	

.....	43
a) Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)	46
b) Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	47
4.5 Política para a Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural	48
a) Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a valorização do meio ambiente, da memória cultural, da Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e do patrimônio Cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	50
b) Linhas de Pesquisa	56
c) Incentivo e Divulgação das Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e	
d) Articulação dos Temas Transversais	58
e) Transmissão dos Resultados para a Comunidade	59
f) Práticas Investigativas	59
4.6 Política Institucional para a Modalidade EaD	60
a) Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático.	61
4.7 Políticas de Extensão.....	63
a) Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Extensão	64
b) As políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas para a extensão da FIP estão assentadas nas seguintes Diretrizes:	65
4.7.1 Coordenação de Extensão	68
4.8.2 Responsabilidade Social da Instituição	72
5 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	76
5.1 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI.....	76
5.1.1 Programação de abertura de novos Cursos de Graduação	76
5.1.2 Programação de abertura dos Cursos de Pós-graduação (<i>Lato Sensu</i>)	76
5.1.3 Programação de abertura dos Cursos de Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	77
5.1.4 Programação de Abertura dos Cursos de Extensão.....	77
5.2 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas.....	78
a) Planejamento das Atividades.....	78
c) Acompanhamento, Planejamento, Avaliação e Execução do Trabalho Docente	78
5.2.1 Perfil dos egressos	82
5.2.2 Seleção de Conteúdos.....	84
a) Seleção dos Currículos	87
5.2.3 Princípios Metodológicos.....	88

a) Práticas Pedagógicas Inovadoras	89
5.2.4 Processo de Avaliação da aprendizagem	91
5.2.5 Descrição do Sistema de Avaliação em EaD.....	94
a) Atividades de Avaliação Presencial	96
b) Atividades Interativas/Online	97
c) Acompanhamento das Atividades Avaliativas Online.....	97
d) Aprovação na Disciplina e no Módulo	99
5.2.6 Atividades Práticas Profissionais, Complementares e Estágios	99
5.2.7 Estágio Curricular	100
5.2.8 Atividades Complementares.....	101
5.2.9 Inovações Significativas	102
5.2.10 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos	103
5.2.11 Avanços Tecnológicos	104
6 CORPO DOCENTE/TUTOR.....	105
6.1 Requisitos de Titulação e Regime de Trabalho	105
6.1.1 Titulação.....	105
6.1.2 Regime de Trabalho	106
6.1.3 Experiências no Magistério Superior e Experiência Profissional Não Acadêmica	107
6.1.4 Critérios de Seleção e Contratação.....	108
6.1.5 Política de Participação de Docentes em Eventos	109
6.1.6 Plano de Carreira e políticas de qualificação	110
6.1.6.1 Capacitação e Formação Continuada para o Corpo de Tutores.	114
6.1.7 Procedimentos para substituição eventual dos Professores/tutores do Quadro	115
6.1.8 Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho do docente/tutor	115
6.1.9 Cronograma de expansão do corpo docente da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP)	117
7 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	118
7.1 Critérios de Seleção e Contratação	118
7.2 Políticas de Qualificação.....	119
7.3 Plano de Cargos e Salários.....	121
8 CORPO DISCENTE	123
8.1 Formas de Ingresso	123
8.1.1 Graduação.....	123
8.1.2 Pós-graduação.....	124

8.1.3 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro.....	124
8.1.4 Organização Estudantil	126
8.1.5 Núcleo Psicopedagógico de Assistência ao Discente e Docente – NUPAD.....	126
8.1.6 Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos	128
8.1.7 Participação em Eventos.....	129
8.1.8 Acompanhamento de Egressos.....	130
8.2 Política Institucional para Internacionalização	132
Não está previsto para o quinquênio deste PDI, a internacionalização, a política de internacionalização será iniciada quando da solicitação de transformação para Centro Universitário, onde será implantada a comissão responsável por cooperação e intercâmbios.	
9 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	133
9.1 Política de Gestão.....	133
9.1.1 Estrutura Organizacional e Instâncias de decisão.....	136
9.1.2 Organograma Institucional e Acadêmico.....	137
a) Modelagem Organizacional	137
b) O Organograma da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP”:	138
c) Órgãos Colegiados da Faculdade:	139
9.1.3 Divulgação das Decisões dos Colegiados	143
9.1.4 Autonomia da IES em Relação à Mantenedora	143
9.1.5 Políticas de Comunicação Interna e Externa.....	144
9.1.6 Relacionamento com o Mercado e Sociedade	149
9.1.7 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	150
9.1.8 Ouvidoria.....	151
a) Áreas impactadas e sistemas relacionados	153
b) Avaliação e Controle	153
10 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	154
10.1 Políticas de Autoavaliação Institucional.....	154
10.2 Metodologia	155
10.3 Dimensões	155
10.4 Instrumentos	156
10.5 Formas de Participação da Comunidade e Atuação da CPA	156
10.6 Projeto de Acompanhamento e Avaliação.....	158
10.7 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	158
10.8 Composição e atribuições da CPA.....	159

11 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	160
11.1 Infraestrutura Física Existente.....	160
11.2 Laboratórios	161
11.2.1 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	161
11.2.2 Laboratório de Informática, Recursos Multimídia e Recursos Tecnológicos.....	162
11.2.3 Infraestrutura Tecnológica.....	163
11.2.4 Infraestrutura de Execução e Suporte	170
11.2.5 Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.....	171
11.2.6 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	173
11.3 Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos	175
11.3.1. Atualização e expansão dos moveis e utensílios	176
11.3.2 Instalações Acadêmicas	178
11.3.3 Instalações Administrativas	178
11.3.4 Áreas de Convivência e Infraestrutura para o desenvolvimento de Atividades Esportivas, de Recreação e Culturais	179
11.3.5 Instalações para docentes e coordenação do curso	179
11.3.6 Anfiteatro	179
11.3.7 Instalações Sanitárias.....	179
11.3.8 Infraestrutura de Segurança	180
11.3.9 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais.....	180
11.3.10 Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Prioritário.....	183
11.4. Ensino de LIBRAS – Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005	185
11.4.1. Serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, contemplando novas tecnologias ..	186
11.5. Plano de Acessibilidade.....	187
11.6 Biblioteca.....	188
a) Formas de atualização, expansão do acervo e políticas de utilização da biblioteca	188
b) Implementação das políticas de atualização do acervo no âmbito do curso.....	190
c) Informatização da consulta ao acervo	191
d) Horários de funcionamento.....	192
e) Bibliotecária	192
f) Políticas de utilização da biblioteca.....	192
11.7 Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva	195
11.8 Política de guarda e manutenção do acervo acadêmico	196
12 DEMOSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	198
12.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira.....	198

12.1.1 Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna	199
12.1.2 Políticas de Captação e Alocação de Recursos	200
12.1.3 Políticas Financeiras e Orçamentárias	200
12.2 Previsão Orçamentária	201
12.3 Planos de Investimentos	202
13 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	207

*“Felix aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina”*

Cora Coralina

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é uma instituição particular, situada à Rua 15 N. 27, Qd 34 Lt 34 – CEP: 76.550-000 Porangatu – Estado: GO. A IES é mantida pelo Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA – ME (CNPJ: 28.492.687/0001-49), pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porangatu e está registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob nº 52 20461391-7.

A FIP tem como MISSÃO *“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”*.

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Sua população segundo o censo de 2022 era de 44.317 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviário brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.317 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 242.003 habitantes em 2022 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

Em 2022, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,88%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 de 246 e 107 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país

todo, ficava na posição 3288 de 5570 e 2051 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O imóvel onde funcionará a IES é alugado.

Os cursos presenciais relacionados ao Credenciamento da IES para o primeiro ano de funcionamento foram os cursos de Bacharelado em Administração, (100 vagas) Ciências Contábeis (100 vagas) e o de Engenharia Civil (100 vagas) conforme PDI 2019-2023.

Os cursos à distância relacionados ao Credenciamento da IES em Educação a Distância (EaD) foram os cursos de Licenciatura em Pedagogia (400 vagas), CST em Gestão de Segurança Privada (400 vagas), CST em Gestão Pública (400 vagas) e o CST em Gestão de Recursos Humanos (400 vagas) conforme PDI 2019-2023.

Depois foram autorizados os seguintes Cursos na modalidade presencial: AGRONOMIA Portaria nº 1.084 de 24/09/2021 publicada no D.O.U. em 27/09/2021; BIOMEDICINA Portaria nº 1.110 de 01/10/2021 publicada no D.O.U. em 04/10/2021; MEDICINA VETERINARIA Portaria nº 1.524 de 08/12/2021 publicada no D.O.U. em 10/12/2021; PSICOLOGIA Portaria nº 327 de 15/01/2022 publicada no D.O.U. em 28/01/2022; ENFERMAGEM Portaria nº 37 de 31/03/2023 publicada no D.O.U. em 03/04/2023 e de FARMÁCIA Portaria nº 518 de 20/12/2023 publicada no D.O.U. em 21/12/2023.

Depois foram autorizados os seguintes Cursos na modalidade de EaD: AGRONEGÓCIO, Portaria nº 440 de 17/11/2023 publicada no D.O.U. em 20/11/2023; GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e SEGURANÇA NO TRABALHO foram autorizados pela Portaria nº 523 de 20/12/2023 publicada no D.O.U. em 21/12/2023.

No ano de 2024 foram autorizados os seguintes Cursos

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Missão

“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”.

2.2 Valores

Os valores da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) foram estabelecidos a partir da premissa de que, em suas bases de gestão administrativa e acadêmica, a valorização da pessoa humana é primordial, reconhecendo-a e respeitando-a em seu processo de aprendizado na busca pelo conhecimento. Para tanto, defende uma **formação humanística**, pautada na instrumentalização do saber para ampliar suas perspectivas no exercício de suas funções.

Entende também que a **ética profissional** resgata, como princípios norteadores, atitudes e comportamentos delineados a partir de decisões coerentes, estabelecidas em forma de regras de boa conduta.

Outra questão igualmente importante é a **responsabilidade social**. A Faculdade entende que suas ações devem alcançar à comunidade, por meio de comportamentos solidários e fraternos na busca por uma sociedade menos desigual.

Mais adiante, para formar sua base de sustentação em relação aos valores, definiu ainda, o **respeito à diversidade**, como princípio aglutinador na busca pela tolerância em relação ao processo de crescimento e pela busca do conhecimento sem fronteiras, independente de sua estrutura social e cultural. Por fim, definiu pela **transparência** em todas as suas ações, sendo essa uma vertente a ser incorporada a partir dos demais valores.

2.3 Opções estratégicas

- Crescimento;
- Gestão e organização de processos;

- Gestão de pessoas;
- Excelência acadêmica;
- Excelência no atendimento a toda comunidade.

2.4 Diretrizes

- Que sejam desenvolvidas ações e políticas com a finalidade de captar e fidelizar alunos;
- Que os processos internos sejam padronizados, organizados, gerenciados e aprimorados;
- Que os colaboradores sejam treinados, orientados, acompanhados e supervisionados para que tenham condições de identificar as melhorias necessárias e incentivados para o aprimoramento do seu desempenho profissional e dos processos acadêmicos e administrativos;
- Que o planejamento institucional e os procedimentos acadêmicos promovam a excelência acadêmica por meio de metodologias eficazes e inovadoras, voltadas para aprendizagem ativa e significativa;
- Que o atendimento seja eficiente e eficaz no sentido de deliberar de forma adequada, rápida e coerente em todas as situações.

2.5 Breve Histórico da FIP

A Mantenedora (Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA - ME) da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP), com de mais de 10 anos trabalhando com ensino Médio, Educação de Jovem e Adultos (EJA) Ensino Profissionalizante e pré-vestibular, nasceu de uma ação desafiadora direcionada para a ressignificação do modelo educacional através de um processo humanizador e com os conhecimentos das grandes carências sociais e de ensino de Porangatu e da região. Nesse sentido, observaram o grande vácuo que existe no ensino, principalmente no que tange a área tecnológica do Estado de Goiás, contando com uma estrutura sólida, principalmente pela proposta séria no tocante ao ensino e extensão. Aberta à participação da população, visando à difusão de conquistas e benefícios da criação cultural e tecnológica, tem como missão a atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais e cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida,

participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e ampliando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem.

Colocando-se em prática a diretriz de que a expansão do ensino superior brasileiro deve ser feita dentro dos padrões de qualidade que assegurem o seu aprimoramento, fez-se necessário estabelecer critérios bem definidos para a instalação da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP). Deste modo está se propondo a continuar servindo à comunidade gerando conhecimento e recursos importantes para o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural, mas não exclusivamente da região em que se localiza, mas, com uma proposta contemporânea, levar ao Centro-Oeste uma entidade preocupada com a qualidade de ensino e com a extensão.

Assim, a FIP se coloca no compromisso de continuar desenvolvendo um processo de produção de conhecimento, pautado em princípios éticos, condição essencial que oriente para a formação de seres humanos completos e capazes de contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e equânime na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.

Vale ressaltar que a FIP foi Credenciada, na modalidade presencial, pela Portaria nº 1.081 de 02/06/2019 publicada no D.O.U. em 03/06/2019 e foram vinculados 3 Cursos ao Credenciamento sendo eles: Administração, Ciências Contábeis e Engenharia Civil autorizados pela Portaria nº 316 de 01/07/2019 publicada no D.O.U. em 04/07/2019.

Dois anos depois a FIP foi Credenciada em EaD pela Portaria nº 673 de 25/08/2021 publicado no D.O.U. em 27/08/2021 e foram vinculados 4 Cursos ao Credenciamento sendo eles: CST em Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Segurança Privada; Gestão Pública e Pedagogia autorizados pela Portaria nº 1150 de 16/10/2021 publicada no D.O.U. em 19/10/2021.

Em seguida, foram autorizados os seguintes Cursos na modalidade presencial: AGRONOMIA Portaria nº 1.084 de 24/09/2021 publicada no D.O.U. em 27/09/2021; BIOMEDICINA Portaria nº 1.110 de 01/10/2021 publicada no D.O.U. em 04/10/2021; MEDICINA VETERINARIA Portaria nº 1.524 de 08/12/2021 publicada no D.O.U. em 10/12/2021; PSICOLOGIA Portaria nº 327 de 15/01/2022 publicada no D.O.U. em 28/01/2022;

ENFERMAGEM Portaria nº 37 de 31/03/2023 publicada no D.O.U. em 03/04/2023 e de FARMÁCIA Portaria nº 518 de 20/12/2023 publicada no D.O.U. em 21/12/2023.

Ainda no ano de 2023, foram autorizados os seguintes Cursos na modalidade de EaD: AGRONEGÓCIO, Portaria nº 440 de 17/11/2023 publicada no D.O.U. em 20/11/2023; GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e SEGURANÇA NO TRABALHO foram autorizados pela Portaria nº 523 de 20/12/2023 publicada no D.O.U. em 21/12/2023.

Neste mesmo ano os cursos de Bacharelado em Engenharia Civil, Ciências Contábeis e Administração passou por processo de Reconhecimento.

No ano de 2024, foram autorizados os seguintes cursos na modalidade EaD: SERVIÇO SOCIAL, Portaria nº 452 de 02/09/2024, publicada no D.O.U. em 03/09/2024. ADMINISTRAÇÃO, Portaria nº 521 de 19/09/2024, publicada no D.O.U. em 20/09/2024. EDUCAÇÃO FÍSICA, (Licenciatura), Portaria nº 521 de 19/09/2024, publicada no D.O.U. em 20/09/2024. ESTÉTICA E COSMÉTICA, Portaria nº 521 de 19/09/2024, publicada no D.O.U. em 20/09/2024. Na modalidade Presencial foi autorizado o curso de ODONTOLOGIA, Portaria nº 590 de 01/11/2024, publicada no D.O.U em 04/11/2024.

Também no ano de 2024 a Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, recebeu a avaliação para Reconhecimento o curso de Pedagogia (EaD).

3 OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO

3.1 Objetivo Geral

A Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) é um estabelecimento particular de ensino superior, que busca “Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”. Para alcançar este objetivo, a FIP promove uma educação superior que historicamente atende a uma população que dispõe, em sua maioria, somente do período noturno para frequentar um curso superior. A Educação a distância ampliou a oferta de ensino superior, em seu planejamento a FIP foi credenciada para oferta de cursos em EaD. Por outro lado, a qualificação profissional que a FIP proporciona, contribuirá com a melhoria dos índices de desenvolvimento sociais de Porangatu e região.

A área de atuação da FIP será expandida através do tempo. No entanto, a exigência de novos profissionais para o mercado de trabalho local e regional certamente motivará a abertura novos cursos voltados para outras áreas.

A FIP busca oferecer a seus alunos uma formação sólida, articulada com as novas tecnologias de aprendizagem e com o mercado de trabalho. Estas ações certamente permitirão aos futuros egressos uma melhoria na interação com a sociedade com responsabilidade social, além permitir uma melhoria na condição econômica, individual e familiar.

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional da **FIP** estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da Graduação e da Tecnologia, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência dessa concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos na IES devem conferir-lhe

terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região e do país.

Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

3.1.1 Objetivos Específicos

- I. Democratizar o acesso e permanência na Educação Superior à população da região.
- II. Desenvolver profissionais e especialistas nas diversas áreas de formação da FIP, aptos à inserção no mercado de trabalho e a participar no desenvolvimento da sociedade.
- III. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, segundo a ética e os princípios democráticos que devem reger a vida em sociedade.
- IV. Incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.
- V. Estender as ações educacionais e a pesquisa aplicada à comunidade por meio de programas e serviços especiais.
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, difundindo o saber por meio de ações educacionais, publicações e outras formas de comunicação.
- VII. Estimular o espírito empreendedor dos profissionais e promover sua autonomia intelectual para a aprendizagem permanente.
- VIII. Promover o intercâmbio educacional no âmbito científico e tecnológico entre instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.
- IX. Propiciar meios de valorização do pessoal docente, técnico e administrativo, por meio de programas de educação continuada e políticas de incentivos.

3.2 Metas

As metas do PDI da FIP para o quinquênio 2024 a 2028 são:

1. Consolidar a expansão dos cursos de graduação e especialização realizada no período de vigência do PDI 2024-2028, através da implantação e implementação de laboratórios específicos e expansão do acervo da biblioteca.
2. Implementação de formas de flexibilização curricular e interdisciplinaridade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.
3. Implementação do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs no processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação e especialização.

4. Ampliar a participação dos alunos em ações de extensão, contribuindo para a sua formação acadêmica.
5. A abertura de cursos de graduação à distância sendo eles:
Em 2024, Terapia Ocupacional;
Em 2024, Teologia (Licenciatura);
Em 2025, Ciências Contábeis;
6. Abertura de novos na modalidade presencial sendo:
Em 2024, Terapia Ocupacional.
7. Solicitação de processo para Transformação da FIP em Centro Universitário.
8. Abertura de novos cursos de especialização presencial e a distância.
9. Promoção e estímulo a atividades culturais e ações que preservem o patrimônio cultural e histórico.
10. Implementar programas e projetos institucionais de extensão e outros, em parceria com órgãos e instituições públicas e privadas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais.
11. Implementar processo de avaliação interna, em consonância com a missão institucional por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA.
12. Implementar política de comunicação e marketing institucional, que deem visibilidade às ações da Instituição.
13. Incentivar os núcleos de atividades de cunho tecnológico e cultural, para atender a especificidades de processo educativo.
14. Implementar Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos e de Desenvolvimento de Docentes, constantes neste PDI, como objetivo de qualificar docentes e o quadro técnico/administrativo, com oferta de curso e programas de intercâmbio com outras instituições e atualização tecnológica, compatível com os interesses institucionais.

Para atingir as metas acima definidas foram previstas estratégias e ações, destacando-se a implantação de:

1. Solicitação de novos Cursos nas modalidades presencial e em EaD;
2. Construção de laboratórios e aquisição de equipamentos para os laboratórios dos cursos, assim como do acervo bibliográfico para os cursos. Estas ações estão previstas durante o tempo de vigência do PDI.
3. Os projetos pedagógicos apresentarão disciplinas optativas permitindo que os currículos possam ser flexibilizados dentro dos cursos de graduação oferecidos.
4. Implementação dos Núcleos Integradores nos cursos de graduação presenciais e a distância. Todos os cursos executarão atividades baseadas em discussão sobre temas que envolverão as disciplinas do semestre ou temas específicos como, por exemplo, a discussão de temas ambientais. Este projeto contará com o Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvida pela equipe de TI da FIP.
5. Aumento de vagas nos programas de extensão.
6. Cursos superiores (de graduação e tecnológicos) a distância da FIP que terão os pedidos de autorização previstos para o período 2024 a 2025.

7. Solicitação de processo para Transformação da FIP em Centro Universitário.
8. O fomento na criação e na produção cultural, com apoio na realização de eventos, festivais, exposições, oficinas, concursos e seminários, serão contínuos no decorrer do período.
9. A FIP implantou ações de disponibilização de acesso a acervos e patrimônios culturais e serão contínuos no decorrer do período.
10. Cursos de pós-graduação *lato sensu*;
11. Programa de aproveitamento de competências e experiências anteriores;
12. programas de responsabilidade social, que envolvam a comunidade educacional;
13. ações que possibilitem manter o percentual necessário de docentes com pós-graduação *stricto sensu*, com possibilidade de gradativa ampliação desse percentual até atingir a meta de 75% de professores com titulação de mestre ou doutor e destes o percentual de 35% de doutores;
14. ações que possibilitem garantir um percentual de docentes com dedicação de tempo parcial ou integral maior ou igual a 80%;
15. programas de educação corporativa continuada que busquem atender a, no mínimo, 20% das equipes docente e técnico-administrativa;
16. ações que garantam a aquisição de exemplares por título indicado na bibliografia básica de cada curso, e para as correspondentes bibliografias complementares;
17. sistema integrado de gestão acadêmica e administrativa (Governança Corporativa);
18. projeto de comunicação e marketing institucional;
19. processo de Avaliação Institucional.

a) Cronograma de prazos para execução das referidas Metas:

Metas	2024	2025	2026	2027	2028
Solicitação de novos Cursos nas modalidades Presenciais e em EaD	X	X	X		
Solicitação de processo para Transformação da FIP em Centro Universitário.			X		
Oferta de novos cursos de pós-graduação <i>Lato sensu</i>	X	X	X	X	X
Implementação da curricularização da extensão nos cursos	X	X	X	X	X
Desenvolvimento e implantação de programas de responsabilidade social, que envolvam a comunidade educacional;	X	X	X	X	X
Meta de 75% dos professores de todos os cursos da FIP com, no mínimo, mestrado ou doutorado		X	X		
Desenvolvimento de programas de educação corporativa continuada para, no mínimo, 20% do corpo docente e quadro técnico/administrativo			X		
Acervo que garantam a aquisição de exemplares por título indicado na bibliografia básica, complementar e periódicos de cada curso	X	X	X	X	X

Implementação do sistema integrado de gestão		X			
Implementação de projeto de comunicação e marketing institucional	X	X			
Implementação do processo de Avaliação Institucional	X	X			

b) Áreas de Atuação da FIP

1) Relação da Missão com a Área de Atuação

A Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) é um estabelecimento particular de ensino superior, que busca “Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”. Para alcançar este objetivo, a FIP promove uma educação superior que historicamente atende a uma população que dispõe, em sua maioria, somente do período noturno para frequentar um curso superior. A Educação a distância ampliou a oferta de ensino superior, em seu planejamento a FIP foi credenciada e autorizada a ofertar cursos tanto em presencial quanto em EaD. Por outro lado, a qualificação profissional que a FIP proporciona, contribui com a melhoria dos índices de desenvolvimento sociais de Porangatu e região.

A área de atuação da FIP está sendo expandida através do tempo. Inicialmente, a formação de profissionais nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais é o seu principal objetivo. No entanto, a exigência de novos profissionais para o mercado de trabalho local e regional certamente motivará a abertura novos cursos voltados para outras áreas.

A FIP busca oferecer a seus alunos uma formação sólida, articulada com as novas tecnologias de aprendizagem e com o mercado de trabalho. Estas ações certamente permitirão aos futuros egressos uma melhoria na interação com a sociedade com responsabilidade social, além permitir uma melhoria na condição econômica, individual e familiar.

A Faculdade Impacto de Porangatu oferece cursos presencial e em EaD de graduação, de graduação tecnológica, de pós-graduação, aperfeiçoamento e

extensão em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico da cidade de Porangatu-GO.

- I. Atuar no ensino superior com cursos presenciais e a distância, para formar recursos humanos aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento regional e nacional;
- II. Atuar na formação continuada de seus egressos por meio da oferta de cursos de Pós-Graduação;
- III. Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Em áreas específicas dos cursos da FIP;
- IV. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural na instituição;
- V. Atuar na difusão e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

c) Programa de implantação de cursos de graduação

Dentre os cursos propostos durante a vigência do PDI a FIP solicitará autorização para oferta de cursos de graduação presencial sendo:

Nome do Curso	Habilitação	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Fisioterapia	Bacharelado	100	50	2	Noturno	Sede	2024
Terapia Ocupacional	Bacharelado	100	50	2	Noturno	Sede	2025

Na modalidade a distância, os cursos propostos durante a vigência do PDI, a FIP solicitará autorização a oferta de 3 cursos de graduação sendo:

Nome do Curso	Habilitação	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Terapia Ocupacional	Bacharelado	400	100	4	NSA	Sede	2025
Teologia	Licenciatura	400	100	4	NSA	Sede	2025
Ciências Contábeis	Bacharelado	400	100	4	NSA	Sede	2026

Ao escolher como fio condutor dos cursos uma visão interdisciplinar formativa do profissional para as novas demandas do mercado, objetivou-se explicitamente o comprometimento com a qualificação ao mesmo tempo técnico e pluralista.

Neste sentido, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP busca a Formação de Profissional com visão holística com respeito às relações econômica e Sociais, numa percepção ampla, o que equivale dizer que considera o “mundo

da Escola”, com base humanística e crítico-reflexiva possibilitando a colocação efetiva do formando no mercado.

d) Programas Especiais de Formação Pedagógica

Os programas especiais de formação pedagógica são implementados pela FIP, desde a autorização dos cursos de graduação.

- I. Excelência no ensino de Graduação;
- II. Melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- III. Socialização dos saberes, concepções e metodologias de ensino dos cursos;
- IV. Formação pedagógico-profissional do docente, considerando suas necessidades;
- V. Fortalecimento das tecnologias de informação e comunicação na Educação Superior;

O Programa de Formação Continuada está assim organizado:

- Programa de Formação Continuada: Destinado aos docentes e gestores da FIP. Este programa tem como objetivo propiciar um espaço de reflexão sobre temas de interesse geral dentro do contexto sociopolíticoeducacional da FIP.
- Programa de Formação Continuada dos Docentes Recém-contratados: Nesse programa potencializa-se a inserção dos docentes recémcontratados na dinâmica da FIP em relação à sua Missão, diretrizes administrativas e pressupostos político-pedagógicos e humanos.
- Programa de Formação Continuada dos Coordenadores de Curso: Nesse programa são envolvidos todos os coordenadores. É um espaço que possibilita a reflexão sobre a gestão e a melhoria das relações no âmbito de seu curso.

Programas de Aperfeiçoamento: O programa de aperfeiçoamento desenvolvido pela FIP envolve a comunidade educacional, representando uma oportunidade de iniciação científica para os estudantes e subsidiando os mesmos na concepção e elaboração de seus projetos de trabalho durante o curso.

4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

4.1 Inserção Regional

A instituição de educação superior caracteriza-se pelo aspecto educativo, primeiramente em sentido amplo, enquanto complementadora da formação humana básica, pessoal e social, nas várias dimensões históricas de existência, convívio e aperfeiçoamento, e, em sentido estrito, enquanto promotora e organizadora do ensino, da pesquisa e da extensão, envolvendo-se com a comunidade no âmbito de sua competência e possibilidades.

As últimas estatísticas divulgadas pelo INEP – Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais revelam grandes avanços na área educacional, principalmente se nos detivermos aos números referentes a quantidade, e ao ensino básico.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior¹, o número de matrículas se aproxima da marca de 10 milhões de estudantes na Educação Superior de graduação em 2022. O aumento foi de 5,1%, o maior desde 2015. Com mais de 7,3 milhões de alunos, a rede privada continua crescendo e em 2022 o aumento foi de 6,6%. A rede pública, depois de expressiva queda em 2020, retorna ao patamar pré-pandemia, embora tenha sido registrada uma pequena queda de -0,1% em 2022.

Pode-se notar que as matrículas de graduação vêm aumentando nos últimos anos. Verifica-se crescimento das matrículas tanto na categoria pública quanto na privada.

Os cursos de bacharelado continuam sendo os cursos com o maior número de matrículas, seguidos pelos cursos de licenciatura, que continuam crescendo (crescimento de 1,8% no período analisado), mas de maneira inferior ao bacharelado, que cresceu 2,1% no mesmo período.

Estamos frente a um grande desafio que é fazer essas crianças permanecerem na escola e melhorar a qualidade dessas mesmas escolas. Um dos mecanismos que deverá fazer com que esta realidade se reverta, é a bolsa família do Governo Federal. Este mecanismo deverá proporcionar condições

¹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

destas crianças permanecerem na escola o que fará com que em poucos anos tenhamos um contingente muito grande para os níveis médio e também superior.

Frente a esta realidade, e com a constatação da dificuldade apresentada pelo Governo Federal, em atender toda a demanda do ensino superior no Brasil, o Instituto de Educação do Norte Goiano entende que a continuidade da **Faculdade Impacto de Porangatu**, situada no Município de Porangatu, é de grande relevância para o município, para a região e para o Estado de Goiás.

O continuidade da Faculdade, mas modalidades a distância e presencial, vem ao encontro da necessidade da comunidade da região onde está inserida a Instituição, considerando que é uma instituição de ensino superior a oferecer, cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento no Município de Porangatu, com o objetivo de oportunizar aos jovens da região mais uma opção de atividade profissional, ampliando as oportunidades de se inserir na comunidade, colaborando assim, para a melhoria da qualidade de vida da população.

A Faculdade pretende manter suas atividades alicerçadas por um Projeto Pedagógico Institucional como instrumento orientador de suas atividades, visando sua consolidação e expansão de acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

4.2 O Município de Porangatu

Breve histórico

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Sua população em 2022 era de 45.317 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviário brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Antigamente a região que hoje é chamada de Porangatu era habitada pelos índios Canoeiros. O município começou a ser formado entre 1750 e 1770, época em que o ouro encontrava-se no seu apogeu, por padres que chegaram ao local a fim de colonizar os índios.

Os padres se instalaram a Fazenda Pintobeira de posse do bandeirante João Leite que chegou à região em busca de ouro. A partir de tais pessoas, foi fundada a Igrejinha Nossa Senhora da Piedade.

Outro fator importante na formação do município foi a Guerra do Paraguai de 1865 a 1870 que influenciou na formação de povoados, vilas e arraiais formados por homens convocados a ir à guerra e que fugiram com sua família. Assim surgiu o Povoado de Descoberto da Piedade.

Em 1911, o povoado foi elevado à Distrito pertencente a Pilar de Goiás e em 1933 passou a pertencer a Uruaçu. Em 31 de dezembro de 1943 o distrito passou a se chamar Porangatu (que em tupi significa Paisagem Bela) e em 1948 foi elevado à município. Em 14 de novembro de 1952, o município foi emancipado e elevado a Comarca.

O advento da rodovia BR-153 (Belém - Brasília), em 1958, aumentou a influência do município na região.

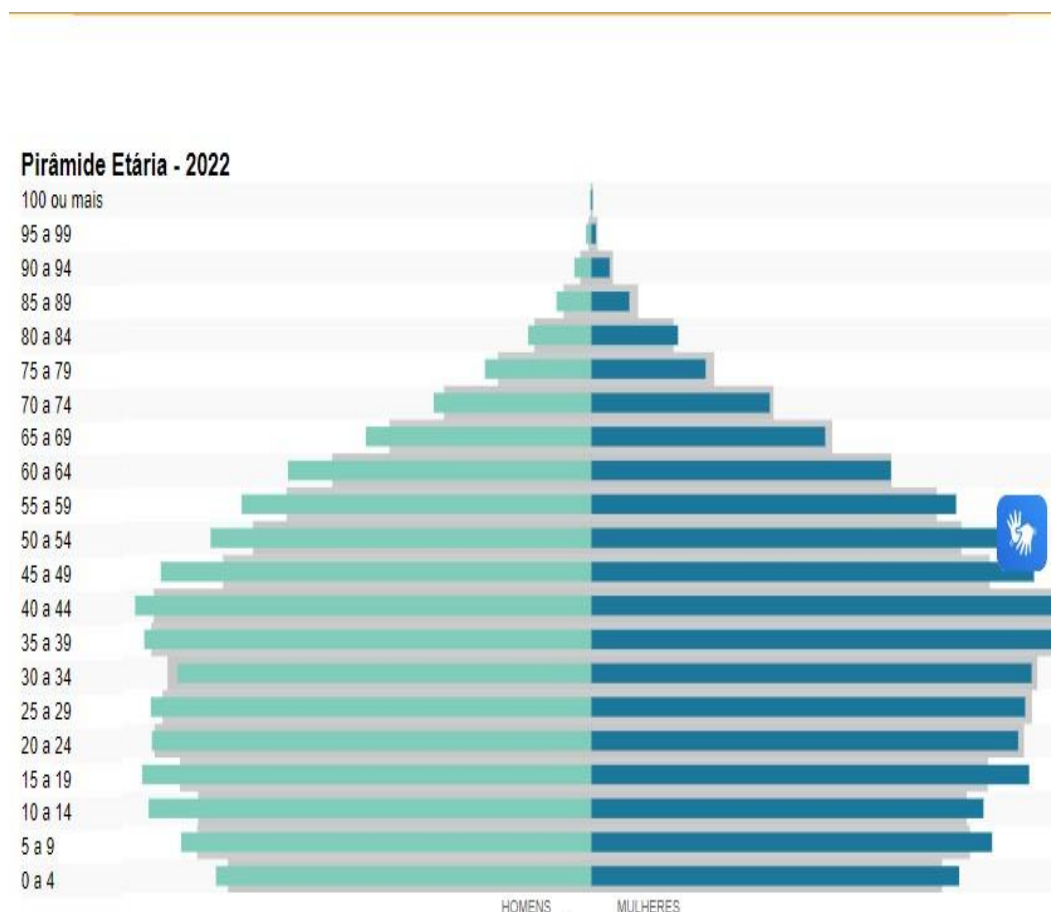
a) População

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.317 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 242.003 habitantes em 2022 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

Em 2022, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,88%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 de 246 e 107 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3288 de 5570 e 2051 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo

por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

A população porangatuense apresenta na faixa etária entre 19 e 34 anos a sua maior população, conforme ilustra a pirâmide etária abaixo:

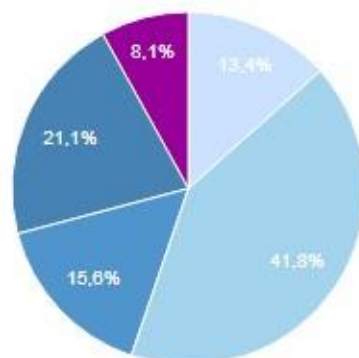


Fonte²: CENSO2022.IBGE.

Nessa perspectiva, é nessa idade em que grande parte dos jovens concluem o Ensino Fundamental e ingressam no Ensino Superior, logo, esse é o público predominante atendido pelas faculdades e universidades públicas e particulares. Conforme estudo ilustrado pelo PNUD, em Porangatu, só 8,1% da população com essa faixa etária concluiu o ensino superior.

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/porangatu/panorama>

**Escolaridade da população
de 25 anos ou mais - 2010**



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Ainda segundo o PNUD, o índice de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano de um município, estado ou país, é medido pela sua potencialidade nos âmbitos da Longevidade, que está relacionado às políticas públicas de saúde, à Educação, e à Distribuição de Renda que relaciona-se à ocupação da população. Assim, aumentar os índices educacionais no município, representa uma melhora na qualidade de vida da população. Uma população com formação profissional está mais apta ao mercado de trabalho, portanto, terá melhores salários, estará mais informada e formada para as necessidades básicas de saúde, bem como apresentará uma maior bagagem cultural.

Em Porangatu, o IDH-M calculado em 2010 é considerado alto, 0,727e tem um alto PNUD/2010.Comparado com os 246 municípios do estado de Goiás Porangatu ocupa o 37º lugar.

Para a manutenção e elevação desse índice, a educação torna-se uma importante aliada.

Em 2022, tinha um PIB per capita de R\$ 31.180,63. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 110 de 246. Já na comparação com cidades do Brasil, sua colocação era de 2005 de 5570.

Em 2022, tinha 74.5% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 181 de 246 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4130 de 5570.

b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP integra-se as demais Instituições existentes no Estado de Goiás e sua ação acadêmica está direcionada para a realidade social, de modo a provocar a implementação de propostas políticopedagógica que se efetivam nas práticas construtoras de novas relações, pautadas no exercício de direitos e, em última análise, nas condições de desenvolvimento da cidadania.

No contexto educacional da região em que se insere a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP que atende às necessidades sociais caracterizadas nos três níveis de ensino, são fatores de destaque:

- A demanda para os cursos e habilitações em nível de formação superior, absorvido pela Instituição;
- Existe um número expressivo de clientela escolar atendida em escolas de educação básica, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; educação de jovens e adultos, estimulada por meio de oportunidades educacionais apropriadas, tais como: acesso gratuito ao Centro de Estudos Supletivos do Estado de Goiás, ou participação em exames promovidos pelo poder público estadual; a educação profissional, oferecida em escolas públicas e particulares aos alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental e médio; o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais por intermédio de escolas e centros de educação especial.

As expressões artísticas em sua maioria vêm presas à história do povoamento regional, buscando evidenciar os mais diferentes grupamentos étnicos que formam sua população.

No estado em 20120, segundo dados do Educacenso/INEP, funcionavam 4.668 escolas distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas do Estado

	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Goiás	Estadual	1.050
	Federal	27
	Municipal	2.455
	Privada	1.136
	Total	4.668

Ainda segundo dados do Educacenso/INEP, 2020 em Porangatu, funcionavam 34 escolas distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas de Porangatu

Porangatu	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
	Estadual	7
	Federal	0
	Municipal	19
	Privada	8
	Total	34

Em Porangatu, somente no ensino médio em 2022, chegou a 1.574 o número de alunos matriculados³ sendo 1.432 alunos da rede pública e 142 da rede privada.

Matrículas por etapa		Matrículas por etapa	
Creche	547 matrículas	Creche	62 matrículas
Pré-escola	798 matrículas	Pré-escola	259 matrículas
+ Anos iniciais	2.345 matrículas	+ Anos iniciais	668 matrículas
+ Anos finais	2.161 matrículas	+ Anos finais	321 matrículas
+ Ensino Médio	1.432 matrículas	+ Ensino Médio	142 matrículas
EJA	288 matrículas	EJA	53 matrículas
Educação Especial	449 matrículas	Educação Especial	89 matrículas

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/5218003-porangatu/censo-escolar>

Para a região de Porangatu, que fazem parte 18 municípios, número de matrículas no ensino médio em 2022 chegou a 7.969. Portanto, se incluirmos aqui todos os matriculados no ensino médio da região chegaremos a um total de 9.543 alunos.

A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Estado de Goiás na gestão 2018-2021 lança como principais focos de ação equidade e excelência. Para o desenvolvimento dessas ações estabeleceu-se as seguintes superintendências:

- Superintendência de Ensino Fundamental
- Superintendência de Ensino Médio

³ Disponível em: http://www.qedu.org.br/cidade/1524-porangatu/censoescolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=

- Superintendência de Programas Educacionais Especiais
- Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças
- Superintendência Executiva
- Superintendência de Desporto Educacional
- Superintendência de Acompanhamento de Programas Institucionais
- Superintendência de Inteligência, Pedagogia e Formação
- Superintendência dos Centros de Ensino em Período Integral □
- Superintendência de Resultados Educacionais

Busca-se com essas superintendências, aliadas à um currículo referência a formação de cidadãos capacitados a responder as avaliações propostas pelo Ministério da Educação, bem como propiciar aos estudantes do estado o acesso a cultura e lazer.

Aliada aos anseios do Estado de Goiás, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP se insere no contexto educacional a fim de formar profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento regional e nacional do município de Porangatu e do estado de Goiás. A formação de profissionais de nível superior contribui para o incremento não só econômico, pois fornecerá mão-de-obra qualificada que fará com que a circulação de renda se acentue, mas também pelo caráter social que propicia ao município, aumentando índices de IDH, bem como propiciando acesso à cultura e educação na busca pela melhora da qualidade de vida da população porangatuense e goiana.

4.2.1 Dados Geográficos de Porangatu

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km². Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 242.003 habitantes em 2022 segundo Ministério da Saúde.

Geografia

Índice Pluviométrico: 167,0 mm por ano

Relevo: planície

Temperatura média anual: 25° C
 Clima: quente e úmido
 Bioma: Cerrado
 Latitude – 13° 26' 27" Sul
 Longitude – 49° 08' 56" Oeste

Superfície e localização

Porangatu está localizada ao norte do Estado de Goiás e ocupa uma área de aproximadamente 4.820,5 km², possui uma geografia contínua, com poucos morros e baixadas, trata-se de uma área aplainada caracterizada por ser uma região do Planalto Central do Brasil.

4.3 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

A identidade de uma instituição se constrói pela rede de relações que a constituem e que, articuladas entre si, a definem e a caracterizam de fato (BOTOMÉ, 1996). A construção histórica da identidade da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP” vem se moldando exatamente por meio desta rede de relações, em que todos os atores envolvidos na vida acadêmica orientam-se por princípios e métodos que devem perpassar as suas ações cotidianas. Assim, os princípios e valores da FIP se expressam:

Na Gestão:

- Gestão participativa, transparente, descentralizada e planejada;
- Qualidade, coerência e eficácia nos processos e nas ações;
- Racionalidade na utilização dos recursos;
- Valorização e capacitação dos profissionais;
- Justiça, equidade, harmonia e disciplina nas relações de trabalho;
- Compromisso socioambiental;
- Respeito à biodiversidade, à diversidade étnico-ideológico-cultural e aos valores humanos.

Nas atividades de ensino e extensão devem primar por:

- Excelência na formação integral do cidadão;
- Universalidade de campos de conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e concepções pedagógicas; □ Equilíbrio nas dimensões acadêmicas; □ Inserção na comunidade.

Para tanto, a práxis pedagógica da FIP, se baseia:

- 1) No binômio teoria/prática que favoreça nos alunos a elaboração de um pensamento capaz de atender as exigências da sociedade brasileira;
- 2) No aprofundamento dos conhecimentos do curso escolhido pelo aluno sem perder de vista o conjunto de informações centrais que permitem a integração de conhecimentos filosóficos, sociais e biopsicológicos no tratamento multidisciplinar dos problemas apresentados;
- 3) No incentivo a atitudes relacionadas com a busca criadora da solução de problemas, acentuando a importância da flexibilidade de estruturas mentais que assegurem a receptividade às mudanças e à modificação da conduta técnico-pessoal-social do profissional da educação.

Além disso, a articulação do ensino com as iniciativas de extensão deverá considerar a aproximação com o mundo do trabalho, não como definidor de suas políticas internas, mas como elemento importante para dupla conscientização:

- a) a do extencionista, ao aceitarem também como desafio acadêmico a busca de soluções para problemas práticos, com a possibilidade de interferir, indiretamente, nas formas de gestão e nas relações de trabalho; e
- b) a do mundo do trabalho, que poderá ser beneficiado com os conhecimentos disponibilizados por essas iniciativas, mas precisará submeter-se às exigências decorrentes do “rigor acadêmico” que, necessariamente, revestem tais atividades.

4.3.1 Princípios das práticas acadêmicas

A construção histórica da identidade da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) vem se moldando exatamente por meio desta rede de relações, em que todos os atores envolvidos na vida acadêmica orientam-se por princípios e métodos que devem perpassar as suas ações cotidianas.

Além disso, a articulação do ensino com as iniciativas de extensão deverá considerar a aproximação com o mundo do trabalho, não como definidor de suas políticas internas, mas como elemento importante para dupla conscientização.

4.3.2 Perfil dos Egressos

A estruturação do perfil dos egressos da FIP leva em conta seus princípios filosóficos e teórico-metodológicos, sua missão e valores. Este processo formativo toma corpo por meio dos projetos pedagógicos dos cursos que tem importância substancial, na medida em que se pretende formar pessoas com

sólida formação geral e moral, conhecedores dos valores éticos, conscientes da valorização do ser humano e do meio ambiente, com domínio pleno dos conhecimentos adquiridos, agentes de integração comprometidos com a sustentabilidade social e com o desenvolvimento da região onde estão inseridos e do país.

Nesta perspectiva, considerando o perfil generalista de seus egressos a FIP na qualidade de provedora da educação superior, almeja contribuir para o crescimento dos contextos de sua atuação, através de ações educativas e a partir do desenvolvimento de políticas afirmativas, equitativas e inclusivas que assegurem o acesso e permanência à formação de nível superior de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento humano, visando a excelência acadêmica, pautada em preceitos éticos, no respeito à diversidade, no respeito aos saberes populares, na eficiência, na preservação da memória institucional, na sustentabilidade social e inovação e responsabilidade socioambiental.

Na formação oferecida pela Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) é considerada na definição do perfil dos egressos a competência para o processo de tomada de decisões, consolidada numa postura ética, na criatividade, na lógica, no raciocínio e na argumentação em um movimento dialético e coletivo, visando equacionar os desafios do contexto social, regional, nacional e internacional, ampliando a aprendizagem como um processo autônomo e continuado.

Para tanto o aluno terá as seguintes características desenvolvidas:

Postura ética, Capacitação técnica, Formação humana, Capacidade para o processo de tomada de decisões.

4.3.3 Metodologias de Ensino

O trabalho a ser desenvolvido pelos docentes buscará incessavelmente a interação dos sujeitos e o conhecimento, o diálogo com o contexto sociocultural, e a formação pautada na busca da autonomia intelectual dos discentes. Desta forma, o planejamento do processo ensino-aprendizagem priorizará através da ação dialógica: a construção, a internalização crítica, a assimilação, a reconstrução de conhecimentos de modo que o projeto educacional expresse sua identidade mediante o planejamento do trabalho docente, possibilitando a

formação de profissionais éticos, críticos, competentes e responsáveis pela construção de projetos e práticas cidadãs.

Concernente a esta proposta a FIP discute e promove a utilização de métodos de acompanhamento e suporte que priorizem espaços de inovação e investigação, além da sala de aula, que permitam a construção de sua identidade, respeitando o direito à diferença, à singularidade, à transparência e à participação de cada curso no projeto institucional, considerando as diversidades culturais, religiosas, políticas, sociais e econômicas presentes no contexto acadêmico.

A metodologia adotada no processo ensino-aprendizagem fundamentará, essencialmente: na pedagogia da possibilidade e da integração; na aprendizagem orientada no sentido de qualificar pessoas capazes de compreender a complexa realidade mundial e contextualizá-la; na reflexão de modo integrado, sobre os diversos e diferentes contextos; no aprendizado ativo destinado a conquistar conhecimento específico e estabelecer associações e articulações pertinentes e adequadas.

O objetivo é criar a partir deste contexto, um ambiente propício à implementação de práticas pedagógicas inovadoras.

4.3.4 Recursos Tecnológicos

Evidencia-se a importante contribuição das diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e disseminar conhecimentos. Ao contar com o apoio dos recursos tecnológicos e os avanços tecnológicos para a evolução da educação na FIP, registra-se a previsão de idealizar e implantar um Laboratório de Ideias, a fim de contribuir para a evolução do conhecimento no campo tecnológico a partir da utilização de novas ferramentas modernas essenciais para a busca por temas atuais.

A IES disponibiliza aos docentes e discentes ferramentas que colaboram com o desenvolvimento e o crescimento relacionados ao uso das tecnologias na educação. O Blog Acadêmico é uma dessas ferramentas que serão oferecidas aos professores/tutores para que possam compartilhar seus textos, artigos, avisos, indicações, revisões de livros e outros.

Além disso a IES conta com salas de multimídia e recursos áudio visuais.

4.3.5 Flexibilidade dos Componentes Curriculares

As estruturas curriculares dos cursos da FIP externarão coerência com as DCNs no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (em detrimento das disciplinas clássicas isoladas e aplicadas), à articulação teoria e prática e a compatibilidade da carga horária total (em horas), devidamente organizada em eixos de formação geral, básica e específica, assim como os conteúdos obrigatórios, eletivos e/ou optativos, às atividades complementares e às atividades desenvolvidas no campo profissional, além de vislumbrar, também, a acessibilidade pedagógica e atitudinal.

Com base na seleção de conteúdos preocupou-se em articular o processo de formação do aluno, proporcionando na elaboração dos currículos, maior comunicação e permeabilidade entre seus diferentes cursos, buscando eixos comuns e disciplinas que permitam a formação ampla dos acadêmicos, com mobilidade entre cursos.

Dois aspectos destacam-se em relação a flexibilização curricular:

1. As matrizes dos cursos contemplarão em parte de sua carga horária disciplinas optativas. Haverá uma lista prevista de disciplinas optativas com suas ementas e bibliografias em cada PPC, procurando abordar diferentes áreas de saber dos cursos e possíveis demandas de formação dos alunos de cada turma ingressante. Os alunos ainda poderão complementar sua formação com disciplinas em outros cursos oferecidos na IES;
2. Como forma de promover uma educação mais flexível e abrangente o PPC dos cursos da FIP foi concebido de maneira a possibilitar a flexibilidade no desenvolvimento dos múltiplos Componentes Curriculares, a saber:
 - Ementas que permitem a atualização constante dos conteúdos programáticos;
 - Componentes curriculares de Atividades Interdisciplinares que permitem a inserção e atualização constante das práticas organizacionais;
 - Componente curricular TCC que permite ao discente realizar estudo em sua área de interesse;
 - Estágio Supervisionado com atuação em organização de interesse do discente;
 - Disciplinas optativas vinculadas às práticas de gestão.

A Flexibilidade e a Interdisciplinaridade para os cursos em Educação a Distância acontecem seguinte forma:

- Da Flexibilidade: a estrutura curricular dos cursos a distância é flexível nos seguintes aspectos:
 - a) não possui pré-requisitos para cursar as disciplinas;
 - b) os alunos escolhem horários de estudo para integralizar a atividade prevista além de ter opção de baixar textos, documentos e arquivos, assistir videoaulas disponibilizados pelos professores/tutores;
 - c) se o aluno reprovar em alguma disciplina ele pode optar por deixar para refazê-la no final do curso, desde que no período máximo de integralização do curso;
 - d) flexibilidade nos horários de realização das provas e estudos,
 - e) acessibilidade em diversas áreas do saber pertinentes ao curso que realiza.
- Da Interdisciplinaridade no Curso: as disciplinas estão distribuídas para o desenvolvimento interdisciplinar dos respectivos saberes dos cursos, visando estabelecer o equilíbrio dos conteúdos ministrados para a formação integral do acadêmico e acontece continuamente em atividades entre disciplinas do curso. A interdisciplinaridade nos cursos a distância ocorre através das atividades que envolvem seminários, visitas técnicas, palestras, simpósios, bem como pelas atividades práticas desenvolvidas.

4.3.6 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

Os cursos são organizados semestralmente para os cursos presenciais e trimestralmente para os cursos em EaD. As matrizes curriculares, bem como as propostas de estágio, atividades complementares e TCC expressas nos PPCs deverão atender rigorosamente as exigências e orientações previstas nas DCNs.

Aos acadêmicos oriundos de outras IES procede-se o aproveitamento de estudos dos componentes curriculares cursados com aprovação e com carga horária equivalente ou superior aos componentes dos cursos da IES, sendo oportunizada ao discente, a possibilidade de transferência interna entre os cursos afins e o aproveitamento de disciplinas cursadas dentro ou fora da casa, nos termos da legislação em vigor.

Em consonância com a LDB (Art. 47, § 2º), a IES oferece aos seus alunos, que demonstrarem extraordinário aproveitamento em componentes curriculares

específicos, a possibilidade de abreviarem a integralização de seus cursos mediante a realização de avaliação em banca examinadora, de acordo com normas próprias.

O aproveitamento de estudos pode ser concedido para o discente transferido e para portadores de estudos de nível superior, na forma das normas fixadas pelo CONSUP, observada a legislação vigente.

Ao aluno transferido é concedido aproveitamento dos estudos realizados com aprovação na instituição de origem, ficando sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias.

4.3.7 Planejamento Didático-Instrucional e Política de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

A educação tem como princípio ser um processo de transformação do indivíduo cujo objetivo é libertar, conscientizar e comprometer a pessoa diante do mundo. Independente de esse processo acontecer na educação formal ou na não formal, na modalidade presencial ou a distância, ele deve contribuir para que a pessoa se torne sujeito, cidadão, independente e autônomo. Para isso, o planejamento pedagógico de todo curso deve ser pensado e elaborado como um processo educativo que não limite o ser humano, mas que lhe dê condições para que possa escolher o seu próprio caminho.

Na educação presencial ou a distância, seja ele de graduação ou de pósgraduação, é preciso que o planejamento didático instrucionais criem disciplinas/cursos que instiguem os alunos, agucem a curiosidade deles apresentando os conteúdos como problemas e desafios que suscitem e mobilizem o envolvimento e motivem a participação. Como o ato de planejar é uma atividade intencional e é por meio dela que se busca determinar fins, é no planejamento pedagógico de um curso que se prevê os conhecimentos a serem desenvolvidos nos alunos. É na realização do planejamento pedagógico que se identifica os objetivos a serem atingidos, os conteúdos que serão trabalhados, selecionam-se recursos e procedimentos para utilizar como estratégias de ação e preveem-se quais instrumentos serão mais adequados para avaliar o progresso dos alunos.

Todas estas etapas são tradicionais do planejamento pedagógico de todo e qualquer curso. Contudo, quando se trata de cursos a distância, o

planejamento tem de considerar elementos próprios da modalidade a distância como, por exemplo, selecionar as mídias que serão utilizadas, ou ainda definir o tipo de curso que será criado.

Neste cenário, embora às vezes sujeita a críticas e crises, esta modalidade de aprendizagem tem se fortalecido por caracterizar-se como processo de ensino que vem garantindo o desenvolvimento, o progresso e a capacitação da sociedade, no contexto global, o que nos sugere que projetos instrucionais sejam melhorados e inovados a fim de atender as necessidades das instituições e dos estudantes da sociedade contemporânea.

Sabedor disso a FIP sempre prima em construir um bom planejamento de curso, seja presencial ou a distância, além de ser centrado no aluno, deve privilegiar as seguintes estratégias para obter a confiança do aluno e estimulá-lo à participação:

- Estabelecer diretrizes claras para a participação do aluno;
- Informar como a participação será avaliada e o peso que receberá na nota final;
- Possuir estrutura flexível e de fácil compreensão;
- Informar sobre o tempo que será necessário para a participação do aluno no curso;
- Possibilitar condições para a criação de uma comunidade virtual de aprendizagem.

Para definir e estabelecer tudo isso, o planejamento didático pedagógico instrucional da FIP é um processo progressivo que se desenvolve numa sequência dinâmica e que está sempre em construção. Para efeito didático, esse processo é dividido em etapas que podem ser estanques ou inter-relacionadas.

PRIMEIRA ETAPA: ESTUDO DO CONTEXTO

Na primeira etapa deve-se realizar um estudo do contexto em que o curso estará inserido. Essa fase consiste basicamente em entender o problema educacional da instituição para a qual o curso será criado, e projetar a melhor solução possível para a situação proposta. Isso é feito por meio da análise contextual, que abrange o levantamento das necessidades educacionais propriamente dito, a caracterização dos alunos e a verificação das restrições

SEGUNDA ETAPA: SELEÇÃO E GESTÃO DAS MÍDIAS

A etapa dois é uma das especificidades do planejamento de cursos a distância. Neste processo estão envolvidas várias reflexões e tomada de decisões que orientarão as próximas etapas do projeto.

São muitas as mídias que podem ser utilizadas na educação a distância. Contudo, diferentes mídias exigem tratamentos diferenciados para um mesmo conteúdo e diferentes situações (públicos, objetivos, tempo de duração do curso, etc.). Tratar todas da mesma forma é um erro. Cada uma tem particularidades que não podem ser esquecidas no momento do planejamento de um curso a distância como, por exemplo, possibilidades e limitações, equipe envolvida e tempo de produção. Cada tipo de mídia requer planejamento cuidadoso e que vai além da disponibilidade dos equipamentos e da definição de seu uso em determinada aula, ou não.

TERCEIRA ETAPA: DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DO CURSO

Após conhecer o contexto em que o curso estará inserido, ter em mãos o diagnóstico da realidade do aluno e ter realizado a seleção das mídias, o próximo passo do planejamento pedagógico é a elaboração dos objetivos educacionais (geral e específicos) do curso.

QUARTA ETAPA: DELIMITAÇÃO DOS CONTEÚDOS

A quarta etapa deve ser realizada de forma crítica com vistas à identificação dos conhecimentos que se mostram essenciais e aqueles que podem ser considerados secundários na fase de aprendizado. Para isto, terá como base o diagnóstico obtido como resultado da etapa um.

QUINTA ETAPA: ELABORAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Estratégias pedagógicas são os meios que utilizamos para facilitar a aprendizagem dos alunos.

Tendo como referência os objetivos e os conteúdos selecionados, a etapa cinco deve articular uma metodologia de ensino-aprendizagem que se caracterize pela variedade de atividades e de recursos didáticos que estimule e motive o aluno

ao estudo. Tais estratégias deverão atender os diferentes níveis de aprendizagem previstos nos objetivos elaborados.

Sendo assim, as estratégias podem ser um forte elemento de motivação para os alunos, pois podem favorecer (ou não) o dinamismo das aulas.

Saber escolher adequadamente e variar as estratégias utilizadas favorece uma série de situações educativas, como:

- Dinamismo nas aulas;
- Participação dos alunos;
- Integração e coesão grupal;
- Motivação e interesse dos alunos;
- Atendimento às diferenças individuais, uma vez que nem todos aprendem da mesma forma;
- Ampliação das experiências de aprendizagem;
- Criatividade do aluno.

SEXTA ETAPA: SELEÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Por fim, na última e sexta etapa do planejamento pedagógico, a seleção dos instrumentos de avaliação da aprendizagem não podem ter o sentido apenas de classificação dos resultados em que se destacam quem foi aprovado ou quem foi reprovado. Em um processo de ensino que privilegia a reflexão, a curiosidade, a investigação e a criatividade dos alunos, a avaliação deverá ter a função de acompanhamento contínuo de forma que a maior preocupação seja com a qualidade da reelaboração e a produção de novos conhecimentos, e não com a quantidade de conteúdos aprendidos.

Dessa maneira, na FIP, pode-se afirmar que, nos cursos o planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação eficiente envolve uma série de cuidados que precisa para um resultado satisfatório, motivar o leitor na temática existente.

PRÁTICAS INVESTIGATIVAS

A instituição procura estimular o desenvolvimento de práticas investigativas, nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, especialmente, nas atividades de elaboração dos trabalhos de conclusão de curso.

Procura, ainda:

- 1 incentivar projetos específicos, mantendo convênio e intercâmbio com instituições congêneres, criando o ambiente ideal para o desenvolvimento de práticas investigativas no intuito de aprimorar a qualidade do ensino e prestar serviços à comunidade;
- 2 estimular e apoiar a iniciação científica, por meio de um programa de iniciação científica, que se traduz em uma atividade de investigação, realizada por estudantes da graduação e da pós-graduação, visando ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade;
- 3 atuar, na área de extensão, identificando situações-problemas na sua região de abrangência, com vistas à oferta de cursos de extensão e da prestação de serviços técnicos nas áreas em que atuar.

4.4 Políticas de Ensino

As políticas de ensino buscam dar sentido às práticas pedagógicas de ensino da instituição e ao mesmo tempo são diretrizes gerais de desenvolvimento dos cursos que serão implementados.

Para a consolidação do ensino, a Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) norteia seu projeto de ensino pelo cultivo da cultura da construção do conhecimento. Seu ponto de partida é a contemporaneidade e a mudança paradigmática que o nosso tempo vive quanto à própria essência do conhecimento.

A FIP se consolida como uma organização “aprendente” que deverá incorporar o conhecimento certo na hora certa. Nela os gestores estarão envolvidos na difícil, porém imprescindível tarefa de conhecer o conhecer, desenvolver o ensinar a ensinar e incorporar o auto didatismo do aprender a aprender.

Entre as políticas de ensino destacam-se as seguintes:

- I. Valorizar as práticas pedagógicas que estabeleçam relação entre teoria e prática;
- II. Desenvolver práticas interdisciplinares em todos os âmbitos do ensino;

- III. Investir e valorizar a formação continuada dos profissionais da FIP e dos alunos, promovendo desenvolvimento de cursos de capacitação, pósgraduação *lato sensu*;
- IV. oferecendo incentivos para a continuação dos estudos;
- V. Incentivar e valorizar o desenvolvimento de práticas avaliativas formativas continuadas como propostas de melhoria da qualidade da formação dos educandos;
- VI. Investir na capacitação e formação pedagógica dos professores/tutores com o objetivo de melhorar as práticas de ensino em sala de aula;
- VII. Organizar os currículos de forma flexível, com o objetivo de dar maior oportunidade aos educandos para buscar conhecimentos em algumas temáticas de maior interesse. Isso poderá ser feito por meio de oferta de maior número de disciplinas optativas, oportunidade de complementação curricular em outros cursos, etc;
- VIII. Promover o desenvolvimento de gestão democrática nos cursos, no sentido de promover a participação de professores/tutores, gestores e alunos para debater a qualidade do ensino oferecido e os resultados obtidos nos processos de avaliação interna e externa;
- IX. Incentivar a participação dos professores/tutores e alunos em eventos científicos oferecidos pela instituição e por outras instituições;
- X. Investir em práticas de ensino inclusivas que atendam tanto aos alunos especiais, como aos alunos oriundos de grupos excluídos (étnicos, socioeconômicos, etc);
- XI. Promover a avaliação interna contínua dos cursos de graduação e pósgraduação;
- XII. Investir na oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialmente nas áreas de atuação da FIP;
- XIII. Fortalecer os NDEs dos cursos no sentido de dotar-lhe de autonomia para estudar e apresentar propostas de melhoria nos PPCs.

4.4.1 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação

As políticas para o ensino e as ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação da FIP estão assentadas nas seguintes diretrizes e *princípios pedagógicos*:

- I Implantação do Plano Anual de Atividades de Gestão do Curso (PAAGC), do Relatório Semestral de Atividades de Gestão do Curso (RSAGC) e do Relatório Semestral de Atividades Docentes (RSAD), com o fim de promover o autoconhecimento, supervisionamento, atualização e desenvolvimento das atividades do curso, cabendo ainda, às coordenações de cursos, a apresentação do Relatório de suas Atividades de Gestão do Curso (RAGC), além do Calendário Acadêmico Semestral de Atividades do Curso (CASAC), contendo o cronograma e sistematização das atividades;

- II Em outra frente, os cursos de graduação da FIP, em articulação com o PDI, destinarão parte de suas horas à formação do perfil institucional, a ser impresso em todos os alunos, envolvendo conteúdos de embasamentos gerais em suas matrizes curriculares, tais como: Embasamentos Tecnológicos da Informação e Comunicação, objetivando desenvolver no aluno o uso da escrita e informática nos processos de interação; Embasamentos Econômicos, Políticos e Legais, objetivando os conhecimentos políticos, econômicos, legais e noções básicas de direitos humanos, satisfazendo as exigências contidas nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012, de 30 de maio de 2012). Fundamentos das Ciências Sociais e do Comportamento, objetivando o estudo das relações homem/sociedade, aspectos culturais e sociais; Embasamentos Filosóficos, e de Responsabilidade Socioambiental, objetivando o estudo de aspectos filosóficos, éticos e ecológicos afetos ao desenvolvimento humano, pretendendo ainda, orientar os alunos em seus posicionamentos na sociedade; Embasamentos Multiculturais e Sociodiversidade, que abrange também outros temas transversais relacionados às políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a igualdade das minorias sociais, objetivando entre vários outros aspectos a exercitação do respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras), a solidariedade e a paz entre povos e nações, atendendo aos requisitos legais e normativos do MEC, pois contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/ CP Nº 01 de junho de 2004), de igual forma está inclusa a Educação Ambiental, que é integrada de modo transversal e permanente nos demais componentes curriculares dos cursos, nos termos da Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, e por fim, os Embasamentos Éticos e Profissionais, que abrange os embasamentos científicos e filosóficos sólidos, que tratam da moral, dos valores dos relacionamentos homem/sociedade a fim de efetivar na prática profissional a dimensão teórica adquirida no período de faculdade. No penúltimo e último período, como componente curricular obrigatório em todos os cursos, é solicitado aos acadêmicos a construção de um trabalho autoral de conclusão de curso (TCC), objetivando a externalização do amadurecimento intelectual e do grau de familiaridade destes com a sua área de formação. No bojo dos cursos, é ofertada também a disciplina de “Libras” que atende aos requisitos legais e normativos do MEC, e, portanto, faz parte da estrutura curricular de todos os cursos de graduação da FIP (Dec. Nº 5.626/2005), prevista como componente curricular obrigatório para os cursos de licenciatura e componente eletivo para os outros cursos da FIP. Além desse núcleo estruturante, conforme o PDI é ofertado, por meio do Programa de Nivelamento, as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Informática e Raciocínio Lógico e Quantitativo, com o objetivo de

robustecer ainda mais a capacidade e competência dos alunos no estudo das demais disciplinas.

- III Com o apoio dos Recursos Tecnológicos a FIP incentiva ações de interatividade (professor e aluno) com o meio digital, para as quais, destaca-se o compromisso desta em incentivar e treinar os docentes e alunos para o uso dos recursos do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA e AVP): Moodle, como suporte tecnológico inovador;
- IV Atendendo aos Princípios Metodológicos e Práticas Inovadoras, a FIP prevê a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial: serão disciplinas integrantes do currículo dos cursos superiores de graduação, que poderão ser ofertadas integral ou parcialmente, desde que não ultrapasse o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso conforme prevê a legislação;
- V Conforme previsão no PDI, a FIP incentivará e apoiará a constituição e estruturação do Laboratório de Informática (multidisciplinar) e os laboratórios específico de cada curso seja presencial ou em EaD, de modo a fortalecer seu caráter acadêmico, fazendo destes um dos indicadores da qualidade do ensino ministrado por ela;
- VI A FIP incentiva a curricularização da extensão, dentro das suas possibilidades, de maneira que possam contribuir para o fortalecimento do ensino, sob a forma de cursos, prestações de serviços, consultoria, assessoria e outras modalidades de ações extensionistas, científicas, culturais e tecnológicas estando de acordo com Resolução CNE/CES Nº 07 de 18/12/2018;
- VII A FIP incentiva e implanta o Programa de Monitoria (remunerada ou não). Sendo ela remunerada a contrapartida poderá ocorrer mediante redução do valor da mensalidade do curso e/ou declaração de carga horária na categoria de atividade complementar.
- VIII A FIP incentiva a implementação e institucionalização do Diretório Acadêmico, órgão de apoio administrativo e pedagógico e de decisão, representado pelo corpo discente, com regimento próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus membros. Além da representação estudantil no Diretório Acadêmico, os discentes terão espaço de representação nos principais órgãos deliberativos e consultivos da Instituição, como nos Colegiados de Curso (CC), no Conselho Superior (CONSUP) e na Comissão Própria de Avaliação (CPA), inclusive com a participação de egressos, e representação em classe.
- IX A FIP incentiva a implementação do Programa de Acompanhamento dos Egressos.
- X Para a formação de recursos humanos está institucionalizado a Política de Capacitação e Qualificação Docente da FIP, disposta no Plano de Capacitação e Qualificação Docente (PCQD), sob a forma de capacitação em serviços, desenvolvidos de acordo com a seguinte formatação: Semana Pedagógica; Reuniões de estudos estratégicos; Congressos; Seminários, além de incentivar a formação continuada dos docentes por meio dos programas de pós-graduação (lato e stricto sensu), com previsão de algumas prerrogativas facilitadoras para a formação;

- XI Também está institucionalizado a Política de Capacitação e Qualificação do Pessoal Técnico-Administrativo, disposta no Plano de Capacitação e Qualificação Técnico-Administrativo (PCQTA), com o objetivo de fomentar o aperfeiçoamento e qualificação técnico-profissional de seu pessoal técnico-administrativo;
- XII Em observância ao princípio da publicidade das informações, a FIP manterá permanente atualizado o seu site institucional e o seu Calendário Acadêmico, de forma a garantir um intercâmbio eficiente das informações necessárias ao cotidiano acadêmico, bem como manterá também sistematizado, na íntegra, o Manual do Aluno, além de disponibilizá-lo para consulta no balcão da Secretaria de Controle e Registro Acadêmico, juntamente com o Caderno de Orientações ao Aluno e demais documentos de interesse do aluno.

a) Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação (Lato Sensu)

Fazem parte das políticas de ensino dos Cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*), as ações acadêmico-administrativas articuladas aos cursos de graduação, no que couber, sobretudo, a implementação de programas que visam à melhoria da qualidade dos cursos num processo contínuo de acompanhamento dos seus respectivos Projetos Pedagógicos a qualificação da comunidade local e regional, inclusive de todos os atores da sua comunidade acadêmica, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas e das atividades de ensino, extensão, iniciação científica.

As políticas para o ensino e as ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação (*lato sensu*) da FIP estão assentadas nas seguintes diretrizes e *princípios pedagógicos*:

- a. Desenvolver ao longo dos próximos cinco anos, o Programa de Pós-Graduação (*lato sensu*), conforme o seu cronograma;
- b. Preparar profissionais de alto nível para o desempenho de atividades de elevada complexidade no mercado de trabalho;
- c. Contribuir para a formação de especialistas, a fim de suprir às necessidades mais eminentes da região, centradas na carência de mão de obra qualificada, inclusive dentro dos quadros da própria FIP, no intento de contribuir para o desenvolvimento regional de Porangatu e demandas sociais regionais.

Com esta concepção a FIP, por meio de sua política de ensino para os cursos de pós-graduação (*lato sensu*), busca estabelecer estratégias capazes

de assegurar a melhoria da qualidade de seus programas, a qual merece destaque a implantação de cursos de especialização focados nos interesses dos concluintes da graduação, visando prioritariamente a continuidade de sua formação acadêmico-profissional, bem como atendendo na mesma proporção as demanda da comunidade externa, cujas necessidades serão permanentemente consideradas pela IES em articulação com os egressos.

Assim, em linhas gerais, as políticas para os programas de pós-graduação compreendem:

- a. Adequar às condições de infraestrutura e apoio necessários ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação;
- b. Implantar a pós-graduação (*lato sensu*) como objetivo essencial para a expansão acadêmica, priorizando projetos interdisciplinares e integradores do conhecimento;
- c. Robustecer a pós-graduação (*lato sensu*), identificando áreas preferenciais para implantação de novos cursos de que apresente alternativas inovadoras, aproveitamento das potencialidades e afirmação da necessidade de consolidação da FIP para a região;
- d. Usar a pós-graduação como instrumento revitalizador para a melhoria dos cursos de graduação, dos programas de extensão e de iniciação científica da instituição.

b) Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*)

Fazem parte das políticas de ensino dos Cursos de Pós-Graduação (*stricto sensu*), as ações articuladas aos cursos de graduação, no que couber.

As políticas de ensino e as ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) da FIP estão assentadas nas seguintes diretrizes e *princípios pedagógicos*:

- a. Desenvolver ao longo dos primeiros cinco anos, o **Programa de PósGraduação *stricto sensu***, de acordo com orientações constantes neste documento, tendo em vista a situação de condição (buscará, por meio de ações articuladas, parcerias e convênios interinstitucionais com universidades e campos de pesquisas);
- b. Preparar profissionais de alto nível para o desempenho de atividades de ensino e pesquisa;
- c. Contribuir para a formação de especialistas, mestres e doutores, a fim de suprir principalmente às necessidades da própria FIP, no intento de oferecer um quadro de docentes mais qualificados, particularmente

comprometidos com o desenvolvimento regional de Porangatu e demandas sociais regionais.

Assim, em linhas gerais, as políticas para os programas de pós-graduação compreendem:

- a. Implantar a pós-graduação *stricto sensu* como objetivo essencial para a expansão acadêmica, e ampliação da titulação do seu corpo docente;
- b. Robustecer a pós-graduação *stricto sensu*, identificando áreas preferenciais para o desenvolvimento das potencialidades e afirmação da necessidade de consolidação da FIP para a região;
- c. Implementar e fortalecer as relações de cooperação e parceria com programas de pós-graduação *stricto sensu* de outras instituições;
- d. Usar a pós-graduação como instrumento revitalizador para a melhoria dos cursos de graduação, dos programas de extensão e de iniciação científica da instituição.

4.5 Política para a Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural

Em linhas gerais, a iniciação científica é uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por alunos de cursos de graduação e pós-graduação, nas diversas áreas do conhecimento, sendo pela lógica do termo “iniciação”, seu primeiro contato com a prática. Logo, qualquer abordagem que tenhamos da realidade, no sentido de construção de novos conhecimentos, pode ser visto como iniciação científica. O ser humano é racional, tem questionamentos sobre a realidade e busca respostas ou soluções para essas questões. A pesquisa pressupõe o questionamento sobre um assunto e a tentativa de buscar soluções para o mesmo.

No universo da prática universitária, por meio da pesquisa acadêmica, como a escrita acadêmica, a apresentação de resultados em eventos, a sistematização de ideias, a sistematização de referenciais teóricos, a síntese de observações ou experiências, a elaboração de relatórios e demais atividades envolvendo o ofício de pesquisador, o aluno tem a oportunidade de ser um coadjuvante na produção de novos conhecimentos.

Nesse diapasão de possibilidades, a política para a iniciação científica, tecnológica, artística e cultural na FIP objetiva agregar valor ao currículo do aluno, respondendo a um dos quesitos de excelência na formação universitária, a fim de construir um perfil profissional almejado pela sociedade e o mundo do trabalho. De acordo com a definição de Demo (2006), são desenvolvidos dois

eixos de incentivo ao trabalho de investigação científica na IES: a construção do conhecimento, como ação *sinequa non* do ensino superior, a partir do entendimento da pesquisa como princípio educativo; e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e da cultura, a partir da compreensão da pesquisa acadêmica como princípio científico.

A iniciação científica, tecnológica, artística e cultural é vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações. Por sua vez, os cursos terão autonomia para definirem suas linhas de pesquisa, considerando as áreas de concentração definidas pelo CNPq e/ou outras de interesse local e/ou regional. As atividades e suas linhas de pesquisa são desenvolvidas dentro de um espírito verdadeiramente científico, crítico e formativo, organizado a partir de uma interrogação sobre a dimensão política, as implicações socioeconômicas e a natureza ideológica de toda e qualquer ordem jurídica.

Assim, a prática da iniciação científica, tecnológica, artística e cultural deve perpassar a estrutura curricular dos cursos, de modo a contribuir para o desenvolvimento de formas de pensamento que assegurem o poder crítico, construtivo e independente. Ela deve levar o aluno não só a observar a realidade, mas também a dialogar com ela e a agir sobre ela, através de ações que evidenciam o trabalho científico, tecnológico, artístico e cultural.

A iniciação científica, tecnológica, artística e cultural é um desafio e um compromisso social da FIP, na perspectiva de contribuir qualitativamente para o ensino, conforme princípio balizador expresso na parte inicial da missão, “Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas...”, bem como objetivo supremo apresentado na sua visão de “Afirmar-se no âmbito regional como melhor instituição de ensino superior formadora de recursos humanos”.

Considerando a importância de adotar medidas para a perfeita implementação das atividades de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural da FIP, sobressaindo ao desafio lançado e honrar com o compromisso social estabelecido, no que tange ao Estímulo à Produção Científica, a FIP

buscará consolidar a implementação e o fortalecimento de uma política sistemática, persuasiva e resiliente.

Nesta perspectiva a FIP apresenta as diretrizes e ações acadêmicoadministrativas para a Iniciação Científica e de Estímulo à Produção Científica para o quinquênio de vigência do PDI (2024 a 2028), o qual servirá de instrumento norteador do fazer científico, aproveitando o universo da prática universitária, enquanto incentivadora da produção intelectual de discentes e docentes. De modo articulado, as estruturas curriculares devem potencializar o espírito criativo e investigativo dos alunos na busca de soluções para problemas sociais correlacionados a sua área de formação.

a) Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a valorização do meio ambiente, da memória cultural, da Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e do patrimônio Cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

As atividades acadêmico-administrativas da FIP incidentes sobre a iniciação científica, tecnológica, artística e cultural serão geridas pelo Núcleo de Iniciação Científica e Extensão (NICE), órgão suplementar de apoio acadêmico.

O NICE atua de forma articulada com as coordenações de cursos e órgãos colegiados, e estará responsável pela coordenação de todas as atividades de iniciação científica e de extensão, bem como pelas atividades tecnológicas, artísticas e culturais afetas aos cursos de Graduação e PósGraduação FIP, inclusive aquelas relacionadas às políticas de proteção dos direitos da pessoas com o transtorno do espectro autista, de educação ambiental e desenvolvimento sustentável, de direitos humanos e as de combate ao racismo e as diversidades étnico-raciais das discriminação, em todas as suas formas, bem como na produção de materiais, participação em anais de eventos, encontros acadêmicos, seminários, fóruns, projetos comunitários, serviços especializados e promoção de ações tecnológicas, artísticas e culturais.

Cabe ao NICE, por meio da implantação do Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural, receber as propostas de projetos, as analisará, hierarquizando-as segundo sua classificação e relevância às linhas básicas de trabalho estabelecidas, a fim de submetê-las aos órgãos colegiados competentes.

O Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural, terá por objetivos introduzir e desenvolver ações de competência do NICE, articuladas aos cursos de graduação e pósgraduação, proporcionando uma formação que vai além da prática profissional, oportunizando o surgimento de novas ideias e propostas.

DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

As atividades de iniciação artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções da comunidade acadêmica são sustentadas por uma política institucional que contempla:

- 1- a valorização da produção artística e cultural como atividade acadêmica;
- 2- a ampliação das ações de expressão artística e cultural no ambiente interno da Instituição e em sua comunidade externa;
- 3- o incentivo à produção cultural sustentável;
- 4- a promoção de eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;
- 5 a cooperação, por meio dos órgãos de promoção à cultura da Instituição no processo de desenvolvimento educacional e cultural;
- 5- o desenvolvimento de estratégias para a produção, distribuição e difusão produção artística;
- 6- o estímulo aos docentes e aos estudantes para participação em concursos culturais e artísticos internos e externos;
- 7- a promoção e a divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- 8- a ampliação das ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural;
- e
- 9- a hospedagem de ações que fortaleçam o compromisso com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural.

As ações propostas pelos cursos serão planejadas e implantadas pelas coordenações respectivas, com a colaboração de suas respectivas equipes de docentes, de forma coerente com a organização curricular dos cursos que contemplam, em maior ou menor grau, a formação artística e cultural. As

propostas serão elaboradas visando proporcionar aos discentes, possibilidades de transposição de conhecimentos para as práticas desenvolvidas, motivando o envolvimento e a participação em todas as etapas de execução.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais regionais, à promoção da sustentabilidade e da inclusão.

As ações de promoção da sustentabilidade ambiental são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

No âmbito operacional, a Instituição adota e estimula boas práticas na defesa do meio ambiente em seu cotidiano, por meio da utilização racional de energia, com opção por lâmpadas de baixo consumo, separação de resíduos para posterior coleta seletiva e práticas corretas para descarte de resíduos químicos.

A FIP afirma e reforça comprometimento com a promoção da sustentabilidade, da inclusão e de redução das desigualdades, por meio de ações extensionistas organizadas e conduzidas pelas coordenações de seus cursos e programas, bem como práticas pedagógicas, de caráter educacional ou extensionistas, articuladas aos projetos pedagógicos dos cursos e respectivos planos de ensino, com base nos princípios de:

- 1- intensificar as relações da Instituição com os diversos setores da sociedade;
- 2- estimular na comunidade interna a vocação para o compromisso, a responsabilidade e a participação social;
- 3- aprimorar o compromisso social da Instituição com a sociedade;
- 4- ampliar a implantação de programas, projetos e ações planejadas de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade, com envolvimento de professores, discentes e funcionários, tanto por meio de iniciativas institucionais quanto pelas atividades acadêmicas e de extensão dos cursos e programas;

- 5- disseminar o compromisso social da FIP, organizando fóruns de discussões com instituições públicas, privadas e ONGs, com foco nos temas atuais de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e de experiências com projetos sociais; e
- 6- ampliar as ações em Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP observa e contempla, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos graduação (presencial e a distância), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

A FIP compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais e à promoção igualdade étnico-racial.

As ações de promoção de igualdade étnico-racial são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP observa e contempla as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos graduação (presencial e a distância), de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP integra a Educação Ambiental nos conteúdos e metodologias das disciplinas ofertadas em todos os seus cursos graduação (presencial e a distância), de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.

POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Mesmo sendo uma entidade vinculada à iniciativa privada, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP cumpre, sempre que aplicável, com todas as exigências relativas ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012

No que tange a iniciação científica, além das ações propostas a esta, os PPC's de todos os cursos da FIP em consonância com o PDI, prevê, como componente obrigatório, o oferecimento da disciplina "Metodologia Científica", objetivando o estímulo a iniciação científica dos alunos.

As políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas para a Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural da FIP estão assentadas nas seguintes diretrizes e princípios pedagógicos:

- a) Desenvolver, com qualidade e eficiência, o Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural;
- b) Promover a articulação entre ensino, iniciação científica e extensão;
- c) Desenvolver uma variada programação da difusão científica, tecnológica, artística e cultura, na prestação dos serviços, na oferta de cursos de extensão, seminários, simpósios e encontros com os mais diversos profissionais. Para complementar, promoverá a abertura da Biblioteca, do Laboratório (multidisciplinar), os laboratórios específicos de cada curso, seja presencial ou em EaD, e outras dependências à comunidade externa para o atendimento às solicitações diversas da comunidade, por meio de suas organizações, com a oferta de cursos extensão gratuitos e com as mais variadas programações (semana pedagógica, encontros de IC, semana pedagógica, congressos e outros desta natureza);
- d) Despertar a vocação científica do corpo discente e docente dos cursos de graduação e pós-graduação, estimulando e incentivando as atividades de iniciação científica para o aumento qualitativo da produção científica por meio de ações de pesquisa acadêmica, como a escrita acadêmica de

artigos científicos; a apresentação de trabalhos de científicos; a apresentação de resultados em anais científicos, nacionais e internacionais; a sistematização de ideias; a sistematização de referenciais teóricos; a síntese de observações ou experiências; a elaboração de relatórios e demais atividades envolvendo o ofício de pesquisador;

- e) Buscar parcerias de iniciação científica com outras Instituições, propondo a formalização de convênios, quando relacionados à sua área de competência, procedendo ao seu acompanhamento e supervisão;
- f) Editoração de uma revista científica para veiculação dos resultados da iniciação científica na instituição e para trabalhos científicos em geral;
- g) Contratação de professores (doutores e mestres), em número suficiente, para coordenação e realização de projetos de iniciação científica;
- h) Desenvolver uma política de estruturação suficiente e de aumento do acervo bibliográfico, a partir de pesquisas de interesse na área dos cursos com a participação de alunos e docentes;
- i) Promover a divulgação das atividades de iniciação científica (Produção de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, relatório de iniciação científica, propriedade intelectual depositada ou registrada, bem como de produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes, realizadas pelos alunos e professores/tutores.), de modo a complementar a estrutura curricular dos cursos e potencializar o espírito criativo e investigativo dos docentes e discentes na busca de soluções para problemas sociais correlacionados a sua área de formação, visando incentivar e ao mesmo tempo propor uma formação sistêmica na qual a autonomia intelectual seja desafio permanente nos projetos dos cursos.
- j) Zelar pela adequação da infraestrutura da FIP e da informatização dos ambientes de uso dos docentes e discentes para as atividades de iniciação científica;
- k) Estimular à captação de recursos para fortalecer o Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural;
- l) Premiar alunos e professores/tutores que se destacarem no campo da iniciação científica, oferecendo aos alunos bolsa de estudos e/ou declaração de carga horária na categoria de atividade complementar, e aos professores orientadores, programa de pagamento de horas de orientação, bem como intenciona oferecer bolsas de capacitação ou licença remunerada em programas stricto sensu, e/ou descontos de valores nas mensalidades de cursos de programas lato sensu ofertados pela própria instituição;
- m) Propiciar a promoção de intercâmbio científico, tecnológico, artístico e cultural com instituições congêneres, entidades governamentais e órgãos interessados;
- n) Propor avaliação interna se for o caso, para fins de melhoria da qualidade dos projetos de iniciação científica;

- o) Propiciar a realização de simpósios destinados ao debate de temas científicos, e;
- p) Promover a divulgação dos resultados das práticas de pesquisas realizadas em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros.

São objetivos e metas da Política para a Iniciação Científica:

- a) Despertar o espírito crítico: A pesquisa é um processo de conhecimento da verdade e demanda habilidade de observação, comparação, síntese, generalização e, por isso, colabora para o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo tão necessário aos acadêmicos. A Iniciação Científica contribui na formação de futuros pesquisadores e com o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que os conhecimentos obtidos podem ser incorporados aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. O acadêmico que desenvolve um projeto de Iniciação Científica passa de um receptor de conhecimento a construtor do próprio saber.
- b) Incentivar os vários tipos de pesquisas científicas: A FIP buscará incentivar os diversos tipos de estudo, sejam eles qualitativos ou quantitativos sempre articulados com as linhas de pesquisas estabelecidas para cada curso. Nesse sentido, o ato de pesquisar, observar e refletir desenvolve nos acadêmicos, habilidades importantes para o processo de aprendizagem, devendo ser estimulado.
- c) Vivenciar todas as etapas que envolvem a produção científica: O Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural, oportunizará aos acadêmicos vivenciar todas as etapas da produção científica.

Na mesma vertente, evidencia-se a importante contribuição das diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e disseminar conhecimentos. Ao contar com o apoio dos recursos tecnológicos e os avanços tecnológicos para a evolução da educação na FIP, registra-se a previsão de idealizar é implantar um **Laboratório de Ideias**, a fim de contribuir para a evolução do conhecimento no campo tecnológico a partir da utilização de novas ferramentas modernas essenciais para a busca por temas atuais.

Por fim, vale ratificar que conforme provisionado nesse instrumento, as atividades de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural são aproveitadas, no que couber como créditos para as Atividades Complementares ou, quando for o caso, para o Estágio Supervisionado e/ou Prática Supervisionada. Esse aproveitamento será disciplinado por meio de norma específica contida nos Regulamentos de Atividades Complementares e Estágio

Supervisionado. Frisa-se também que cada curso terá abertura para oferecer seus próprios projetos de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, conforme sua área do conhecimento e de atuação, que poderão ser desenvolvidos de forma independente ou interdisciplinar entre si.

b) Linhas de Pesquisa

A Iniciação Científica se destina a alunos de graduação da FIP e tem como finalidade o desenvolvimento orientado de projetos de pesquisa através de um planejamento adequado, desenvolvido e aperfeiçoado cientificamente para esta finalidade.

As linhas de pesquisa que a FIP e os Cursos implantarão no Programa de Iniciação Científica, refere-se à extensão universitária, ou seja, a conciliação da pesquisa com a promoção da cidadania. Esta Linha de Pesquisa contará com a participação de professor-orientador e / ou professor-pesquisador e bolsista(s) de iniciação científica.

c) Incentivo e Divulgação das Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural

As atividades de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural da FIP são aquelas relacionadas à produção de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos. Os projetos são coordenados por professores/tutores com experiência acadêmica e em pesquisa, podendo contar com professores/tutores colaboradores externos. Ratificando, todos os projetos de iniciação científica, projetos por grande área do conhecimento, serão acompanhados pela coordenação do Núcleo de Iniciação Científica e Extensão (NICE), conforme regulamento próprio.

Para o incentivo à produção acadêmica de forma geral, a FIP conta com o apoio da Mantenedora, da Diretoria Acadêmica, da Coordenação de Cursos e da Coordenação do Núcleo de Iniciação Científica e Extensão (NICE). Os projetos de Iniciação Científica são desenvolvidos de forma teórica e empírica. Como suporte de bases empíricas para a produção acadêmica, a FIP conta com os trabalhos dos alunos realizados em pesquisa de campos e com o engajamento dos mesmos, em projetos de pesquisa realizados pelos

professores/tutores, e em atividades desenvolvidas nos Laboratórios dos cursos. Uma das prerrogativas da FIP visando à produção da iniciação científica é a adoção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), precedida de um projeto de pesquisa, com orientação de professores/tutores e apresentação oral perante banca examinadora.

Visando avançar na pesquisa científica, o Núcleo de Iniciação Científica e Extensão (NICE), por meio de uma comissão científica, poderá selecionar os melhores projetos de trabalhos de conclusão de curso, com o objetivo de estimular os alunos a aprofundar na investigação científica, contribuindo com o conhecimento científico e a sua divulgação por meio de revista eletrônica e impressa da instituição.

Conforme as possibilidades financeiras, a FIP poderá oferecer bolsas de estudos para os alunos que se destacarem nas atividades de iniciação científica, bem como para a atividade de monitoria, que poderá ocorrer mediante redução do valor da mensalidade do curso e/ ou declaração de carga horária na categoria de atividade complementar.

Ainda para incentivo à produção acadêmica, a instituição manterá programa de pagamento de horas de orientação a professores/tutores orientadores. A estes, conforme interesse e disponibilidade financeira, a FIP também poderá oferecer bolsas de capacitação ou licença remunerada em programas *stricto sensu*, externamente, bem como descontos de valores nas mensalidades de cursos de programas ofertados pela própria instituição ou externamente, para fins de formação continuada de seus docentes.

São objetivos e metas do Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural:

I - Em relação à Instituição:

- a) Contribuir para a sistematização e para a institucionalização da iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- b) Propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- c) Tornar as áreas institucionais mais proativas e competitivas na construção do saber;
- d) Possibilitar uma maior integração entre os cursos superiores;

- e) Qualificar os melhores discentes, com vistas à continuidade da respectiva formação profissional, especialmente pelo encaminhamento dos mesmos para programas de pós-graduação.

II - Em relação aos alunos:

- a) Despertar vocação científica, tecnológica, artística e cultural, de modo a incentivar talentos potenciais, pela sua participação efetiva em projetos de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- b) Proporcionar o domínio da metodologia de pesquisa científica e tecnológica, bem como, estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade;
- c) Despertar uma nova mentalidade em relação às atividades de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- d) Preparar o discente participante do Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural para o acesso à pós-graduação;
- e) Aumentar a produção científica, tecnológica, artística e cultural dos discentes vinculados ao Programa.

III - Em relação aos docentes:

- a) Estimular docentes e pesquisadores a engajarem no processo de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural a fim de conquistar discentes de destacado desempenho acadêmico nestas áreas, otimizando a capacidade de orientação e incentivo à iniciação científica;
- b) Estimular o aumento da produção acadêmica científica e tecnológica dos docentes;
- c) Incentivar o envolvimento de docentes em atividades de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

d) Articulação dos Temas Transversais

De acordo com a Lei nº 10639/2003; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2012 e a Resolução CNE/CP nº 174/2013 a FIP implantará nas dependências a Articulação dos Temas Transversais considerando a dimensão político-pedagógica da Faculdade, as preocupações da sociedade contemporânea com os temas em questão, e o desafio do permanente debate e promoção de ações. A FIP também compôs uma comissão, com o objetivo de organizar e acompanhar as ações em todos os níveis e modalidades de ensino, pesquisa, extensão e cultura. A Comissão será

um espaço de natureza acadêmica com a finalidade de definir, acompanhar e avaliar as metodologias para as ações permanentes e articuladas estabelecidas nas diretrizes curriculares nacionais para os temas transversais.

Os temas transversais dispostos na política institucional são: Direitos Humanos, Gênero, Educação Ambiental, Relações étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Um eixo de articulação da Articulação dos Temas Transversais será constituído pelos Núcleos dos Temas Transversais (NTT), que estão fundamentados na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e cuja finalidade é articular e promover projetos e ações que envolvam os temas transversais. Os NTT serão instituídos por meio de Portaria emitida pelo Diretor Geral e regulamentados por um Regimento Geral.

Dentre os projetos já institucionalizado pela FIP e o PROJETO CINEMA & CULTURA. O projeto objetiva a discussão sistemática de temas afetos (NTT) de forma a promover a cultura através da arte. Atua em dependência do compromisso e responsabilidade do integrante, em virtude das exigências de participação e produção acadêmica.

e) Transmissão dos Resultados para a Comunidade

A FIP promoverá divulgação interna e externa dos resultados dos projetos de iniciação científica, com previsão de publicação em revista eletrônica e/ou revista impressa da instituição, tendo em vista que a relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação do indivíduo e da sociedade.

f) Práticas Investigativas

A instituição procura estimular o desenvolvimento de práticas investigativas, nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, especialmente, nas atividades de elaboração dos trabalhos de conclusão de curso. Procura, ainda:

- 1 incentivar projetos específicos, mantendo convênio e intercâmbio com instituições congêneres, criando o ambiente ideal para o desenvolvimento de

práticas investigativas no intuito de aprimorar a qualidade do ensino e prestar serviços à comunidade;

2 estimular e apoiar a iniciação científica, por meio de um programa de iniciação científica, que se traduz em uma atividade de investigação, realizada por estudantes da graduação e da pós-graduação, visando ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade;

3 atuar, na área de extensão, identificando situações-problemas na sua região de abrangência, com vistas à oferta de cursos de extensão e da prestação de serviços técnicos nas áreas em que atuar.

4.6 Política Institucional para a Modalidade EaD

- implantar na estrutura curricular dos programas regulares presenciais a oferta de 40% da carga horária total do curso na forma de ensino semipresencial, utilizando-se da metodologia a distância, visando à agilização e flexibilização do currículo;
- lançar programas de EaD fundamentados e direcionados para diferentes nichos do mercado; públicos previamente eleitos e definidos, conforme o perfil socioeconômico e cultural;
- desenvolver um sistema de monitoramento das oportunidades de mercado e identificação de público potencial para essas diferentes demandas;
- apresentar para o mercado os cursos semipresenciais como diferencial competitivo;
- criar um sistema integrado e harmonioso de ensino não-presencial em nível nacional;
- oferecer pelo menos duas metodologias de EaD, eleitas entre as mídias mais adequadas, de acordo com o público-alvo definido, de forma que não fique restrita aos processos de tecnologia virtual, via web;
- prever parcerias como polo de ensino a distância de universidades credenciadas pelo MEC para desenvolver os programas de EaD.
- prever suporte de parcerias para os programas em EaD que disponibilizem aquisição de conhecimento específico e ferramentas ideais para sua implementação e permitam disponibilizar os recursos de infraestrutura tecnológica de forma subsidiada;
- selecionar docentes devidamente competentes para a construção de aulas em sistema EaD;
- incentivar a presença de educadores atualizados em conteúdos específicos, psicologia da aprendizagem, didática, metodologia do ensino, sistemas de avaliação, tecnologia educacional e outras áreas do conhecimento, imprescindíveis na etapa de elaboração e produção de material;

- desenvolver programas de treinamento e orientação para o uso de novas tecnologias e metodologias para o ensino EaD;
- selecionar disciplinas que se mostrem mais adequadas para ofertar aulas aos alunos presenciais, com metodologia EaD, favorecendo a interdisciplinaridade entre os cursos;
- selecionar os conteúdos e os meios que veicularão os cursos, calcular os recursos financeiros e estabelecer os cronogramas a partir do conhecimento das reais necessidades da clientela;
- conceber os textos e demais materiais didáticos segundo linguagem e técnicas que levem o aluno a refletir, a desenvolver o espírito críticocriativo, a relacionar o aprendizado a seu contexto social e a ser participativo (mediação pedagógica);
- aplicar para todos os programas desenvolvidos em EaD a avaliação presencial, disponibilizada em horários flexíveis, a fim de garantir sua legitimidade;
- desenvolver um sistema integrado e específico para controle e administração das notas e frequência dos alunos que estiverem frequentando as disciplinas em EaD, nos programas presenciais regulares;
- adotar o sistema de tutoria que possibilita a realização de atividades contextualizadas segundo a realidade do aluno, exercícios de resolução de problemas, enfim, aprendizagens significativas e interação entre o tutor e o aluno, que passa a ser visto como um interlocutor ativo;
- considerar o aspecto bidirecional da comunicação nos cursos não-presenciais, isto é, a relação dialógica e interativa entre o professor-tutor e seu aluno;
- requerer do aluno as qualidades de autonomia, autodidatismo e autodisciplina.

a) Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático.

Os materiais didáticos são desenvolvidos por meio do conceito de Inteligência Educacional, focados à educação a distância, mas preocupados à atender aos desejos dos estudantes e às necessidades da instituição de ensino. O material didático é composto por livros que podem ser impressos ou acessados na internet pelo Portal AVA, uma plataforma exclusiva que contempla as necessidades de desenvolvimento e autonomia dos estudantes.

Os materiais didáticos utilizados nos cursos EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP são elaborados de forma complementar uns aos outros, considerando as características próprias de cada linguagem. Dessa forma, o aluno tem a sua disposição vários recursos didático-pedagógicos importantes:

- Materiais impressos: na forma de livros-texto ou guia de estudos escritos com linguagem dialógica, apresentam a base teórica que fundamenta a disciplina;
- Televisão: recurso audiovisual que agrega os encontros dialógicos interativos apresentados pelo professor e seu respectivo material de apoio em forma de slides que são também disponibilizados no ambiente virtual;
- Páginas virtuais disponíveis na Web via Internet – através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), espaço que possibilita o acesso a vídeos, textos ou áudios sobre os temas trabalhados na disciplina, além de possibilitar a comunicação do aluno com seu professor;
- Apresentam material em áudio ou audiovisual, dando suporte a disciplinas mais específicas que necessitam de materiais sonoros.

Todos esses materiais didáticos dão apoio às unidades temáticas de aprendizagem ao longo de todo o curso, estabelecendo-se como representantes de uma didática para EaD acessível, de qualidade e dialógica.

Após a efetivação da matrícula, os alunos receberão um guia de orientação de aprendizagem para que possam entrar em contato com as especificidades do estudo a distância. Nessa oportunidade, cada aluno receberá seu código de usuário e senha para acesso ao Sistema.

Em relação à distribuição do material didático impresso, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP conta com um sistema logístico de empresa parceira que atende todas as regiões do Brasil. Os pedidos logísticos são gerados utilizando-se os sistemas computacionais desenvolvidos pela própria equipe técnica de informática da instituição.

Os pedidos logísticos para atender a demanda de livros destinados aos alunos matriculados nos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP são gerados com antecedência de um mês e dez dias da data de início das aulas.

Todos os pedidos serão endereçados aos correspondentes polos de apoio presencial que os alunos estarão matriculados. Quando os volumes contendo os livros chegam ao polo, o gestor acusará via sistema o recebimento dos mesmos e terá automaticamente, à sua disposição, uma lista de entrega gerada com o nome dos alunos a quem os livros se destinarão. Assim, será possível armazenar em um banco de dados todos os títulos que foram enviados para cada aluno.

É válido ainda destacar que os livros que são enviados aos alunos do tem seus conteúdos disponibilizados em uma biblioteca virtual, de modo que os alunos calouros que deixam para realizar a matrícula próxima à data de início das aulas tenham a possibilidade de acessá-los até que seus exemplares físicos tenham chegado ao polo.

4.7 Políticas de Extensão

A extensão na Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) é o espaço de articulação e expressão da responsabilidade social de uma IES. Apresentar-seá como um convite a uma nova postura da IES capaz de reorientar o ensino e a pesquisa, socializando os seus benefícios. A Extensão manifesta e explícita a responsabilidade socioambiental da IES, oferecendo pertinência e impacto social ao dinamismo ensino/pesquisa.

A Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) assume a Extensão como função universitária destinada a aproximar a comunidade acadêmica da sociedade, para repartir os resultados dos processos de ensino e pesquisa, que assumem formas diferenciadas conforme a clientela alvo. Os programas de extensão, articulados com o ensino e a pesquisa, desenvolvem-se na forma de atividades permanentes ou projetos circunstanciais, sob a responsabilidade de docentes ou de convidados, com a supervisão da Diretoria Acadêmica, visando à intercomplementaridade das abordagens e dos recursos.

A FIP considera a extensão como atividade acadêmica de formação e articulação com a comunidade externa. Assim buscar-se-á, por meio das atividades de extensão envolver pessoas da comunidade Interna e externa, articulará parcerias com órgãos públicos, iniciativa privada e organizações não governamentais para o desenvolvimento dessas atividades. Destaca-se que as atividades de extensão se dividirão em três modalidades: Projetos, Cursos e Eventos.

Destaca-se que as atividades de extensão se dividirão em três modalidades: Projetos, Cursos e Eventos.

Todas essas modalidades deverão estar de acordo com a Resolução CNE/CES 07 de dezembro de 2018.

a) Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Extensão

As atividades acadêmico-administrativas da FIP incidentes sobre a extensão são geridas pelo Núcleo de Iniciação Científica e Extensão (NICE), órgão suplementar de apoio acadêmico.

O NICE atua de forma articulada com as coordenações de cursos e órgãos colegiados, e estará responsável pela coordenação de todas as atividades de extensão.

Cabe ao NICE, por meio da implantação do Programa de Extensão e Articulação Comunitária, receber as propostas de projetos, as analisará, hierarquizando-as segundo sua classificação e relevância às linhas básicas de trabalho estabelecidas, a fim de submetê-las aos órgãos colegiados competentes.

O Programa de Extensão e Articulação Comunitária visa introduzir e desenvolver ações de competência do NICE, objetivando incentivar a criação e diversificação de projetos característicos de extensão, integrados com o ensino e a iniciação científica, de acordo com as áreas temáticas dos cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando uma formação que vai além da prática profissional e oportunizando o surgimento de novas ideias e propostas.

Nesta linha, visa à criação e desenvolvimento de projetos voltados principalmente para a formação para o trabalho; à promoção da sustentabilidade socioambiental; à promoção humanística, tecnológica, artística e cultural do país; à difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação, com o fim de aproximar os conhecimentos acadêmicos dos populares, em uma espécie de conexão de saberes, em conformidade com as áreas temáticas de extensão (Direitos Humanos, Educação, Comunicação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Cultura, Trabalho e Inclusão Social), contempladas pelo Programa de Extensão e Articulação Comunitária, organizados em três formatos de ações acadêmicoadministrativas:

- a) Prestação de serviços especializados;
- b) Promoção de ações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais; e
- c) Realização de ações acadêmico-profissionais (cursos, programas, projetos, eventos artísticos e socioculturais, ações suplementares, produção e publicação e outras modalidades).

Entre as políticas de extensão destacam-se:

- I. Criar e implantar um Programa de Extensão como forma de organização e articulação de todas as atividades de extensão;
- II. Destinar percentual específico do orçamento anual para o as atividades extensão;
- III. Democratizar o acesso ao conhecimento acadêmico produzido;
- IV. Estabelecer parcerias com o poder público, ONGs e a iniciativa privada para o desenvolvimento de eventos de extensão;
- V. Investir em programa de acompanhamento dos egressos, no sentido de oferecer cursos de formação continuada e ingresso no mercado de trabalho;
- VI. Incentivar a participação de professores, alunos e servidores nas atividades de extensão considerando para os alunos como atividade de formação complementar e oferecendo bolsas de extensão;
- VII. Estabelecer canais de comunicação que auxiliem no processo de democratização do acesso ao conhecimento e contribuam com interrelação entre a FIP e a sociedade como um todo;
- VIII. Desenvolver projetos e cursos que atendam demandas da comunidade local e regional;
- IX. Oferecer cursos de extensão que estejam voltados para o atendimento de demandas tanto do mercado de trabalho, quanto de formação humana.

b) As políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas para a extensão da FIP estão assentadas nas seguintes Diretrizes:

- a) Desenvolver ao longo dos primeiros cinco anos, o Programa de Extensão e Articulação Comunitária, de modo a promover a articulação entre ensino, a iniciação científica e a extensão e garantir a execução dos seus respectivos projetos;
- b) Desenvolver uma variada programação da difusão científica, tecnológica, artística e cultura, na prestação dos serviços, na oferta de cursos de extensão, seminários, simpósios. Contando, ainda, com o apoio da acomodação do Laboratório de Informática (multidisciplinar), os laboratórios específico de cada curso, seja presencial ou em EaD e outras dependências da IES, a fim de instituir programas de prestação de consultoria para as empresas, criando mecanismos que estimulem a organização dessas atividades por professores e alunos da FIP;
- c) Desenvolver programa de acompanhamento de egressos no mercado de trabalho;
- d) Promover atos e eventos destinados a fidelizar e manter o vínculo do egresso, bem como do aluno regular com a Faculdade;
- e) Despertar a vocação extensionista na comunidade acadêmica, inclusive no corpo discente, estimulando e incentivando as atividades de extensão para promoção da cidadania, da inclusão social, da formação para o

trabalho, da sustentabilidade socioambiental, humanística, científica e tecnológica, à difusão dos princípios da equidade, o respeito à diversidade e promoção da cultura, de modo a contemplar as diversas demandas regionais, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária; f) Promover a conscientização do corpo discente no que tange a valorização das ações de extensão enquanto componente curricular nos projetos pedagógicos dos cursos da FIP visando uma formação mais integrada, participativa e humana;

- g) Apoiar as jornadas pedagógicas, semanas de cursos, palestras, conferências, congressos, “workshops”, seminários, fóruns e debates na Faculdade;
- h) Apoiar a realização de projetos fora da Instituição, em bairros da comunidade local e adjacente, para o atendimento às solicitações diversas da comunidade, por meio de suas organizações, com a oferta de cursos gratuitos e com as mais variadas programações;
- i) Estimular a implantação de ações de promoção dos valores democráticos, da justiça social e da liberdade, de garantia de direitos sociais e individuais e do combate a toda forma de discriminação (étnica, gênero, geracional, social, sexual, religiosa, etc.);
- j) Estabelecer e firmar parcerias externas e convênios com outras instituições de educação, incentivando a participação de docentes e discentes, visando intercâmbio de trabalho;
- k) Expandir ações de extensão junto às populações rurais (indígenas, quilombolas e assentados), e urbanas (escolas, instituições sociais e outras);
- l) Apoiar o envolvimento da comunidade acadêmica na participação e organização de eventos (científicos, educativos, artísticos e culturais) locais, regionais, nacionais e internacionais;
- m) Incentivar e apoiar as jornadas, congressos, semanas pedagógicas, palestras, conferências, workshops e outros;
- n) Promover e articular o diálogo da FIP com setores da iniciativa pública e privada em geral, a fim de intensificar ações de extensão em regime colaborativo;
- o) Incentivar a captação de recursos para ações de extensão;
- p) Aprimorar os sistemas de avaliação, acompanhamento e orientação das atividades extensionistas para fins de melhoria da qualidade dos projetos e conseqüentemente da aprendizagem;
- q) Propor diagnóstico, ao final de cada semestre letivo, junto ao mercado de trabalho com vistas à adequação dos conteúdos curriculares das ementas, e ajustes com vistas ao atendimento das novas demandas.

São objetivos e metas do Programa de Extensão e Articulação Comunitária:

- a. Estimular e apoiar ações de extensão nas áreas temáticas, definidas pelo Programa de Extensão e Articulação Comunitária: Saúde, Educação, Cultura, Tecnologia, Direitos Humanos, Trabalho, Meio ambiente e

Comunicação, de modo a contemplar as diversas demandas da sociedade;

- b. Promover uma extensão enquanto processo educativo, cultural e científico que articule ensino e pesquisa, integrando as várias áreas do conhecimento e aproximando diferentes sujeitos sociais visando a construção de uma sociedade igualitária e justa;
- c. Ampliar o estímulo à cultura do empreendedorismo econômico e social;
- d. Fomentar a valorização das ações de extensão enquanto componente curricular nos projetos pedagógicos dos cursos visando uma formação mais integrada, participativa e humana;
- e. Contribuir para a preservação do patrimônio histórico-cultural da FIP, ampliando ações como guarda dos acervos de valor histórico e cultural relacionados à memória da Instituição;
- f. Reforçar ações de promoção dos valores democráticos, da justiça social e da liberdade, de garantia de direitos sociais e individuais e do combate de toda forma de discriminação (étnica, gênero, geracional, social, sexual, religiosa etc);
- g. Aproximação com temáticas, realidades e necessidades atuais como políticas ecológicas e socioambientais, de equidade de gênero e etnia, de educação para os direitos humanos;
- h. Implementar projetos, enquanto situa a extensão na linha pedagógica na qual os docentes desenvolvem ações que contribuam para as transformações sociais, econômicas e políticas, procurando instituir os valores da democracia e dos direitos humanos.

No entanto, para atingir seus objetivos e metas como propagadores de ações de cidadania, a FIP, em articulação com a comunidade acadêmica, desenvolve um cronograma de ações semestrais, em conformidade com o seu Programa de Extensão e Articulação Comunitária, inteiramente aberto à Comunidade, em grande parte de seus eventos, no intento de atender às necessidades da comunidade.

Além dos objetivos e metas propostas para o quinquênio, em epígrafe, espera-se que a estrutura física da FIP, somada as organizações acadêmicas dos seus cursos de graduação e pós-graduação, as ações de cultura, iniciação científica e extensão darão a estas maiores possibilidades de corresponder ao anseio social existente para o desenvolvimento da comunidade regional e do país.

É preciso mencionar também que, conforme provisionado neste certame, além das ações extensionistas, serão promovidas também pela FIP, em prol do assunto em comento, ações assistencialistas, tendo em vista que a última não se confunde com a primeira, conforme já explicado. Assim, a FIP desenvolve,

em benefício da comunidade, alguns projetos institucionais de cunho permanente, como: Trote Solidário, Natal Solidário, Programa de Inclusão Digital aos Portadores de Necessidades Especiais, Projeto FIP na sua Escola, Projeto Dia da Responsabilidade Social, Programa de Apoio às Entidades Carentes, Programa Bolsa Universitária, entre outros desta natureza. Todos esses projetos são parte do Programa de Extensão e Articulação Comunitária e manterão uma interface social com a comunidade, que de igual forma são coordenados pelo NICE.

Por fim, é oportuno ratificar que as ações extensionistas são aproveitadas, no que couber como créditos para as Atividades Complementares ou, quando for o caso, para o Estágio Supervisionado. Esse aproveitamento é disciplinado por meio de norma específica contida nos Regulamentos de Atividades Complementares e Estágio Supervisionado. Neste raciocínio, frisa-se também que cada curso terá abertura para oferece seus próprios projetos de extensão, conforme sua área do conhecimento e de atuação, que poderão ser desenvolvidos de forma independente ou interdisciplinar entre os cursos.

4.7.1 Coordenação de Extensão

Possui estrutura e regulamentos próprios, sendo o órgão responsável pelo fomento, organização, realização e registro dos Programas, Projetos e Ações de Extensão da Faculdade, em articulação com o Projeto Pedagógico Institucional, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos, objetivando:

- Estimular, programar e coordenar as atividades de extensão para que visem à solução de problemas técnicos, científicos e sociais da comunidade;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento de projetos, cursos e eventos com o setor empresarial, com o governo, associações, fundações, agências de cooperação, consulados e comunidade em geral;
- Formular, intermediar e administrar acordos de cooperação, nacionais e internacionais, para a transferência de *know-how* com o objetivo de fomentar as relações de índole educacional, técnico-científica, artísticocultural e social;
- Desenvolver, promover e fomentar a cultura, as artes, a cidadania, a responsabilidade social, a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida em toda a sua amplitude oferecendo oportunidades de crescimento intelectual à comunidade.

4.8 Políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social.

4.8.1 Desenvolvimento Econômico e Social

As ações previstas pela Faculdade Impacto de Porangatu - FIP contemplam de forma plena o desenvolvimento econômico e social, considerando os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico regional, a melhoria da infraestrutura local, a melhoria das condições e qualidade de vida da população e projetos de inovação social.

O avanço tecnológico, industrial e a globalização, com o surgimento constante de novos paradigmas em curto espaço de tempo, exigem uma reflexão maior em torno da educação e da formação de profissionais para o mundo do trabalho. As novas estruturas sociais, as exigências do mercado de trabalho, requerem o desenvolvimento de competências múltiplas.

A FIP pautar-se-á por princípios éticos que contribuam para o desenvolvimento da consciência democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, em seus formandos.

A Faculdade buscará articular teoria e prática no sentido de preparar o formando para a sua inclusão no mercado de trabalho com competência profissional capaz de contribuir para valorizar a sociedade como um todo.

O intérprete de toda a evolução é o homem, e o educador é o intérprete e facilitador dos processos de construção e aquisição do conhecimento, da transmissão cultural e do surgimento de novas perspectivas de vida e soluções existenciais. Portanto, se faz necessária a reflexão em torno da dimensão cultural, social, política e econômica da educação, do papel social do professor, das leis relacionadas à infância, adolescência, educação e profissão, das questões da ética e da cidadania, das múltiplas expressões culturais e das questões de poder a elas associadas. Por outro lado, o professor e o profissional, das demais áreas propostas neste documento, deverão desenvolver uma visão pluralista da sociedade, exercitando a capacidade de compreender o “outro”, suas necessidades e valores, base da ética, da autonomia e da solidariedade.

A Instituição estará, a todo momento, articulando esforços no sentido de promover o desenvolvimento ético do profissional capaz de atuar dignamente na comunidade, com conhecimento de causa no que se refere às especificidades dos grupos sociais e de sua profissão, com vista à conquista de uma sociedade voltada para os ideais de competência, honestidade e justiça.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP deverá ainda dedicar atenção especial às especificidades da comunidade onde estará inserida, oportunizando a integração entre a comunidade, as famílias e a própria Instituição, no sentido de buscar o aprimoramento de seus propósitos e de sua ação pedagógica e formativa. A integração com empresas e outros segmentos sociais é essencial, no sentido de identificar necessidades de reelaboração de temáticas em estudo.

A FIP, comprometida com a qualidade do ensino superior na região onde se insere, se propõe a oferecer um ensino de qualidade, fundamentada em uma filosofia da educação coerente com os princípios de solidariedade, justiça e dignidade humana, promovendo a educação permanente e continuada para jovens e adultos procedentes de classes sociais menos abastadas.

A educação permanente se refere ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, algo muito além de um espaço para a obtenção de um diploma de curso superior. Devem-se formar profissionais que possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho, cujas exigências se tornam cada vez maiores.

Observa-se quão dramática se apresenta atualmente a situação de profissionais das diversas áreas, necessitando investir em sua capacitação em função das novas perspectivas e com dificuldades para proverem o próprio sustento e os custos da educação superior.

Para corresponder às instâncias da educação permanente, a FIP se propõe a:

- 1 Transformar o seu espaço em um canal de permanente diálogo com a sua comunidade e com o meio social em geral;
- 2 Propiciar condições para a pesquisa educacional e científica, visando a formação de um profissional que possa dar respostas à sociedade contemporânea, promovendo o confronto de ideias e a discussão de situações limite e de direitos e deveres do cidadão;

- 3 Buscar alternativas de solução para a humanização da profissão, promovendo o ser em suas potencialidades intrínsecas através da educação e reeducação, colocando no mercado de trabalho profissionais conscientes de sua tarefa, e não meros prestadores de serviços desqualificados e desprovidos de ideal;
- 4 Qualificar, no processo, a FIP como uma escola superior que possibilita a construção do saber desvinculada de modelos e clichês oriundos de experiências estranhas à realidade e aspirações da sociedade;
- 5 Assegurar aos formandos conhecimentos referentes ao desenvolvimento humano e a forma como cada cultura caracteriza as diferentes faixas etárias e as representações sociais e culturais dos diferentes períodos: infância, adolescência, juventude e vida adulta, assim como as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais;
- 6 Proporcionar um conjunto de conhecimentos que habilita o formando para o exercício da profissão e de todas as suas funções, incluindo os saberes produzidos nos diferentes campos científicos e acadêmicos que subsidiam o trabalho educativo;
- 7 Proporcionar aos formandos a apropriação da cultura geral ampla, que favorece o desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação e a possibilidade de produzir significados e interpretações do que se vive e de fazer conexões - o que, por sua vez, potencializa a qualidade da intervenção educativa. E da cultura profissional, cujo conteúdo é próprio do exercício da profissão em suas especificidades, fazendo parte desse contexto, os temas referentes ao desempenho profissional, pessoal e da categoria, e o conhecimento sobre as associações científicas, culturais e sindicais;
- 8 Oferecer condições para a aprendizagem de recursos de comunicação e informação, cujo domínio seja importante para as dimensões da atuação do profissional;
- 9 Propiciar ao formando, conhecimentos referentes ao desenvolvimento psicológico, físico e dos processos de aprendizagem de diferentes conteúdos em diferentes momentos do desenvolvimento cognitivo dos alunos, bem como o conhecimento das experiências institucionais e do universo social e cultural de seus alunos;

10 Oportunizar o estudo das relações sociais na realidade social e política brasileira e como isto repercute na profissão, compreendendo os significados que a família, a sociedade e os alunos atribuem à escola e às aprendizagens;

11 Promover estudos e debates sobre políticas educacionais, dimensão social da escola, relações escola x sociedade x família, relações educação x trabalho; e

12 Enfatizar em todo o seu trabalho a importância da formação integral dos profissionais.

Para o cumprimento de sua missão, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP manterá independência absoluta em relação a partidos políticos, grupos econômicos e quaisquer outros interesses particulares e considerará inaceitável qualquer tipo de preconceito e / ou discriminação.

Como uma instituição de cunho democrático e emancipador, a Instituição objetivará sempre a atualização de seus métodos, o acompanhamento cuidadoso dos avanços da ciência, colocando na pauta de discussões as novas descobertas e os movimentos sociais de caráter socializadores, renovadores e promovedores da consciência crítica.

4.8.2 Responsabilidade Social da Instituição

No âmbito da Responsabilidade Social, a FIP desenvolve projetos relevantes e novas iniciativas, como objetivo de atender as pessoas que buscam encontrar espaço como cidadão se profissionais em nossa sociedade.

Para tanto, definiram-se as seguintes metas:

- Contribuição ao desenvolvimento social e econômico das regiões administrativas de Porangatu.

Ações Propostas:

- I. Criação de programas de formação inicial e continuada que possibilitem e estimulem o desenvolvimento profissional.
- II. Oferta de programas de estímulo e orientação para projetos de empreendedorismo em atividades produtivas que estejam relacionadas com vocações identificadas na comunidade, assim como para parcerias entre agentes econômicos da região.

- Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.

Ações Propostas:

- I. Estabelecimento de parcerias com empresas da cidade de Porangatu e do entorno da unidade da FIP para o desenvolvimento de serviços produzidos pelos cursos.
 - II. Parcerias com empresas relacionadas com as áreas afins dos cursos oferecidos pela instituição
- Acompanhamento dos egressos

Ações Propostas:

- I. Criação de um sistema de acompanhamento de egressos, cujo objetivo é manter o relacionamento com os profissionais e avaliar o seu desempenho.
- II. Lançamento de um programa de encontros de estudantes da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP – com o mercado, com o objetivo de manter o relacionamento e contribuir para o desenvolvimento profissional.

Uma das principais responsabilidades da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, enquanto instituição de Ensino Superior, objetivamente é a de realizar a contribuição social e o desenvolvimento econômico social da Região, no que se diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico, a inclusão social e a defesa do meio ambiente, da preservação e construção da memória cultural, a construção do conhecimento e do patrimônio cultural.

Pretende-se promover a educação com preocupação em contribuir com a região, para tanto ministrar um ensino de qualidade voltado para os valores que contribuam para o desenvolvimento regional quanto o de desenvolver ações no ensino, na pesquisa e na extensão que venham prestar serviços à comunidade, levando em conta prioritariamente os programas de: a inclusão social, a inclusão digital, os projetos de educação ambiental, a responsabilidade social e a diversidade cultural. Certamente a educação possui importantíssimo papel transformador, neste contexto quando consideramos a mesma como:

[...] um dos mais importantes instrumentos de inclusão social, essencial para a redução das desigualdades no Brasil. O tema vem sendo tratado como prioridade na agenda nacional, mobilizando governos e os mais diversos segmentos da sociedade em torno de um objetivo comum: a ampliação do acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros. Os indicadores mais recentes confirmam

o alcance de bons resultados em quase todos os níveis e dimensões, demonstrando o empenho do Governo e da sociedade brasileira em saldar a enorme dívida que o Brasil tem com a educação (PL 8039/2010, p.1).

O papel da Faculdade no desenvolvimento social local/regional e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidade social, fundamentada na promoção da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística do patrimônio cultural, implica demarcar o lugar que a instituição ocupará neste novo contexto, enquanto participante interessada e compromissada no enfrentamento dos problemas sociais. Esse elemento será pautado na perspectiva de mobilizar interações sociais, levando à construção de compromissos e responsabilidades junto à comunidade regional.

Para o desenvolvimento enquanto proposta da IES, propomos um projeto institucional que amplia o conceito de responsabilidade social e agregada também o preceito da diversidade cultural. Assim se fundamenta o projeto: I. **Problemática:** De que forma a FIP, como Instituição de Ensino Superior Brasileira, poderá promover, valorizar e incentivar o respeito à Diversidade Cultural e a Responsabilidade Social em sua realidade cotidiana? Que movimentos podem ser criados e difundidos no sentido de incentivar o reconhecimento do “diverso” como riqueza e não como objeto de negação ou interiorização?

II. **Hipóteses de Trabalho:** O respeito e a valorização do outro e a promoção da inclusão social, racial e sexual tratam-se de desafios de toda a sociedade brasileira, tendo, a educação superior, um papel relevante na elaboração de suas matrizes curriculares de forma consciente e inclusiva. Assim sendo, a FIP, a partir de seus Colegiados Docentes, Núcleos Docentes Estruturantes, Coordenações e Direção Pedagógica possibilita o debate dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e a criação e/ou modificação dos currículos de forma a acrescentar a eles disciplinas que tenham como conteúdo a Educação em Direitos Humanos, a Educação Antirracista, a História da África e do Negro, a Igualdade Feminina entre outros importantes temas de uma Educação para Todos.

Diferentes movimentos institucionais podem ser desenvolvidos no sentido de proporcionar ricos e amplos debates sobre a valorização da diversidade,

como: ciclos de palestras com profissionais atuantes nas lutas sociais, como já vêm sendo realizados; atividades integradoras entre disciplinas, períodos e cursos tematizando as lutas e conquistas das minorias brasileiras e promoção de eventos culturais de valorização das músicas, danças e tradições dos povos africanos e indígenas tão presentes na arte brasileira.

III. Objetivos:

1 Geral: promover, valorizar e incentivar o respeito à Diversidade Cultural e incentivar a Responsabilidade Social através de movimentos e atividades no sentido de proporcionar o reconhecimento do “diverso” como riqueza e não como objeto de negação ou inferiorização.

2 Específicos:

- a) Possibilitar a discussão do conceito de diversidade cultural entre docentes e discentes;
- b) Criar ações de valorização da influência das culturas africanas e indígenas na formação da identidade brasileira;
- c) Promover o respeito às diferenças de gênero, raça, e condição social entre os discentes dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação da Instituição.

Consoante a essa proposta, todos os cursos de graduação e pósgraduação(presencial e a distância) da IES se comprometerão em seus projetos e metas anuais cumprirem os requisitos legais e normativos em torno desses temas e desenvolverão projetos, minicursos, oficinas e extensão que atendam as demandas necessárias. São exemplos de atividades e temas já executados ou a serem executados: Direitos e Luta Feminina por Igualdade; Grupo Performances Culturais; Valorização da Cultura Afro; Os migrantes; Poesia Goiana; Dia do Índio: uma discussão antropológica; Os Direitos Humanos e a Realidade do Ensino Superior no Goiás; Projeto Biologia de A a Z- vida e meio ambiente; inserção do estudo da História da África, do Negro e dos Povos Indígenas como tema transversal em diferentes disciplinas.

Assim é nosso compromisso debater, formar e interagir junto a formação profissional, as atuais demandas políticas e educacionais da comunidade, implementando ações em âmbito regional e local, no que se refere à Responsabilidade Social e também à Diversidade Cultural.

5 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

5.1 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI

5.1.1 Programação de abertura de novos Cursos de Graduação

Dentre os cursos propostos durante a vigência do PDI a FIP solicitará autorização para oferta de cursos de graduação na modalidade presencial de acordo com o quadro abaixo:

Nome do Curso	Habilitação	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Fisioterapia	Bacharelado	100	50	2	Noturno	Sede	2024
Terapia Ocupacional	Bacharelado	100	50	2	Noturno	Sede	2025

A FIP também solicitará a autorização para oferta de cursos de graduação na modalidade a Distância (EaD) de acordo com o quadro abaixo:

Nome do Curso	Habilitação	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Terapia Ocupacional	Bacharelado	400	100	4	NSA	Sede	2025
Teologia	Licenciatura	400	100	4	NSA	Sede	2025
Ciências Contábeis	Bacharelado	400	100	4	NSA	Sede	2025

5.1.2 Programação de abertura dos Cursos de Pós-graduação (*Lato Sensu*)

A implantação dos cursos presenciais e em EaD de pós-graduação *lato sensu* durante a vigência do PDI se dará da seguinte forma:

Nome do Curso	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Gestão Educacional	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Metodologia do Ensino de História	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Psicopedagogia	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Metodologia do Ens. de Educação Inclusiva com Ênfase em LIBRAS	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Gestão de Projetos na Construção	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024

Saúde Pública	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Estética e Cosmética	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Farmacologia Clínica	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Enfermagem do Trabalho	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Gestão em Administração Pública	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Gestão em Serviço Social	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Gestão em Logística	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2026

5.1.3 Programação de abertura dos Cursos de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*)

A implantação dos cursos de pós-graduação *Stricto sensu* durante a vigência do PDI se dará da seguinte forma:

Nome do Curso	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nível	Programa	Local	Ano previsto para a solicitação
Gestão e Educação	25	25	Mestrado	CAPES	Sede	2024
Educação e Cultura de Inclusão	20	20	Mestrado	MINTER	Sede	2025

5.1.4 Programação de Abertura dos Cursos de Extensão

O Programa de Extensão e Articulação Comunitária é gerido pelo Núcleo de Iniciação Científica e Extensão (NICE) e objetiva aproximar os conhecimentos acadêmicos dos populares, em uma espécie de conexão de saberes, em conformidade com as áreas temáticas de extensão (Direitos Humanos, Educação, Comunicação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Cultura e Trabalho), por meio de projetos integrados com o ensino e a iniciação científica de modo a fortalecer a articulação com diversos setores da sociedade, de acordo com as áreas temáticas dos cursos.

Além dos Programas de Apoio aos Discentes para a Permanência nos Cursos, fazem parte das ações e metas da FIP outras iniciativas do gênero como, incluir no programa de extensão, consultoria às empresas e aos órgãos públicos; programa de atendimento às empresas e aos órgãos públicos, de modo a fortalecer seu caráter acadêmico extensionista, fazendo dos órgãos em comento, um dos indicadores da qualidade do ensino ministrado na FIP.

5.2 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

a) Planejamento das Atividades

Referente ao planejamento das suas atividades a FIP pretende sempre oferecer cursos regulares de graduação e pós-graduação, com oferta a ser regulamentada pelo Ministério da Educação, cujo acesso se dará por meio de processo seletivo ou por outras formas de ingresso asseguradas por lei específica.

A execução, o controle e o registro das atividades acadêmicas são de competência dos Docentes, das Coordenações de cursos e a Diretoria Acadêmica, cabendo a esta última a sua coordenação geral.

Todo o controle e registro das atividades acadêmicas da graduação devem ser feitos pela Secretaria de Controle e Registro e Acadêmico da FIP. As rotinas administrativas, os formulários e os relatórios relacionados com a operacionalização das atividades acadêmicas serão processados, exclusivamente, pela Secretaria de Controle e Registro e Acadêmico, sob a responsabilidade de um (a) Secretário (a) Acadêmico.

c) Acompanhamento, Planejamento, Avaliação e Execução do Trabalho Docente

O trabalho desenvolvido pelos docentes da FIP buscará incessavelmente a interação dos sujeitos e o conhecimento, o diálogo com o contexto sociocultural, e a formação pautada na busca da autonomia intelectual dos discentes. Desta forma, o **planejamento do processo ensinoaprendizagem** priorizará através da ação dialógica: a construção, a internalização crítica, a assimilação, a reconstrução de conhecimentos de modo que o projeto educacional expresse sua identidade mediante o planejamento do trabalho docente, possibilitando a formação de profissionais éticos, críticos, competentes e responsáveis pela construção de projetos e práticas cidadãs.

Concernente a esta proposta a FIP discute e promove a utilização de **métodos de acompanhamento e suporte** que priorizem espaços de inovação e investigação, além da sala de aula, que permitam a construção de sua identidade, respeitando o direito à diferença, à singularidade, à transparência e

à participação de cada curso no projeto institucional, considerando as diversidades culturais, religiosas, políticas, sociais e econômicas presentes no contexto acadêmico.

A **metodologia** adotada no **processo ensino-aprendizagem** fundamentará, essencialmente: na pedagogia da possibilidade e da integração; na aprendizagem orientada no sentido de qualificar pessoas capazes de compreender a complexa realidade mundial e contextualizá-la; na reflexão de modo integrado, sobre os diversos e diferentes contextos; no aprendizado ativo destinado a conquistar conhecimento específico e estabelecer associações e articulações pertinentes e adequadas.

Ainda no tocante à metodologia, cabe sublinhar a importância da relação professor/aluno, orientada no sentido de proporcionar ao discente o desenvolvimento de habilidades para intervir no contexto em que vive. Isto exigirá diálogo constante e debate efetivo, respeitadas as peculiaridades intelectuais e culturais de docentes e discentes. O objetivo é criar a partir deste contexto, um ambiente propício à implementação de **práticas pedagógicas inovadoras**.

Tais mecanismos fundamentam-se no princípio de que os saberes docentes se fazem e ampliam num processo dialógico, catalisando experiências que congreguem o conhecimento de forma contextualizada, além das práticas centradas em estratégias comumente utilizadas no campo didático-pedagógico.

Nesta perspectiva, ensinar, aprender e avaliar são partes que integram um mesmo processo que potencializam-se para o desenvolvimento contínuo dos seus atores (discente e docente).

Por tais considerações, as ferramentas de medição das metodologias didático-pedagógicas desenhadas pela FIP incluem, entre outras práticas:

- a. Discussões teórico-práticas em grupo;
- b. Seminários;
- c. Pesquisas;
- d. Resolução de exercícios individual ou em grupo;
- e. Arguições;
- f. Excursões;
- g. Estágios;
- h. Provas escritas e orais;
- i. Situações da vida real que inclua desafios (maratonas, concursos, torneios, trabalhos voluntários em bairros ou comunidades, missões com testes de habilidades, etc.);

- j. Games educativos;
- k. Construção de portfólios manuais ou virtuais (no caso dos virtuais seria uma opção para o aluno reunir suas produções – sejam músicas, textos, vídeos, desenhos, etc.);
- l. Também fazem parte do sistema de avaliação, além da avaliação do ensino-aprendizagem, a avaliação interna ou autoavaliação e a avaliação externa.

Esse conjunto de alternativas ecléticas, dinâmicas e inovadoras de avaliação vem ratificar e/ou amarrar os princípios pedagógicos que nortearão as ações educativas da FIP, vez que ela entende que uma prática pedagógica de qualidade se viabiliza a partir de condições reais e concretas de aprendizagem.

A intenção de incluir alternativas de aferir o conhecimento por meio de desafios da vida real se justifica por respeitar o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo, fazendo que estes saiam de suas zonas de conforto e desenvolvam regras de convivência, trabalho em equipe e autoconhecimento.

Entretanto, a FIP está convicta de que para a aplicação de algumas metodologias será necessário transportar a educação para além da sala de aula. Para tanto, sabemos que será preciso quebrar paradigmas e apostar em mais recursos do mundo moderno, como internet e as tecnologias móveis para potencializar ainda mais o talento dos alunos.

Soma-se, a, esta trajetória formativa a incorporação de um **processo avaliativo**, cuja concepção garanta a afirmação dos valores contidos na proposta inicial assumida pela FIP, que entende a **avaliação** como um caráter formativo, processual e contínuo, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, contribuindo para a construção do conhecimento do aluno e de sua autonomia intelectual, tendo como base a concepção que a avaliação acolhe uma situação, para, a partir dela, ajuizar a sua qualidade, com o objetivo de oferecer suporte de reflexão e mudança para o equilíbrio entre a formação do cidadão e a formação profissional.

Assim, a avaliação é compreendida como dinâmica e processual, ou seja, deve acontecer durante todo o processo e em diferentes momentos. Não deve estar voltada apenas à avaliação do conteúdo cognitivo, mas também para as dimensões atitudinais e de habilidades.

No processo avaliativo, o professor que desenvolve a atividade educacional também é avaliado, assim como a Instituição, buscando revelar

pontos fortes e detectando dificuldades, visando à melhoria contínua da sua proposta educativa. A avaliação deve indicar o quanto e como o estudante avançou nos desempenhos e objetivos da Instituição e o quanto o professor e a organização da Instituição contribuíram para esse fim.

Ao final de cada componente curricular o aluno será submetido a uma avaliação do seu rendimento escolar compreendendo o somatório de um aproveitamento, participação, assiduidade, avaliações e trabalhos individuais ou em grupos. Na avaliação preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, obedecendo-se às normas regimentais disciplinadas no Regimento Interno da FIP e, complementarmente, pelos Colegiados de Cursos.

A atribuição de notas é o resultado da aplicação de diversas técnicas e instrumentos de avaliação realizada. Para a atribuição de notas devem ser consideradas as normas estabelecidas nos documentos legais.

Por assim ser, a avaliação é um processo no qual, alunos e professores/tutores interagem e decidem novos caminhos para a vivência em sala de aula, possibilitando mudanças no percurso do trabalho docente e tornando-se uma aliada do projeto de aprendizagem emancipador.

Portanto, a prática pedagógica e a avaliação são atividades que convergem na mesma direção, isto é, têm o mesmo objetivo: assegurar momentos de efetiva aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem tem como princípio o desenvolvimento de competências, da capacidade de construir conhecimentos técnicos, tecnológicos e gerenciais, a partir das necessidades observadas na prática social e profissional.

Utilizando-se de critérios claramente explicitados, são avaliados os conhecimentos e o modo como os alunos fazem uso deles. Isso permite, quando necessário, uma reorientação no processo de formação dos alunos, com atividades de apoio, de forma a permitir o suprimento de suas dificuldades.

A avaliação da aprendizagem deve ser elemento integrante da ação pedagógica, uma vez que tem por finalidade direcionar a tomada de decisões no aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, desse modo faz-se necessário apresentar algumas características, que devem compor o processo avaliativo: ser contínua, ser democrática, ser diagnóstica, ser formativa e reguladora de aprendizagem, convergindo para que o Sistema de Avaliação do

Processo Ensino Aprendizagem seja contínuo e sistemático, considerando as atividades teóricas e práticas realizadas pelos alunos no curso, em cada disciplina matriculada, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. Todas as orientações sobre o Sistema de Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem na FIP encontram-se dispostas no Regimento Interno.

Nesta direção, por meio da coordenadoria dos cursos, a FIP promove **orientações, capacitações e acompanhamento** do processo ensinoaprendizagem, com o objetivo de munir o docente de recursos didáticos, incorporando, sempre que possível, os avanços tecnológicos na oferta educacional, a fim de robustecer e contribuir para o melhoramento dos seus procedimentos de ensino e **execução do trabalho docente**, e desta forma, alcançar as metas e objetivos propostos, arrematando por inteiro a proposta inicial disciplinada nos princípios filosóficos teórico-metodológicos da instituição, afirmando e confirmando que a formação deve ser um processo social pleno e dinâmico, que constrói e promove a autonomia pessoal, a conscientização política, a emancipação e a solidariedade social.

5.2.1 Perfil dos egressos

A estruturação do perfil dos egressos da FIP leva em conta seus princípios filosóficos e teórico-metodológicos, sua missão e valores. Este processo formativo toma corpo por meio dos projetos político-pedagógicos dos cursos que tem importância substancial, na medida em que se pretende formar pessoas com sólida formação geral e moral, conhecedores dos valores éticos, conscientes da valorização do ser humano e do meio ambiente, com domínio pleno dos conhecimentos adquiridos, agentes de integração comprometidos com a sustentabilidade social e com o desenvolvimento da região onde estão inseridos e do país.

Nesta perspectiva, considerando o perfil generalista de seus egressos a FIP na qualidade de provedora da educação superior, almeja contribuir para o crescimento dos contextos de sua atuação, através de ações educativas e a partir do desenvolvimento de políticas afirmativas, equitativas e inclusivas que assegurem o acesso e permanência à formação de nível superior de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento humano, visando a excelência acadêmica,

pautada em preceitos éticos, no respeito à diversidade, no respeito aos saberes populares, na eficiência, na preservação da memória institucional, na sustentabilidade social e inovação e responsabilidade socioambiental.

Consoante a sua intenção, a FIP ministra um ensino superior visando à qualificação profissional e à formação cidadã, moral e ética do aluno. O formando deverá ter uma visão científica abrangente, estruturada com base em currículo dotado dos fundamentos básicos gerais, porém com aprofundamento técnico em cada área de formação profissional.

O perfil do profissional que a FIP pretende formar é delineado por meio da identificação dos seguintes atributos, indispensáveis na pessoa do futuro profissional, entre outras faculdades:

- a) Aptidão para desenvolver a capacidade de transferir conhecimentos de vida e das experiências cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional para a aplicação em diferentes contextos, revelando a capacidade de gestão de diferentes aspectos organizacionais e de sucessões sistemáticas de mudanças, apresentando-se como profissional flexível;
- b) Eficiência para exercer atividades referentes à sua formação com profundo embasamento teórico-científico, humanístico, crítico e reflexivo pautado em princípios éticos, a partir da compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, a fim de que possa ser agente de melhorias nos projetos da sociedade na qual está inserido;
- c) Competência para demonstrar a capacidade de raciocínio lógico, crítico e analítico na solução de problemas e prestação de serviços especializados à comunidade, numa relação de reciprocidade e respeito, exercendo suas atividades com ética, compromisso e proficiência;
- d) Habilidade para desenvolver, examinar e estabelecer ações específicas da área de sua formação profissional, que atendam às especificidades locais e regionais, com domínio da dimensão global, utilizando diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e disseminar conhecimentos.
- e) Capacitação técnica, aprimoramento científico, visando o aprender a aprender e as novas formas de aprendizagem e comunicação, atuando de forma crítica e criativa, investigativa, autônoma e propositiva, buscando soluções, via diagnóstico, análise, contextualização e resolução de problemas pessoais e organizacionais.
- f) Formação humanística, respeito aos Direitos humanos, consolidando a autonomia e autoria do pensamento crítico-reflexivo, a opção pelo trabalho integrado e a busca da compreensão do meio ambiente e das suas múltiplas e complexas relações.
- g) Capacidade para o processo de tomada de decisões, por meio da criatividade, da lógica, do raciocínio e da argumentação em um movimento dialético e coletivo, visando equacionar os desafios do

contexto social e ampliar a aprendizagem como um processo autônomo e continuado.

5.2.2 Seleção de Conteúdos

Partindo de uma análise reflexiva sobre o conceito de conteúdo tem - se que este é o conjunto de conhecimentos, habilidades, formas de comportamento e hábitos de estudo relacionados aos objetivos, as habilidades e competências, podendo ser específicos ou não e contextualizados às necessidades das múltiplas profissões.

Nesse curso, no qual o currículo é uma superfície de formação plural e dinâmica, exige expressiva relevância a **seleção de conteúdos**, a partir dos princípios e propostas dos projetos pedagógicos dos cursos e dos campos de conhecimento que fundamentam a formação profissional pautada no respeito à diversidade cultural. É por meio da aprendizagem de conteúdos que se dá o desenvolvimento e a construção de competências.

O objetivo é que os **conteúdos curriculares** previstos possam possibilitar, de maneira suficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Como já fora dito anteriormente, o desafio que se impõe é idealizar **currículos integrados** que estejam voltados às demandas da população, concebidos como uma política cultural que forma identidades pessoais e profissionais, comprometidos com a emergência de uma sociedade mais justa em que todos os cidadãos possam produzir e usufruir do conhecimento de uma forma mais digna. Assim sendo, os conteúdos estarão sempre adequados ao contexto da realidade local e regional, pois é por meio deles que os propósitos de formação da Instituição se realizam e, assim, no seu conjunto, o currículo precisa conter os conteúdos necessários ao desenvolvimento das competências exigidas para o exercício profissional e precisa tratá-los nas suas diferentes dimensões. Na sua dimensão conceitual: teorias, informações e conceitos; na

sua dimensão procedimental: saber fazer e na sua dimensão atitudinal: na forma de valores e atitudes que estarão em evidência na atuação profissional.

Tal a sua importância, a seleção de conteúdos deve ser feita em função de critérios (axiológicos, científico-tecnológicos, históricos, lógicos, metodológicos, psicológicos, sócio-político-culturais), considerando-se ainda outras alternativas, como o desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída e estar associado “ao projeto mais amplo de construção da pessoa humana” (Freire).

Nesta direção os conteúdos são selecionados conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos Cursos de Graduação que são e serão ofertados pela FIP, e o Catálogo Nacional de Cursos Superior de Tecnologia 2016 e que visa ajudar as novas gerações a compreender/refletir o mundo que a cerca, conhecer sua história, promover valores e utopias. Por intermédio deles é que se incluem etnias, grupos sociais desfavorecidos e remetem à questão que diz respeito ao tipo de cidadão que se quer construir.

Dessa forma, as **estruturas curriculares** dos cursos da FIP externarão coerência com as DCN's no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (em detrimento das disciplinas clássicas isoladas e aplicadas), à articulação teoria e prática e a compatibilidade da carga horária total (em horas), devidamente organizada em eixos de formação geral, básica e específica, assim como os conteúdos obrigatórios, eletivos e/ou optativos, às atividades complementares, a extensão e às atividades desenvolvidas no campo profissional, além de vislumbrar, também, a acessibilidade pedagógica e atitudinal.

Com base na **seleção de conteúdos** a FIP preocupou-se em articular o processo de formação do aluno, proporcionando na **elaboração dos currículos**, maior comunicação e permeabilidade entre seus diferentes cursos, buscando eixos comuns e disciplinas que permitam a formação ampla dos acadêmicos, com mobilidade entre cursos. Ela é convicta de que a integração entre cursos por meio de eixos temáticos comuns estimula a mobilidade do aluno na Faculdade e favorece sua formação interdisciplinar.

No que tange ao eixo de formação geral, em cada área de conhecimento foram estruturadas, no mínimo, seis disciplinas/componentes curriculares que

sejam comuns a todos os cursos de graduação da FIP, os quais serão denominados (as) de disciplinas de núcleo comum à área de conhecimento.

Referente às atividades pedagógicas, objetiva que estas apresentem suficiente coerência com a **metodologia** prevista a ser implantada, inclusive em relação aos aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal.

Por sua vez, os **estágios curriculares** supervisionados e ou práticas pedagógicas supervisionadas, estão previamente previstos nos PPC's dos cursos da FIP e serão institucionalizados, de maneira adequada, considerando, em uma análise sistêmica e global os aspectos de carga horária, que serão realizadas por meio de atividades pré-profissionais, que têm como finalidade proporcionar e supervisionar atividades, através das quais os estudantes poderão aprimorar habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão, possibilitando a integração entre conceitos acadêmicos e ações práticas específicas pertinentes à formação profissional.

Concernente as **atividades complementares**, estas estão previstas nas estruturas curriculares de todos os cursos da FIP e devidamente regulamentadas e institucionalizadas em horas distribuídas em iniciação científica, monitoria, extensão, estágio extracurricular, seminários, simpósios, participação em eventos ou programas científicos e/ou culturais e de visitas técnicas, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo as práticas de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Condizente ao **trabalho de conclusão de curso (TCC)**, este também está previsto nas estruturas curriculares de todos os cursos da FIP e devidamente regulamentado e institucionalizado através da apresentação do TCC dos respectivos cursos, pelos alunos matriculados no penúltimo período do curso (TCC I, quando contemplado na matriz), cabendo a esses alunos a apresentação do projeto de TCC e no último período (TCC II ou TCC) a defesa do trabalho perante banca.

Em relação às **tecnologias de informação e comunicação (TIC's)**, para somar ao processo ensino-aprendizagem, a FIP busca desenvolver métodos de educação capazes de aproveitar os recursos oferecidos pelas tecnologias existentes de informática e comunicações, que uma vez implantados, permitam

executar, muito bem, os projetos pedagógicos dos cursos, para isso conta com o apoio da internet wireless, laboratório de informática, equipamentos de multimídia, softwares de apoio ao ensino e aprendizagem, entre outros recursos, a ser disponíveis de maneira suficiente, à execução dos projetos, garantindo, sobretudo, a acessibilidade e o domínio das TIC's.

Em relação aos **procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem**, estes, são trabalhados sob a ótica de função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhora contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem a fim de atender satisfatoriamente, à concepção dos cursos, previamente definida nos seus PPC's.

Complementarmente, para consolidar os objetivos gerais da FIP e os objetivos da formação específica de cada curso, os projetos pedagógicos de cursos (PPC's), são construídos coletivamente e apresentarão basicamente o planejamento estrutural e funcional, dentro do qual são tratados os objetivos de cada curso, o perfil esperado do egresso, as competências e as habilidades a ser desenvolvida, a estrutura curricular, a metodologia a ser adotada para a consecução da proposta, a sistemática da avaliação da aprendizagem, sistema de autoavaliação do curso, as atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação, o estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades teóricas práticas de aprofundamento, além do local de funcionamento, os recursos humanos disponíveis, a infraestrutura necessária, as formas de gestão e a avaliação do PPC, tempo mínimo e máximo de integralização, bem como outros aspectos imprescindíveis à sua realização.

Assim sendo, em consonância com o final do parágrafo anterior, a integralização dos cursos deverá obedecer aos prazos mínimos e máximos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

a) Seleção dos Currículos

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas: a revisão contínua dos currículos; a atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional; a orientação acadêmica; a

ampliação dos recursos de apoio ao ensino; o aperfeiçoamento docente; a qualificação docente; a criação de novos cursos; a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

A FIP observa as seguintes diretrizes na elaboração e revisão dos currículos:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso e o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às DCNs;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teóricometodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas e dimensionamento da carga horária;
- Adequação e atualização das ementas, bibliografias e programas das disciplinas.

5.2.3 Princípios Metodológicos

No processo de ensino e aprendizagem dos cursos da FIP, os métodos utilizados são moldados às especificidades dos componentes curriculares abordados de cada curso, visando desenvolver as habilidades e competências pré-estabelecidas, contribuindo, em todos os aspectos, para a formação do perfil do egresso desejado. Os discentes, sujeitos da aprendizagem, participarão ativamente desta construção ao integrar os órgãos da Faculdade e do Curso, por meio de representatividade, além da interação com o docente, agente facilitador deste processo, no ambiente de sala de aula.

Para o desenvolvimento dos métodos educacionais é proposto alguns itens, a saber:

- I. Promover um ensino baseado nos preceitos da ética e da integridade humana, estimulando o desenvolvimento do senso crítico, da cooperação, da iniciativa e da liderança.
- II. Desenvolver a consciência das possibilidades emancipatórias da humanidade que estão implícitas nas transformações tecnológicas em curso.
- III. Desenvolver uma prática pedagógica emancipadora, democrática, participativa e construtiva a partir da atuação ativado aluno.
- IV. Adotar a flexibilidade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos.
- V. Enfatizar a postura, os valores e princípios éticos face à evolução científico-tecnológica, bem como os conhecimentos e habilidades inerentes ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

- VI. Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação.
- VII. Estimular o espírito empreendedor dos participantes de maneira a promover sua autonomia intelectual para a aprendizagem permanente e compreensão do processo tecnológico em suas causas e efeitos.
- VIII. Incentivar estudos e pesquisas aplicadas na área de seus cursos, bem como desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços.
- IX. Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias.
- X. Analisar as transformações tecnológicas e organizacionais da produção, que perpassam as relações dos homens entre-se e destes com a natureza, visando a um amplo processo de transformação social.
- XI. Analisar os impactos das transformações do trabalho no mundo atual e suas consequências na vida do trabalhador, no sistema de relações sociais e no mundo do conhecimento.

a) Práticas Pedagógicas Inovadoras

A concepção pedagógica adotada está pautada em pressupostos filosóficos que consideram o conhecimento como mutável e como construção constante, configurando um paradigma pedagógico que desloca a atenção do ensino para o processo de aprendizagem, que valoriza a possibilidade de troca, questionamentos, diferentes visões, estimulando a atividade do sujeito.

Nesta perspectiva “(...) o homem não lida com o conhecimento como verdade absoluta, mas como saberes relativos, parciais, fragmentados, que requer em uma contínua reconstrução ou integração”.⁴ Pauta-se, portanto, nos princípios da aprendizagem com autonomia, propiciada pela “(...) busca sistemática da solução de problemas e construção de novos conhecimentos, que asseguram o saber, o saber fazer e o saber ser e conviver – condições básicas para a autonomia profissional”.⁵

Nesse enfoque, os Projetos dos cursos apresentam uma concepção pedagógica inovadora, viabilizada pela metodologia de projetos ou de eixos temáticos, que propicia aos estudantes a participação em situações de

⁴ POZO, J.I. Aprender e ensinar: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

⁵ MERCADANTE, M.S. Profissionalidade do ensino educação profissional técnica de nível médio. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2004, p.56.

aprendizagem ativas que propiciem a constituição de competências profissionais previstas nos perfis de conclusão dos cursos.

Os **Projetos Integradores** ou **Eixos Temáticos**, além de orientar o desenvolvimento do curso, constituem-se em expressão exemplar do trabalho do futuro profissional e estão identificados coma(s)competência(s)as erem desenvolvidas no período. Possuem ainda as seguintes características:

- I. exigem trabalho de pesquisa;
- II. exigem a realização de trabalho em grupo;
- III. desenvolvem o espírito analítico e a capacidade de sintetizar situações complexas;
- IV. exercitam a execução do processo decisório de forma lógica e racional;
- V. exercitam a capacidade de expressão oral e escrita;
- VI. articulam as unidades curriculares, favorecendo a integração curricular.

Cada semestre é apresentado um Projeto Integrador cujo desenvolvimento irá prever a mobilização e articulação de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para a solução de problemas emergentes do próprio projeto e pertinentes às competências previstas. De forma contextualizada e interdisciplinar, as unidades curriculares definidas por semestre oferecerão os insumos necessários à constituição das competências mais complexas previstas no projeto.

A metodologia de projetos redimensiona o processo de aprendizagem na medida em que considera que “todo conhecimento é construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, sendo, por isso mesmo, impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo. O desenvolvimento profissional dos estudantes é tido como um processo global e complexo, onde o conhecer e intervir no real não se encontram dissociados.”⁶

Dessa forma, o plano de trabalho dos docentes deverá prever um conjunto de atividades que considerem os problemas peculiares da área e que contemplem estratégias diversificadas que incentivem o participante a analisar, refletir, opinar, argumentar, tomar decisões e assumir responsabilidades. Para

⁶ LEITE, L.H.A. A pedagogia de projetos em questão. Texto produzido a partir da palestra no Curso de Diretores da Rede Municipal de Belo Horizonte, promovido pelo CAPE/SMED em dezembro de 1994.

tanto, tal plano devera pautar-se nos princípios da aprendizagem com autonomia, conferindo, ao participante, condições para o “aprender a aprender”.

As estratégias planejadas deverão, portanto, prever momentos de atividades dirigidas com objetivos claros, que ocorram num ambiente adequado e que levem em conta os princípios educacionais da proposta.

A pesquisa, elemento essencial na formação do educando, deve ser desenvolvida no âmbito do trabalho dos empreendimentos da área específica do curso, numa atitude cotidiana de busca da compreensão dos fenômenos e dos processos que a envolvem.

O foco principal da pesquisa se dará no próprio processo de formação do educando e na área em que irá atuar, contribuindo para a autonomia profissional.

A pesquisa possibilitará, ainda, que o estudante seja capaz de reconhecer os fatos reais relacionados com sua aprendizagem, considerando as relações existentes nas diferentes situações com que se depara, colaborando para intervir e criar estratégias específicas voltadas para sua formação profissional.

Os projetos, mais do que os estágios supervisionados realizados no curso, contribuem para a aprendizagem, ao contextualizar problemas concretos que devem ser resolvidos no cotidiano do processo. São adequados para integrar e articular o currículo e para flexibilizar a ação, tendo como referência básica o projeto pedagógico, proporcionando aos participantes do curso a vivência real de atuação profissional.

Os projetos realizados nos diversos módulos representam a oportunidade de relacionar os estudos das questões educacionais com as práticas pedagógicas percebidas / vividas no decorrer do processo.

A orientação e o apoio aos participantes no desenvolvimento dos projetos são de responsabilidade dos docentes envolvidos nos diversos módulos para garantir a coerência e a indissociabilidade dos estudos e pesquisas com a prática a eles inerentes.

5.2.4 Processo de Avaliação da aprendizagem

De acordo com o Regimento Interno da Faculdade Impacto de Porangatu, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático e cumulativo de apuração do

aproveitamento do aluno, em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para a intervenção na realidade e no exercício profissional e científico de uma educação continuada.

A avaliação busca ir além da simples aplicação de provas e testes, e tenta verificar o investimento do aluno mediante a reprodução livre, com expressões próprias, relacionamentos, simulações, explicações práticas e outros.

Podemos dizer que a avaliação, como parte integrante do planejamento do processo de ensino-aprendizagem apresenta três funções, as quais fazem parte do sistema de avaliação da FIP. São elas:

- **Função Diagnóstica:** Tem por finalidade realizar uma sondagem de conhecimentos e experiências já adquiridas pelo aluno.
- **Função Formativa:** Propicia aos envolvidos, professor e aluno, ao longo do processo ensino-aprendizagem, a correção de falhas, esclarecimentos de dúvidas e estímulo ao alcance dos objetivos propostos.
- **Função Somativa:** Considerando que a função somativa da avaliação visa a proporcionar uma medida expressa em uma nota correspondente ao desempenho do aluno, será realizado, durante o curso, um processo de avaliação contínuo, verificando assim se os objetivos da disciplina foram alcançados após o processo de ensino-aprendizado vivenciado e finalizado.

O aproveitamento escolar é avaliado por meio do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtido nas atividades acadêmicas e é feita por disciplina. Para esta avaliação convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina, em número de 4 (quatro), no mínimo, por período letivo, visando a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) com intervalos de 0,5 (zero, vírgula cinco) sendo exigido, no mínimo, a nota 6,0 (seis) para aprovação.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência de no mínimo 75%, sejam as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas no Regimento Interno, ou seja:

Art. 72 - A aprovação nas disciplinas dar-se-á por média ou por exame final.

§ 1º- Considera-se para todos os efeitos, Média Parcial (MP) como a média aritmética de notas bimestrais (B-1 e B-2), como sendo resultante de no mínimo 02 (duas) avaliações por bimestre prevista no plano de cada disciplina.

§ 2º- Considerar-se-á aprovado por média, o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento e média parcial igual ou superior a 6,0 (seis), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina. Calcula-se a Média pela seguinte fórmula:

$$\text{Exemplo: } \frac{B1 + B2}{2} = \text{MP igual ou } > 6,0$$

§ 3º. Ao final da disciplina, o aluno que não atingir a Média Parcial (MP) estabelecida no caput deste artigo, pode prestar Exame Final (EF), devendo obter, também, neste caso, uma Media Final (MF), resultante da média aritmética simples entre as notas obtidas na Media Parcial (MP) e o Exame Final (EF) para a disciplina, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver Media Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

$$\text{Exemplo: } \frac{MP + EF}{2} = \text{MF igual ou } > 6,0$$

§ 4º. É considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver Media Parcial ($B1 + B2 = MP$) igual ou inferior a 1,9 (um vírgula nove) não podendo assim se submeter ao exame final (EF).

$$\text{Exemplo: } \frac{B1 + B2}{2} = \text{MP igual ou } < 1,9$$

§ 5º- O aluno com Média Parcial Inferior a 2,0 (dois) ou com frequência inferior a 75% (setenta e cinco) por cento, será considerado reprovado na disciplina e não tem direito a prestar exame final (EF).

Art. 73 - O aluno que por motivo de força maior ou de doença, devidamente comprovado, não possa comparecer a uma avaliação regular é facultada a 2ª (segunda) chamada, mediante requerimento, encaminhado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da realização da mesma.

Parágrafo único. Para os casos devidamente comprovados, uma única 2ª (segunda) chamada por prova e por disciplina no bimestre letivo, poderá ser requerida.

[.....]

Art. 76 - É assegurado ao aluno o direito à revisão de provas, desde que esta seja requerida na Secretaria Acadêmica com a devida justificativa até, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado.

§ 1º - A revisão de prova será efetuada por banca composta de pelo menos 02(dois) professores e o Coordenador do Curso.

§ 2º - Para efeito do que prevê o parágrafo anterior, a banca deverá ter disponível:

- I. a prova aplicada ao aluno com o respectivo gabarito;
- II. os critérios de avaliação utilizados pelo professor responsável pela disciplina.

Art. 77 - Para um melhor desenvolvimento do plano de ensino das disciplinas e por iniciativa do professor, poderá ser desenvolvido, concomitante ao período letivo, estudos de recuperação de conteúdos e notas.

5.2.5 Descrição do Sistema de Avaliação em EaD

A avaliação busca ir além da simples aplicação de provas e testes, e tenta verificar o investimento do aluno mediante a reprodução livre, com expressões próprias, relacionamentos, simulações, explicações práticas e outros.

Podemos dizer que a avaliação, como parte integrante do planejamento do processo de ensino-aprendizagem apresenta três funções, as quais fazem parte do sistema de avaliação da FIP. São elas:

- **Função Diagnóstica:** Tem por finalidade realizar uma sondagem de conhecimentos e experiências já adquiridas pelo aluno.

- **Função Formativa:** Propicia aos envolvidos, professor e aluno, ao longo do processo ensino-aprendizagem, a correção de falhas, esclarecimentos de dúvidas e estímulo ao alcance dos objetivos propostos.
- **Função Somativa:** Considerando que a função somativa da avaliação visa a proporcionar uma medida expressa em uma nota correspondente ao desempenho do aluno, será realizado, durante o curso, um processo de avaliação contínuo e, obrigatoriamente, duas avaliações presenciais por módulo, verificando assim se os objetivos da disciplina foram alcançados após o processo de ensino-aprendizado vivenciado e finalizado.

As avaliações dos estudantes baseiam-se nas competências e habilidades esperadas, definidas no planejamento didático, e respectivamente associadas aos conteúdos curriculares, tendo como referência as Diretrizes Curriculares. O acompanhamento constante do desempenho do aluno será efetuado pelo tutor.

As disciplinas dos cursos em EaD, da FIP, preveem avaliações presenciais, de frequência obrigatória.

Os alunos serão avaliados por disciplina em relação aos conhecimentos adquiridos e às competências e habilidades desenvolvidas, sendo discutido o seu aproveitamento ao longo e ao final do processo. A principal base de sustentação da avaliação da aprendizagem do aluno será o acompanhamento constante de seu desempenho, efetuado pelo tutor.

Os Cursos são ofertado trimestralmente, fica ressaltada a importância da utilização de um processo de avaliação da aprendizagem que ateste efetivamente o desenvolvimento das competências e habilidades desejadas.

A avaliação da aprendizagem do aluno dos cursos a Distância de Graduação será contínua, com ênfase nos aspectos colaborativos, incluindo tarefas grupais/individuais, considerando tanto o processo como os desempenhos alcançados.

Tal processo avaliativo da aprendizagem da disciplina é composto por dois tipos:

- a) atividades avaliativas online: se darão ao longo do curso no decorrer das unidades das disciplinas. É composta pela verificação da participação dos alunos nos exercícios de autocorreção, nos fóruns, nas atividades colaborativas, pesquisas, análises críticas referentes aos conteúdos das aulas e defesa de posicionamentos.

- b) uma avaliação presencial por trimestre: As avaliações presenciais ocorrerão ao final de cada trimestre e constarão de itens de múltipla escolha (60%), de questões dissertativas (40%) e/ou de atividades teórico-práticas, com elaboração de projeto e/ou artigo sobre os conteúdos desenvolvidos, de acordo com a especificidade da disciplina.

a) Atividades de Avaliação Presencial

As avaliações presenciais obrigatórias dos cursos a distância são realizadas nas instalações da FIP e nos Polos de Apoio Presencial (quando houver).

As avaliações presenciais obrigatórias, totalizando 2 (duas) por trimestre (B2 e B3), são realizadas na sede da Faculdade e nos Polos de Apoio Presencial (quando houver), credenciados pelo MEC, de acordo com a Portaria Nº 1067, de 01/11/2013 e da Resolução do MEC/CNE/CES Nº 1, de 11/03/2016. O calendário de realização das avaliações presenciais obrigatórias será divulgado para os alunos ao início do curso, para que possam fazer o agendamento prévio e garantir a disponibilidade de participação.

Com relação à formação da nota final do aluno, em cada disciplina, a média da pontuação obtida nas avaliações presenciais obrigatórias corresponderá a 60% enquanto que a média da pontuação nas demais atividades avaliativas, realizadas a distância, corresponderá a 40%.

Conforme estipulado no artigo 4º do Decreto 5.622/2005, os resultados das avaliações presenciais prevalecerão sobre aqueles obtidos em qualquer outra forma de avaliação a distância, e sempre terão um peso maior que estes.

No caso de o aluno faltar à avaliação presencial obrigatória, será dada a ele a alternativa de realização da avaliação N3, em substituição a avaliação em que esteve faltoso.

As avaliações de aprendizagem propostas estão orientadas para a verificação dos conhecimentos efetivamente construídos e das competências e habilidades profissionais desenvolvidas pelo aluno, aferindo-se tais resultados por meio da realização de trabalhos de pesquisa individuais e em grupo, além de estudos de caso para aplicação prática do que foi aprendido, integrando as novas informações aos conhecimentos prévios dos alunos.

b) Atividades Interativas/Online

O acompanhamento do desempenho do aluno pelos Docentes/tutores, coordenadores e pelo próprio discente permite uma interação mais dinâmica e ativa do aluno com o conteúdo do curso, possibilitando a formulação dos seus questionamentos e dúvidas de forma objetiva.

Estas serão realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA - adotado pela Faculdade:

- I. Fóruns de discussão temáticos, de revisão, por aula ou por assunto;
- II. Atividades discursivas, baseadas em situações de aplicação, síntese ou análise, por meio de situações problema, estudos de casos, etc.;
- III. Atividades objetivas, por meio de exercícios dinâmicos (perguntas variáveis), com autocorreção e gabarito comentado;
- IV. Chat agendado para discussões de conteúdos da disciplina;
- V. Teleclasse;

Tais atividades serão administradas pelo rastreamento da navegação de cada aluno ou turma, em cada ferramenta, e com identificação do tempo e número de acessos. Estas atividades podem ser avaliativas ou não avaliativas, dependendo do desenho didático existente no Mapa de Atividades proposto para a disciplina.

A pontuação por participação nas atividades interativas será adicionada à nota alcançada pelos alunos nas atividades avaliativas online.

c) Acompanhamento das Atividades Avaliativas Online

No início de cada período letivo será publicado no AVA o calendário para realização das atividades online de cada disciplina e os respectivos critérios de avaliação. Os professores-tutores têm um limite de 48 horas para o esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos alunos em relação às atividades realizadas e um prazo máximo de 7 dias úteis para a correção, a partir da data em que foram postadas no ambiente, pelo aluno.

➤ COMPOSIÇÃO DAS AVALIAÇÕES:

1ª Avaliação B1:

O calendário das avaliações será publicado na página principal da disciplina. A avaliação B1 é igual à média aritmética das atividades avaliativas on-line, totalizando até 10 (dez) pontos. Na média final, a nota de B1 terá peso 4.

Para a avaliação B1, somente não será permitida a obtenção do grau zero, por rendimento ou por não realização das atividades, caso isto venha a acontecer o aluno estará reprovado.

2ª Avaliação B2:

A segunda avaliação B2 é uma avaliação presencial (total de dez pontos), contendo o conteúdo completo. Na média final a nota de B2 terá peso 6. A nota obtida será somada à primeira avaliação B1. A aprovação se dará com obtenção de notas que estejam entre 6,0 pontos (seis) e 10,0 pontos(dez), salientamos que a nota mínima será igual a 6,0 pontos.

3ª Avaliação N3:

A terceira avaliação B3 é uma avaliação presencial (total de dez pontos), contendo o conteúdo completo. Na média final, a nota de B3 terá peso 6. A avaliação B3 terá somente as funções a seguir:

- I. Avaliação de 2ª chamada para o aluno que não fez a avaliação B2.
- II. Avaliação para o aluno alcançar a média final de aprovação 6,0 (seis), em substituição a avaliação B2 (caso não tenha alcançado a média).
- III. Avaliação optativa para o aluno melhorar sua média final, substituindo a avaliação B2.

Observação: o aluno que realizar a B3 como segunda chamada não terá direito à marcação de nova prova para recuperação da nota.

➤ DA APROVAÇÃO

O aluno será aprovado na(s) disciplina(s) se atender a TODOS os critérios a seguir:

- I. Caso o aluno que obtenha grau zero, por rendimento ou por não realização das atividades na etapa de B1, estará reprovado, sem a necessidade de realização das provas presenciais, em função da nota de avaliação B1 não pode ser substituída nos casos de pontuação zero.
- II. Obtiver aproveitamento igual ou maior a 50% em uma das provas presenciais, ou seja, nota igual ou maior a 5 (cinco) pontos.

III. Obter grau numérico igual ou maior a 6 (seis) na média ponderada entre o primeiro grau de qualificação (B1) e o segundo grau de qualificação (B2 ou B3); essa média final (MF) será calculada por meio da seguinte fórmula:

$$MF = (B1 \times 4) = (B2 \times 6) / 10 \text{ ou } MF = (B1 \times 4) = (B3 \times 6) / 10$$

d) Aprovação na Disciplina e no Módulo

O aproveitamento do aluno em cada disciplina, nas avaliações presenciais (AP) e nas atividades on-line (AO) será expresso por meio de uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) e computado somente até a primeira casa decimal.

Para se fazer avaliações pedagogicamente consistentes, cada docente precisará, a priori, estabelecer as competências a serem desenvolvidas ou os objetivos a serem atingidos, definidos na fase de planejamento das disciplinas.

Os exercícios escolares e outras formas de verificação do aprendizado previstas sob forma de avaliação no plano de ensino da disciplina serão analisados pelo NDE e aprovados pelo Colegiado, todo início de trimestre, considerando as características e perfil dos alunos ingressantes, visando à aferição do aproveitamento escolar do aluno.

As avaliações da aprendizagem e do desempenho escolar serão feitas por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento das atividades e dos conteúdos ministrados em cada uma delas.

5.2.6 Atividades Práticas Profissionais, Complementares e Estágios

Entende-se que a educação superior precisa capacitar o aluno de forma ativa com atividades práticas capazes de estabelecer relações significativas entre a formação técnica e a formação profissional. Estas atividades estão sistematizadas e se desenvolvem primordialmente em ambientes específicos: em laboratórios, em ambientes externos à Instituição (empresas públicas e privadas, escolas públicas e privadas, órgãos governamentais e não governamentais e outros).

5.2.7 Estágio Curricular

De acordo com a legislação vigente, o Estágio Curricular é um ato educativo escolar supervisionado, de caráter teórico-prático, que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e da cidadania.

O Estágio deve evidenciar as competências básicas indispensáveis para a formação pessoal, profissional e ética dos estudantes. Como espaço de experiência e/ou aplicação da teoria científica trabalhada durante o curso, o Estágio precisa colaborar de maneira efetiva, na dimensão formadora – desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pessoais e profissionais, e na dimensão social e política – favorecimento das discussões e reflexões, para envolver a vida acadêmica com pessoas, com a realidade viva do mercado de trabalho e da sociedade como um todo.

A função do estágio curricular é a integração entre a vida acadêmica e a vida prática, de forma dialética, articulando conhecimentos e prestação de serviços, para estabelecer a prática como ponto de reflexão e de vivência à luz da realidade e do ato crítico que constrói o pensamento ético, humano, científico e social.

O artigo 82, da LDB nº9.394/96, atribui aos sistemas de ensino o estabelecimento de normas para a realização dos estágios pelos alunos regularmente matriculados no ensino superior e, além disso, cabe ressaltar que na FIP aplica o disposto na Lei nº 11.788/08 que dispõe sobre a definição, classificação e as relações de Estágio.

O Estágio Supervisionado Obrigatório deve proporcionar ao estudante experiências práticas na sua linha de formação, favorecendo a articulação do ensino com a extensão.

O Estágio é tratado como um dos componentes curriculares das matrizes curriculares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, orientado e acompanhado semestralmente/trimestralmente por professor da área com carga horária definida, sujeito à avaliação e estruturado por uma série de instrumentos que se encarregam da inserção do aluno na organização que o recebe e da

comunicação dessa organização com a Instituição de Ensino. O cumprimento da carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Compõe a carga horária de Estágio todas as atividades desenvolvidas pelo aluno e reconhecidas pela Instituição por meio de convênios firmados pela Instituição de Ensino, incluídas as atividades de monitoria, desde que definidas nos termos de compromisso.

A linha metodológica busca reconhecer e valorizar as atividades práticas vivenciadas enquanto componente e experiência curricular.

O Estágio enquanto componente curricular não está dissociado das formulações teóricas e orientações acadêmicas para as diferentes disciplinas. Todavia, pela própria natureza deste componente curricular, se vale dos instrumentos elaborados para tal fim e que visam promover o acompanhamento e a avaliação do estagiário de acordo com o firmado no Termo de Compromisso.

Com relação ao Estágio Curricular Supervisionado, expressas nos PPCs, deverão atender rigorosamente as exigências e orientações previstas nas DCNs. O estágio poderá ser obrigatório e não obrigatório. Cada curso tem autonomia para elaborar um Regulamento de operacionalização do estágio, respeitando a Lei de Estágios e as normas institucionais.

Os Cursos Superiores da FIP instigarão no acadêmico a realização de estágio curricular não obrigatório, como por exemplo:

- I. no desenvolvimento de pesquisas;
- II. estudos sobre mercado e áreas de atuação;
- III. tendências mercadológicas;
- IV. comportamento dos consumidores; etc.

5.2.8 Atividades Complementares

As atividades complementares constituem parte integrante do currículo dos Cursos Superior e têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, privilegiando as atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional. São práticas obrigatórias para todos os alunos da FIP que ingressarão na graduação a partir das autorizações dos cursos, conforme determina a

Resolução CNE/CES Nº1/2001 e as DCNs, o seu cumprimento é indispensável para a obtenção do grau correspondente.

Constituem-se em atividades que podem ser apresentadas sob múltiplos formatos e que têm como objetivos: complementar e sintonizar o currículo pedagógico vigente; ampliar os conhecimentos e as práticas para além da sala de aula; favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência social e favorecer a tomada de iniciativa dos alunos. Na FIP as atividades complementares serão regulamentadas por meio da Resolução e aprovada pelo Conselho Superior da FIP.

Os Cursos da FIP serão bastante focados no mercado de trabalho. Seu método de ensino abrangerá estudos e atividades práticas que permitirão ao futuro profissional uma atuação ética e responsável, tendo como objetivo o desenvolvimento científico tecnológico para atuar no mercado e desenvolver atividades específicas da prática profissional.

A FIP irá utilizar de diversificadas estratégias para prática profissional, destacando-se:

- I. O desenvolvimento dos projetos que articulam o currículo e que poderão ser desenvolvidos pelos estudantes e docentes dos cursos. Os projetos serão desenvolvidos em situação real, atendendo necessidades específicas.
- II. As Coordenações dos Cursos que poderão promover encontros e reuniões periódicas com grupos de pessoas de notório saber e com profissionais e empresas das áreas dos cursos oferecidos, proporcionando aos estudantes oportunidades de estabelecer relacionamentos e vivências profissionais.

5.2.9 Inovações Significativas

Considerando o que está estabelecido na visão da FIP, de se consolidar como referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na região de Porangatu, as ações da Faculdade, integrando ensino, incentivo à extensão, devem promover e fomentar a inovação tecnológica e contribuir para a consolidação e ampliação das políticas de proteção à propriedade intelectual.

Essas ações devem ser realizadas, de forma integrada, em todos os setores, considerando a indissociabilidade entre ensino e extensão e devem ser trabalhadas para estreitar a relação da Faculdade com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social da região.

5.2.10 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

Os cursos da FIP serão organizados semestralmente e trimestralmente para a EaD. As matrizes curriculares, bem como as propostas de estágio, atividades complementares e TCC expressas nos PPCs deverão atender rigorosamente as exigências e orientações previstas nas DCNs.

O ensino será organizado a partir de uma metodologia que favorece as atividades de aprendizagem individual e coletiva, bem como estudos teóricos e práticos. Aos acadêmicos oriundos de outras IES procede-se o aproveitamento de estudos dos componentes curriculares cursados com aprovação e com carga horária equivalente ou superior aos componentes dos cursos da IES, sendo oportunizada ao discente, a possibilidade de transferência interna entre os cursos afins e o aproveitamento de disciplinas cursadas dentro ou fora da casa, nos termos da legislação em vigor.

Em consonância com a LDB (Art. 47, § 2º), a IES oferece aos seus alunos, que demonstrarem extraordinário aproveitamento em componentes curriculares específicos, a possibilidade de abreviarem a integralização de seus cursos mediante a realização de avaliação em banca examinadora, de acordo com normas próprias.

O aproveitamento de estudos pode ser concedido para o discente transferido e para portadores de estudos de nível superior, na forma das normas fixadas pelo CONSUP, observada a legislação vigente.

Pode haver aproveitamento de estudos quando o conteúdo do componente curricular cursado na IES de origem atingir no mínimo 60% e a carga horária seja de pelo menos 75% do previsto na matriz curricular do curso na FIP.

Ao aluno transferido é concedido aproveitamento dos estudos realizados com aprovação na instituição de origem, ficando sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias.

Esse aproveitamento é concedido pelo coordenador do curso, ouvido, o professor responsável pela disciplina, observada a legislação vigente.

5.2.11 Avanços Tecnológicos

O uso da Internet cria possibilidades ilimitadas fazendo com que os professores/tutores aprendam ao mesmo tempo em que os estudantes se atualizem constantemente tanto seus saberes disciplinares quanto suas competências pedagógicas.

O professor deve almejar um domínio contínuo e crescente das tecnologias que estão nos sistemas educacionais e na sociedade, mediante um relacionamento crítico com ela. O docente deve dominar a utilização pedagógica das ferramentas tecnológicas, de forma que elas facilitem a aprendizagem, seja objeto de conhecimento e instrumento para a construção do conhecimento.

A FIP entende que o novo educador deve ser um tecnólogo cuja ação está alicerçada em um processo científico capaz de submeter o aluno à exposição com domínio dos aspectos técnico-pedagógicos dos currículos e das metodologias.

Para a IES educação e tecnologia caminham juntos, buscando inserir os avanços tecnológicos para alcançar a eficiência e a eficácia no processo ensinoaprendizagem.

Considera-se o uso da Internet um avanço tecnológico, a permanecer presente por muitas décadas, como ferramenta e solução nos ambientes de aprendizagem. A FIP disponibiliza aos docentes e discentes ferramentas que colaboram com o desenvolvimento e o crescimento relacionados ao uso das tecnologias na educação. O Blog Acadêmico é uma dessas ferramentas oferecidas aos professores/tutores para que possam compartilhar seus textos, artigos, avisos, indicações, revisões de livros e outros. Outra ferramenta que está disponível é o Ambiente Virtual de Aprendizagem, que é utilizada para apoio às disciplinas ministradas nas diversas modalidades de ensino.

O outro avanço tecnológico se encontra na estrutura física da FIP com o uso de salas de multimídia, com telas interativas à disposição dos docentes.

6 CORPO DOCENTE/TUTOR

Em consonância com a legislação do ensino vigente, o corpo docente da FIP é constituído por professores/tutores doutores, mestres e especialistas, observado o percentual mínimo, no curso, de pelo menos, 30% (trinta por cento) de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) e com pelo menos, 33% (trinta e três por cento) dos docentes do curso previsto/efetivo contratados em regime de trabalho de tempo integral ou parcial.

Em atenção aos critérios estabelecidos, a FIP, não admitirá a contratação de professores/tutores sem a titulação mínima de especialista, comprovada e obtida em Instituição de Ensino Superior devidamente regulamentada.

Para atender aos requisitos mínimos legais de titulação o Núcleo Docente Estruturante (NDE), é composto de pelo menos 60% (sessenta por cento) por professores/tutores mestres e doutores, sendo todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, com no mínimo 20% (vinte por cento) em tempo integral, conforme orientação da Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010.

6.1 Requisitos de Titulação e Regime de Trabalho

6.1.1 Titulação

O corpo docente da FIP é constituído de profissionais qualificados, com ampla experiência na docência e na sua área de atuação. Na constituição do corpo docente serão observados os critérios mínimos de qualificação e experiência exigidos pelo Ministério de Educação, considerando sempre a capacidade de produção científica de professor.

A admissão é feita mediante Processo Seletivo publicado em Edital, supervisionada pelo Coordenador de Curso e pela Diretoria Acadêmica, autorizada pela Diretoria Geral, observados os seguintes critérios:

- I além da idoneidade moral do candidato serão considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados à matéria a ser por ele lecionada;

- II constitui requisito básico o diploma de graduação e certificado de pósgraduação correspondente ao curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada, seja ele Especialista, Mestre ou Doutor com no mínimo dois anos de magistério superior ou de atividade técnico-profissional.
- III para admissão de professor Doutor ou promoção a este nível, exigir-se-á alternativamente:
 - a) título de Doutor, obtido em curso nacional credenciado ou equivalente estrangeiro, ter cumprido o período de qualificação da tese no Programa de Doutorado ou título de livre docente, obtido na forma da lei; e
 - b) a titulação mínima acrescida de trabalhos publicados de real valor ou de exercício efetivo, de no mínimo dois anos de magistério superior ou de atividade técnico-profissional.

A admissão como professor Doutor, bem como a promoção a esta classe dependerá da existência de vagas e dos correspondentes.

A Faculdade Impacto de Porangatu pode dispor de docentes visitantes ou colaboradores para complementar, na medida das necessidades, seu quadro de docentes.

6.1.2 Regime de Trabalho

O regime de trabalho docente na FIP é dividido em três categorias, considerando a carga horária semanal e as atividades desenvolvidas: Trabalho Integral (TI), Trabalho Parcial (TP) e Horista (H).

Será considerado professor em regime de TI aquele que se dedicar 40hs semanais de atividades e que dessa carga horário no máximo 20hs sejam dedicadas em atividades de sala de aula, podendo o docente dedicar as outras 20hs a atividades de extensão, estudos, pesquisas, orientação, planejamento e avaliação.

Considerar-se-á professor em regime de TP o docente que se dedicar 12hs ou mais de atividades na instituição não podendo ultrapassar 20hs de atividades em sala de aula e dedicando-se pelo menos 25% da carga horária para atividades de planejamento, avaliação e orientação.

O professor em regime de H será aquele que se dedicar menos de 12hs de atividades na instituição. Em nenhuma circunstância o docente deverá trabalhar mais de 20hs em atividades de sala de aula. Destaca-se que apenas em circunstâncias eventuais haverá docentes em regime de trabalho horista.

Considerar-se-á substituições eventuais aquelas realizadas para suprir falta de docentes, decorrente de demissão, falecimento, aposentadoria, capacitação e licença de concessão compulsória, ou realização de projetos de caráter temporário. Neste caso, o professor será considerado, para efeito de vínculo, professor visitante.

Sempre que houver necessidade de contratação eventual de professores/tutores para preenchimento de vagas far-se-á mediante processo seletivo de caráter público, com critérios definidos em edital público.

O docente substituto será admitido, em caráter transitório, pelo prazo máximo de 1 ano e prorrogado por mais 1 ano

6.1.3 Experiências no Magistério Superior e Experiência Profissional Não Acadêmica

A experiência no magistério superior ou na educação profissional (ensino técnico médio) possibilita ao docente uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada às propostas pedagógicas (tanto na dimensão do coletivo como na dimensão do profissional).

O corpo docente da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP” é composto por profissionais experientes na educação superior, aliado à sua experiência profissional não acadêmica, visando, assim, à integração entre teoria e prática, o que possibilita vivências profissionais aos discentes.

Entre os docentes da FIP evidencia-se experiência tanto dentro como fora do magistério que lhes possibilita uma abordagem que articule os conteúdos às necessidades da atuação profissional, resultando na contextualização do ensino. Este deve ser um critério adotado na seleção e contratação de professores/tutores, mas não deve obstar a inserção de professores/tutores com sólida formação acadêmica, mesmo que não tenha experiência profissional em outras atividades que não seja o magistério.

Esta interação entre academia e o mundo corporativo deve pautar as ações de políticas para o corpo docente, na busca de aliar, como destacado, aos referenciais teóricos dos cursos à atuação profissionais do docente no mercado de trabalho.

6.1.4 Critérios de Seleção e Contratação

O quadro docente da FIP é contratado em conformidade com as políticas de contratação especificadas no Plano de Carreira Docente. Ficará a cargo das Coordenações de Cursos apresentarem as necessidades de novos professores/tutores por meio de solicitação à Diretoria Acadêmica, que apresentará em tempo hábil um quadro geral das necessidades de todos os cursos à Diretoria Geral.

O quadro de vagas deve ser publicado por meio de edital público, constando os critérios de seleção, bem como, os critérios de contratação, em conformidade com os critérios estabelecidos no Plano de Carreira Docente.

Destacam-se que entre os critérios de seleção que devem ser definidos em edital, devem estar incluídos: prova de títulos e produção acadêmica e desempenho de aula prática, avaliado por Banca de Avaliação Docente.

A Banca de Avaliação Docente deverá ser constituída de pelo menos dois professores da área do curso e por um profissional da área de educação, para avaliação dos aspectos didáticos da aula.

Os Docentes são contratados pela Entidade Mantenedora seguindo o regime das Leis Trabalhistas e dos acordos e convenções coletivas na base territorial, observados os critérios e normas deste Regimento Geral e do Plano de Cargos e Salários.

Vale ressaltar que o processo de Recrutamento e Seleção, é realizado pela Coordenação de Recursos Humanos, constituir-se-á por um conjunto de procedimentos que visam atrair profissionais com potencial e valores compatíveis aos da Instituição.

O recrutamento será realizado primeiramente entre os professores e demais colaboradores da FIP, dando-lhes a oportunidade de promoção e valorizando as pessoas. Após a análise e esgotamento da possibilidade de promoção interna, inicia-se o processo seletivo externo, com a publicação de

edital nos principais jornais de circulação em Goiás. O processo seletivo se realiza por meio das seguintes fases:

- a) Análise Curricular;
- b) Prova de Títulos e Documentos;
- c) Entrevista Individual;
- d) Testes Psicológicos;
- e) Aula Pública.

Os currículos recebidos são selecionados de acordo com o perfil da vaga existente, observando os critérios mínimos de titulação, tempo de experiência e docência. Os pré-selecionados são convocados para entrevista individual e teste psicológico, sendo condição para participação nesta fase da apresentação da prova de títulos acadêmicos apontados no currículo. Aos candidatos préaprovados serão agendadas aulas públicas, mediante banca examinadora, presidida Coordenador de Curso e composta por mais 2 docentes da FIP sendo um deles licenciado e o outro algum professor da área de atuação do candidato. Após a aula pública, realiza-se a reunião de consenso para definição dos selecionados para contratação que, posteriormente, serão encaminhados ao Departamento de Pessoal para formalizar o seu contrato de trabalho pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

6.1.5 Política de Participação de Docentes em Eventos

A competência para a concessão do incentivo ao docente é Diretor Geral juntamente com o Diretor Financeiro/Administrativo, desde que a participação no evento seja autorizada Diretor Geral, com parecer do(s) coordenador do(s) curso(s).

A “FIP” apoia a participação de seus docentes em eventos científicos, acadêmicos e profissionais realizados por instituições de notório reconhecimento nacional ou internacional.

A participação do docente no evento poderá ser:

- a) Estrito interesse e por indicação da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) como representante desta;
- b) Interesse exclusivo do docente. O incentivo a ser concedido aos docentes variará em função do interesse da IES no evento. A participação do docente no evento deverá ser como:

- I conferencista;
- II debatedor;
- III presidente em sessões do evento;
- IV palestrante para apresentação oral de trabalho completo aceito pela organização do evento, em sessão regular do mesmo;
- V participante com apresentação de trabalho relevante, aceito pela organização do evento.

6.1.6 Plano de Carreira e políticas de qualificação

A Instituição possui a proposta de Plano de Cargos e Salários para seus docentes.

Quanto ao Plano de Carreira Docente (PCD), a FIP considera-o um instrumento de valorização do magistério e de proteção aos docentes, constituindo-se, também, em importante elemento de estímulo ao ingresso na carreira e ao contínuo aperfeiçoamento profissional e pessoal. Acredita-se que sua implementação nas instituições de educação superior oferecerá retorno positivo quanto à qualidade dos cursos oferecidos, propiciando o aprimoramento do processo educacional e, em sentido mais abrangente, contribuindo para o avanço da área de educação como um todo. O PCD da FIP tem como algumas diretrizes:

1. Valorizar o desempenho docente como um todo, oferecendo garantias reais de crescimento na carreira;
2. Contratação mediante processo de seleção de provas e títulos nas categorias da carreira com enquadramento nos níveis determinados no Plano de Carreira;
3. Valorizar a experiência docente e a produção científica como instrumentos de avaliação de desempenho do corpo docente;
4. Realizar avaliação contínua do desempenho dos docentes para fins de promoção no Plano de Carreira; dentre outras.

O Plano de Capacitação Docente é o instrumento empregado para definir e apresentar as políticas, as diretrizes e as metas institucionais de capacitação do quadro docente, bem como as áreas prioritárias para investimento nesse sentido.

O Plano, de periodicidade anual, inclui, também, o planejamento de novos afastamentos para capacitação e o acompanhamento acadêmico dos professores/tutores que se encontram em frequência a cursos de pósgraduação.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos da Instituição.

A FIP pretende investir no aprimoramento técnico pedagógico de seus professores/tutores, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pela própria Faculdade e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

A Política de Formação e Capacitação Docente está sustentada no mérito e em critério de antiguidade, bem como no estímulo que se dará ao docente e será gerida pelo Plano de Capacitação Docente, sob a forma de capacitação e qualificação para a formação continuada do docente e será desenvolvido de acordo com a seguinte formatação:

- a) **Semana Pedagógica:** A semana pedagógica envolverá a realização de palestras e atualizações dos profissionais, oportunidade também que será discutido as diretrizes para a implantação de políticas de integração social, de democratização e acessibilidade, de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, de Educação em Direitos Humanos, de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e de Educação Ambiental, sendo também um período destinado à elaboração dos Planos de Ensino e preparação das atividades letivas;
- b) **Reuniões de estudos estratégicos:** As reuniões de estudos estratégicos serão ministradas em encontros específicos por curso, presididas pela Diretoria Acadêmica, com a participação das Coordenações de Curso e respectivos professores/tutores para fins de planejamento, discussão e elaboração do Plano Anual de Atividades de Gestão do Curso;
- c) **Congressos:** A Diretoria Acadêmica, com a anuência da entidade Mantenedora liberará os docentes, o Procurador Institucional (PI) e o responsável pela Secretaria de Controle e Registro Acadêmico para participarem de congressos na área da educação promovidos por outras Instituições ou entidades de Classe provedoras de intercâmbio cultural, para atualização e do aprimoramento de conhecimentos;
- d) **Seminários:** Por indicação da Direção, com a anuência da entidade Mantenedora, o profissional docente poderá participar de encontros e seminários promovidos por outras e Instituições de Ensino Superior desde que ofereçam produtos e conhecimentos para utilização na área de conhecimento e de interesse dos cursos e da IES.

São objetivos principais do Plano de Capacitação Docente:

- a) Capacitar os profissionais docentes para a utilização dos aplicativos essenciais na elaboração de aulas que possam ser exibidas via internet por meio dos recursos tecnológicos disponíveis;
- b) Contribuir para o pleno desenvolvimento dos profissionais docentes, qualificando-os adequadamente na utilização de recursos tecnológicos voltados para o ensino superior de maneira que sejam vivenciados procedimentos didáticos atualizados e contextualizados;
- c) Promover o desenvolvimento do potencial criativo dos profissionais docentes, de modo que possam proporcionar aos seus alunos, melhor qualidade no ensino facilitando-lhes a aprendizagem e melhorando-lhes o potencial para sobressair melhor às avaliações, e as exigências impostas pelo mercado de trabalho.

O Plano de Capacitação Docente da FIP objetiva atender de maneira excelente o corpo docente e tem como base para as suas ações as seguintes diretrizes:

- a) Aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes, na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade no exercício pleno e eficiente de suas atividades e que venha a se constituir em um diferencial competitivo da Faculdade;
- b) Estabelecimento dos princípios pedagógicos que regerão a prática docente da Instituição, em consonância com a realidade pedagógica contemporânea, sem prejuízo às individualidades que caracterizam a diversidade humana e que enriquecem a produção do conhecimento;
- c) Estabelecimento de mecanismos de interação estratégica entre o Plano de Capacitação e os mecanismos oficiais e institucionais de avaliação, possibilitando intervenções mediadas por relatórios fidedignos;
- d) Fomento e incentivo à participação dos docentes da Faculdade em atividades internas e externas de formação, capacitação e aprimoramento.

Como forma de incentivo para a formação continuada, o Plano de Capacitação Docente da FIP contribuirá da seguinte forma:

- a) Construir uma cultura de formação continuada na instituição;
- b) Implementar um Programa de Formação Continuada de acordo com as demandas de formação de seus profissionais;
- c) Implementar Plano de Carreira Docente que incentive e valorize a formação continuada;
- d) Procurará colocar o professor em horário de aula que não prejudique a sua frequência aos cursos e, caso o professor ocupe uma função administrativa, o liberará da frequência ao trabalho no dia do curso, sem prejuízo de sua remuneração;
- e) Contribuirá, na medida da disponibilidade de recursos financeiros, com pagamento de parte das mensalidades devidas, em percentual que é definido de acordo com o interesse do curso para a instituição, podendo chegar até a 50% (cinquenta por cento) do valor devido, para os casos em que os estudos são pagos;
- f) Realizar convênios e/ou parcerias com outras instituições para formação dos profissionais da FIP em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (Programas MINTER e DINTER);
- g) Oferecer bolsas para participação em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;
- h) No caso de o professor cursar pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) em instituições públicas gratuitas, a Mantenedora se dispõe em pagar a taxa de matrícula, bem como o liberará do horário, se for o caso, desde que não haja prejuízos para o ensino;
- i) Implementar Programa de Avaliação de Desempenho para progressão na carreira, estabelecendo critérios que considere a titulação, a formação continuada e a produção acadêmica, especialmente para os profissionais docentes;
- j) Promoverá a realização de curso de qualificação continuada aos docentes para a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com incentivos pecuniários para realização de programas e eventos específicos sobre LIBRAS (fórum, conferência, palestra, seminário, etc.).

Obrigatoriamente, a qualificação do corpo docente é realizada, em conjunto com a Coordenação de Extensão, por meio de formação continuada, com a oferta de cursos e oficinas, sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para que os professores/tutores estejam preparados para o atendimento da

comunidade acadêmica portadores de necessidades especiais, destacadamente aquelas pessoas com deficiência auditiva.

Os incentivos para a formação continuada dos docentes estão sujeitos a previsão orçamentária da mantenedora dos recursos necessários para cobrir os gastos com a qualificação docente.

O Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA contrata conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seguirá as decisões sindicais da área administrativa do Ensino Superior expressas nas Convenções Coletivas da Categoria dos Auxiliares de Ensino até que seja homologado o Plano de Cargos, Salários e Carreira Docente, próprio da IES.

6.1.6.1 Capacitação e Formação Continuada para o Corpo de Tutores.

A FIP Faculdade Impacto de Porangatu pretende proporcionar aos seus professores/tutores, tanto presenciais quanto a distância, oportunidades de aperfeiçoamento contínuo, oferecendo por iniciativa própria ou por intermédio de parcerias, atualização tecnológica e aperfeiçoamento constante para o corpo docente, primordialmente para atuação na EaD, tendo como base as seguintes diretrizes:

- promover a integração com outras instituições públicas ou privadas, incentivando os professores a fazer parte de comissões, grupos de trabalho ou qualquer outra forma de vida associativo-científica promovida por essas instituições;
- favorecer a participação dos docentes em congressos, simpósios, conferências e seminários organizados pelas associações de classe, bem como, outros congressos de grande importância regional e/ou nacional, possibilitando com isto uma atualização tecnológica, uma divulgação dos trabalhos realizados neste curso e o conhecimento de outras pesquisas que estão sendo desenvolvidas nas diversas áreas da educação;
- incentivar o intercâmbio de experiências e pesquisas entre os docentes desta instituição com docentes de outras instituições nacionais e estrangeiras;
- pontuar para efeitos de ascensão de nível no plano de carreira a autoria de livros, trabalhos publicados em anais de congresso ou periódico credenciado, relatórios de pesquisas publicados por instituições

conceituadas e trabalhos de natureza técnica ou profissional, sem caráter rotineiro;

- apoiar financeiramente seus docentes na continuidade de seus estudos, em nível de mestrado ou doutorado, mediante contrato específico que beneficie ambas as partes.

6.1.7 Procedimentos para substituição eventual dos Professores/tutores do Quadro

A substituição eventual de professores na “FIP” é realizada por meio de contratação de professores substitutos. O critério prioritário é a ampliação temporária da carga horária dos professores da IES que tenham formação compatível e disponibilidade para assumir a vaga eventual. Caso a IES não possua docente em seu quadro que atenda ao critério anterior, a Coordenação de Recursos Humanos, ao ser demandada pelo Coordenador de Curso realiza seleção externa para contratação de professor temporário, pelo período da ausência do professor efetivo, com os mesmos critérios estabelecidos para contratação docente.

Considerar-se-á substituições eventuais aquelas realizadas para suprir falta de docentes, decorrente de demissão, falecimento, aposentadoria, capacitação e licença de concessão compulsória, ou realização de projetos de caráter temporário. Neste caso, o professor será considerado, para efeito de vínculo, professor visitante.

Sempre que houver necessidade de contratação eventual de professores para preenchimento de vagas far-se-á mediante processo seletivo de caráter público, com critérios definidos em edital público.

O docente substituto será admitido, em caráter transitório, pelo prazo máximo de 1 ano e prorrogado por mais 1 ano

6.1.8 Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho do docente/tutor

A “FIP” realiza, semestralmente, sob a coordenação da Diretoria Acadêmica e Coordenações de Curso o planejamento das atividades acadêmicas, com a realização de oficinas e seminários para construção e validação dos Planos de Ensino das disciplinas ofertadas.

O corpo docente/tutor, ao longo da Semana Pedagógica, de forma coletiva e participativa apresenta os Planos de Ensino que são discutidos, alinhados e aprovados nestes seminários e, obrigatoriamente, inseridos no Blog Acadêmico do Sistema de Gestão Acadêmica para ampla divulgação aos alunos.

O monitoramento para avaliação da execução dos Planos de Ensino é realizado ao longo do semestre, sob a supervisão das Coordenações de Curso, que faz pesquisa qualitativa com os alunos, bem como visita, de acordo com calendário próprio definido pela Diretoria Acadêmica, as salas de aula para acompanhamento das atividades docentes, com o preenchimento do Formulário de Avaliação da Prática Docente, cujos resultados são tabulados e analisados pela equipe da Diretoria Acadêmica.

Os resultados são discutidos entre as Coordenações e as ações interventivas são realizadas imediatamente ou por meio da avaliação de desempenho docente, conforme será descrito a seguir.

A Avaliação de Desempenho Docente é aplicada semestralmente, sendo composta pela pesquisa de satisfação do aluno, realizada pela CPA, pela avaliação do Coordenador e pelo registro na Ficha de Avaliação da Prática Docente. Todo processo será eletrônico, realizado por meio do Sistema de Pesquisa de Opinião – SPO e coordenado pela Coordenação de Recursos Humanos.

Após a coleta dos dados, é realizada a reunião de consenso, com a participação da Diretoria Acadêmica, Coordenador de Curso para análise individual de cada professor, sendo elaborado um parecer.

Ao final do semestre, são realizadas reuniões individuais para devolutiva da avaliação da cada docente, com a entrega do parecer, pelo Coordenador de Curso, e alinhamentos e recontrações, quando for o caso.

Portanto, haverá um acompanhamento permanente da ação pedagógica, com a verificação da coerência e da execução do planejamento do trabalho docente, com *feedback* institucionalizado e com a garantia da avaliação contínua.

6.1.9 Cronograma de expansão do corpo docente da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP)

Legenda:

RT = Regime de Trabalho

TI é Tempo de Regime Integral

TP é Tempo de Regime Parcial

H é Horista

TITULAÇÃO	RT	2024	2025	2026	2027	2028
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
DOUTOR	TI	8	9	10	10	11
	TP	5	5	6	6	7
	H	0	0	0	0	0
Qtde. Dr.		13	14	16	16	18
MESTRE	TI	10	12	13	13	14
	TP	2	3	3	3	3
	H	0	0	0	0	0
Qtde. Mestre		12	15	16	16	17
ESPECIALISTA	TI	0	1	1	1	2
	TP	0	2	1	1	2
	H	0	0	2	2	2
Qtde. Esp.		0	3	4	4	6

7 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

7.1 Critérios de Seleção e Contratação

O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da instituição.

A FIP zelarà pela manutenção de padrões de recrutamento e seleção de seus funcionários, oferecendo-lhes condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, bem como lhes oferecer oportunidade de aperfeiçoamento técnico-profissional.

A seleção do pessoal técnico-administrativo da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP” é realizada pela Gerência de Gestão de Pessoas, mediante processo seletivo que dispõe das seguintes etapas: análise curricular; prova de conhecimentos na área; entrevista pessoal ou seleção em grupo; comprovação de títulos e documentos e entrevista final com o superior da área.

A Faculdade priorizará a promoção de colaboradores do quadro de pessoal técnico administrativo, quando for solicitada uma vaga nesta carreira, desde que o candidato atenda aos requisitos de formação para o cargo, bem como aos critérios de promoção definidos no Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo.

O processo seletivo será aberto mediante solicitação do Diretor imediato e a contratação de candidato externo está condicionada à aprovação em entrevista final com o superior da área e será realizada apenas quando restar esgotada a possibilidade de promoção interna.

O regime de trabalho dos funcionários da FIP respeita as disposições previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, pela qual devem se reger todos os respectivos contratos, podendo haver contratação para cumprimento dos seguintes regimes: parcial, com jornadas de 20 a 30 horas semanais; integral, com jornada de até 44 horas semanais de trabalho, com valores proporcionais.

Os Técnicos Administrativos são contratados pela Entidade Mantenedora seguindo o regime das Leis Trabalhistas e dos acordos e convenções coletivas

na base territorial, observados os critérios e normas deste Regimento Geral e do Plano de Cargos e Salários.

7.2 Políticas de Qualificação

Assim como na política de formação e capacitação de docentes, para o técnico administrativo existe o Plano de Capacitação. Este instrumento é empregado nos funcionários contratados nas diversas áreas, oferecendo ao corpo acadêmico um melhor atendimento, seja na Secretaria, Biblioteca ou qualquer setor de apoio administrativo.

A FIP investe no aprimoramento pedagógico de seu corpo técnico administrativo, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação e treinamento.

Desta previsão, na condição de Instituição gestora do conhecimento, a FIP trabalha incentivando as vocações e desenvolvendo as competências e habilidades do seu capital humano, representado pelo corpo funcional.

Nesta perspectiva, além de fomentar o investimento pessoal em políticas de melhorias na qualificação, a FIP se compromete a promover cursos, palestras, simpósios e treinamentos que serão ofertados aos funcionários por meio de ações diretas da Instituição e/ou por meio de parceria e convênio com empresas especializadas do ramo, a fim de favorecer, de forma equitativa e qualitativa, capacitação e qualificação do seu pessoal técnico-administrativo para que estes possam atingir a progressão, o crescimento pessoal, o aprimoramento das relações humanas e, por conseguinte o seu desenvolvimento institucional, de forma transparente e humanizada.

A política de capacitação e qualificação para o corpo técnico-administrativo inclui, além de treinamento e atualização profissional, incentivo à continuidade nos estudos, com previsão de Bolsa Funcional de até 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade dos cursos.

A Faculdade Impacto de Porangatu, de acordo com o seu PDI, elabora Programa de Formação Continuada para os profissionais docentes e para os profissionais técnico-administrativos.

Segue abaixo alguns objetivos que caracterizam as políticas de formação continuada da FIP:

- I Implementar o Plano de Carreira Docente e o Plano de Carreira Técnico-Administrativo que incentive e valorize a formação continuada;
- II Construir uma cultura de formação continuada na instituição;
- III Implementar um Programa de Formação Continuada de acordo com as demandas de formação de seus profissionais;
- IV Investir em instrumentalização e novas tecnologias de informação para dar melhores condições de trabalho e formação no trabalho, tanto para os profissionais docentes, quanto para os profissionais técnico-administrativos.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativos da FIP terá como diretrizes:

- I A valorização do desempenho do Corpo Técnico-Administrativos como um todo, oferecendo garantias reais de crescimento na carreira;
- II Garantir um sistema de salários que reconheça méritos e valores aumentando a média salarial do quadro dos profissionais técnico-administrativos;
- III Manter baixos índices de rotatividade do quadro dos profissionais técnico-administrativos na instituição.

Para reforçar ainda mais o seu compromisso, nesta perspectiva inovadora de capacitação e qualificação dos colaboradores, a FIP também, organiza ciclos de palestras, de forma contínua, que oportunize ao seu pessoal técnico-administrativo conhecimentos adicionais que contribuam para a expansão de suas habilidades, tais como: Motivação para o trabalho em equipe, relações interpessoais no trabalho, responsabilidade socioambiental, higiene pessoal, liderança de sucesso, aperfeiçoamento em informática e outros, contidos no Plano de Capacitação e Qualificação do Técnico-Administrativo.

Além do que se pretende conseguir investindo na capacitação do potencial humano, a FIP utiliza de meios estratégicos inovadores para promover a motivação do seu pessoal técnico-administrativo, sabendo-se que na relação de trabalho o estímulo faz parte das necessidades pessoais. Assim sendo, acredita-

se que o treinamento adequado e a motivação serão essenciais para um desenvolvimento melhor dos funcionários diante dos clientes internos e externos.

Nesta direção, a FIP entende que o papel dos colaboradores, enquanto sujeitos dos processos de trabalho, não se limita somente a apoiar as atividades acadêmicas de ensino, iniciação científica e extensão. Seu papel numa instituição provedora de ensino vai muito, além disto, pois, enquanto pessoa e sujeito de um processo ele tem uma formação profissional, tem competências, habilidades, expectativas e saberes que podem ser agrupados e contribuir de maneira significativa no processo de aperfeiçoamento e desenvolvimento da IES como um todo, consagrando, dessa forma, sua visão para 2026 que é “desenvolvimento de competências que agreguem valor aos profissionais formados pela Faculdade, consolidando-o como referência no ensino superior”.

7.3 Plano de Cargos e Salários

A Instituição possui a proposta de Plano de Cargos e Salários para seus Técnico-administrativo.

O Plano de Cargos e Salários Técnico-administrativo da Faculdade Impacto de Porangatu é concebido e entendido como o instrumento de organização e normatização das relações de trabalho e crescimento de todos os colaboradores. Nele estão contempladas as políticas e os procedimentos da gestão de recursos humanos.

Constam do Plano de Cargos e Salários as alternativas e os mecanismos que permitirão ao gestor administrar os colaboradores de forma estimulante e competitiva, valorizando o conhecimento, a competência e o desempenho da força de trabalho.

O Plano tem por objetivo prever, qualitativa e quantitativamente, o dimensionamento do quadro de colaboradores, definindo objetivos e atribuições inerentes a cada cargo e função, definindo os pré-requisitos de ocupação e suas especificações, formulando, desenvolvendo e estabelecendo uma estrutura salarial adequada às necessidades da Faculdade e oferecendo oportunidades de remuneração capazes de gerar contínua estimulação nos colaboradores e elevar os padrões de motivação e produtividade.

Com o aproveitamento dos profissionais internos e o aperfeiçoamento da mão de obra já existente, a Instituição conseguirá atingir elevados níveis de crescimento, visando receber em troca um alto grau de comprometimento dos funcionários e a satisfação com os ganhos e perspectivas de ascensão interna.

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA
FIP

2024	2025	2026	2027	2028
11	15	19	22	23

8 CORPO DISCENTE

Uma das principais prioridades da Faculdade Impacto de Porangatu é a qualidade no atendimento ao discente, perpassando pelos setores de atendimento, na busca pela prestação de informação e resolução de questões operacionais que envolvam a vida acadêmica dos discentes, bem como uma aula de excelência, atividades acadêmicas enriquecedoras. As formas de atendimento aos alunos incentivam sua permanência na IES propiciando condições para que as atividades sejam desenvolvidas com qualidade e sempre respeitando as normas vigentes.

8.1 Formas de Ingresso

8.1.1 Graduação

O processo seletivo, para ingresso nos Cursos Superiores de Graduação da FIP, que será realizado para preenchimento das vagas de seus cursos autorizados, destinar-se-á a avaliar a formação recebida pelo candidato em estudos anteriores e classificá-lo, dentro do limite das vagas oferecidas, para o curso de sua opção.

O número de vagas autorizadas para os cursos de graduação constará do ato autorizativo do referido curso, emanado do Sistema Federal de Ensino Superior.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em Edital, aprovado e publicado pelo Diretor Geral, no qual constarão as normas que regem o processo, as respectivas vagas, os prazos de cada fase desse processo, a documentação exigida para a inscrição, à relação do conteúdo e/ou competências, habilidades e atitudes a serem avaliadas, os critérios de classificação e demais informações, conforme a legislação vigente.

O concurso ou processo seletivo se traduz na avaliação dos conhecimentos comuns, obtidos pelos candidatos nas diversas formas de escolaridade do ensino fundamental e médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados na forma disciplinada e aprovada no respectivo Edital.

O Processo Seletivo é classificatório, observado o número de vagas, obedecendo à ordem decrescente da média final obtida por cada candidato.

Após a divulgação dos resultados, para efeitos de matrícula, o candidato deve efetivar a sua matrícula apresentando uma série de documentos pessoais e acadêmicos que serão analisados do ponto de vista legal de acordo com as normas e procedimentos do sistema de ensino superior brasileiro.

Para as vagas remanescentes, o ingresso poderá ser feito da seguinte forma:

- I. transferência de aluno de outra instituição de ensino superior procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente autorizadas ou reconhecidas nos termos da legislação vigente;
- II. ingresso de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado que desejam obter novo título;
- III. ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou cancelaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- IV. reopção de curso: Poderá requerer reopção o aluno que esteja regularmente matriculado na Faculdade no semestre letivo em que solicitar a reopção, e que pretenda transferir-se para curso da mesma área daquele em que se acha matriculado;
- V. transferência interna: Poderá requerer transferência interna o aluno que esteja regularmente matriculado na Faculdade no semestre em que solicitar a transferência e que pretenda transferir-se para curso de área diversa do seu. VI. ProUni

8.1.2 Pós-graduação

Para os cursos de pós-graduação *lato sensu* a admissão é feita por inscrição dos candidatos em data definida pelo Calendário Acadêmico e divulgada pela Coordenação de Pós-Graduação, por meio de edital específico.

Para a inscrição, é exigido o título mínimo ou documento comprobatório de sua obtenção até a data do início do Curso. O critério para seleção é definido no edital, não dispensando a análise curricular e entrevista, além de prova de conhecimentos para os cursos *stricto sensu*.

8.1.3 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Para prestar apoio pedagógico e financeiro aos estudantes, a Faculdade organizar-se-á de forma sistemática e integradora, considerando que a retenção

dos alunos nos cursos superiores é hoje um desafio paralelo ao do acesso, e que a qualidade no ensino superior passa pela permanência de seus alunos até a integralização dos cursos.

Dada a abrangência e diversidade de ações para reduzir significativamente a taxa de evasão, a Faculdade Impacto de Porangatu “FIP” no âmbito do seu Programa de Apoio ao Discente buscará promover o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem na permanência dos estudantes, identificadas pelos estudos e pelo acompanhamento desses indicadores e que são de consenso entre docentes e gestores: deficiências de conhecimentos trazidas da formação anterior, problemas de ordem psicológica e psicopedagógica, problemas de ordem financeira; falta de acolhimento no mundo acadêmico; dificuldades em conciliar trabalho e estudo, dificuldades em desenvolver os trabalhos finais de curso, além das dificuldades apresentadas pelos portadores de necessidades especiais.

As soluções propostas para reduzir os efeitos das variáveis apresentadas acima são:

- a) oferta de cursos de nivelamento em Língua Portuguesa e em Matemática;
- b) atendimento por especialistas em psicopedagogia para atendimento aos estudantes com problemas de aprendizagem;
- c) Concessão de bolsas parciais e integrais;
- d) Oferta de estágios remunerados na área de formação dos cursos de graduação;
- e) Acolhimento especial aos calouros.

Além disso, a FIP é cadastrada no Programa Universidade para Todos (PROUNI), no Financiamento para Estudantes de Educação Superior (FIES), como também no Programa Universitário do Bem - PROBEM da Organização das Voluntárias do Estado de Goiás (OVG).

Já está implantado no âmbito da FIP uma política de convênios de descontos com diversas empresas em Goiás, objetivando a concessão de bolsas e/ou descontos o qual leva o nome de PROGRAMA FIP DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

8.1.4 Organização Estudantil

A Faculdade reconhece que as atividades do movimento estudantil representam para muitos jovens os primeiros passos na vida social, cultural e política, contribuindo para o enriquecimento educacional e a formação profissional de cada um dos que se engajam nas dinâmicas da Instituição.

Julgando importante a participação de alunos representantes de turmas e de cursos no Conselho Superior, participando de decisões administrativas e pedagógicas. Eleito por seus pares, o representante dos discentes será membro do referido Colegiado com direitos e deveres como os demais membros, além de representação junto à Comissão Própria de Avaliação – CPA.

8.1.5 Núcleo Psicopedagógico de Assistência ao Discente e Docente – NUPAD

O processo de ensino e aprendizagem, no qual estão envolvidos todos os atores do contexto das Instituições de Ensino Superior (professores, alunos, funcionários, comunidade, empresariado local, nacional e internacional, ONGs, além do próprio Ministério da Educação e demais instituições públicas e privadas, ligadas direta ou indiretamente à educação superior), vem sofrendo de uma crise em sua estrutura pedagógica tradicional, devido às grandes transformações na ordem política, social e científica da sociedade contemporânea.

Tais transformações têm trazido consigo mesmas inovações no âmbito das relações profissionais no mercado de trabalho no seio da sociedade brasileira, na medida em que nosso país tem se firmado como nação emergente em desenvolvimento e no âmbito das relações professor-aluno dentro do espaço universitário, fazendo com que novas demandas surjam e ocupem lugar dentro das Instituições de Ensino Superior (IES).

O Núcleo Psicopedagógico de Assistência ao Discente e Docente (NUPAD) da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) apresenta-se nesse contexto como uma possibilidade de incrementar o processo ensino e aprendizagem de forma a atender o alunado em suas necessidades individuais e coletivas, emocionais e cognitivas, sociais e científicas, vocacionais e profissionais e em qualquer outra forma de aprender, de ser e de se relacionar

com o interdisciplinar e dinâmico mundo do trabalho, bem como com o que precede a esse relacionamento, o mundo do conhecimento do ensino superior.

A instituição entende que os coordenadores de cursos são o elo entre o corpo discente e a direção da Instituição, desta forma a IES adotará uma “política de portas abertas” no trato com os discentes, atendendo aos alunos diariamente ou através de reuniões com os representantes de sala. Este contato com o discente permite à coordenação:

- 1 Obter um retorno das diversas atividades propostas aos alunos;
- 2 Informar aos alunos sobre eventuais programas ou projetos institucionais;
- 3 Identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos através deste atendimento e das reuniões de Colegiado de Curso;
- 4 Ouvir sugestões e identificar pontos de melhoria;
- 4 Posicionar os alunos sobre as expectativas de um curso superior.

Os serviços que visam acompanhamento do discente são organizados tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para a qual o aluno está sendo formado, deve proporcionar ao mesmo a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade a partir dos diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas no curso.

Com este propósito são desenvolvidas ações incentivadoras da participação dos discentes como: seminários, congressos, simpósios, disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas; Acompanhamento Psicopedagógico; Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores; Programa de Avaliação Continuada para realização da autoavaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso; Monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensinoaprendizagem.

Os docentes atendem os alunos que participam dos projetos de atividades de trabalhos de conclusão de curso, estágios supervisionados e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas.

Programas Institucionais também facilitam e contribuem para a qualificação discente: ciclos de palestras e Semanas de Estudos, apresentados de forma sistemática.

As políticas de atendimento ao discente estão direcionadas ao alcance de objetivos como a promoção do acesso e da permanência nos estudos, na perspectivada inclusão social e da democratização do ensino superior.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP deseja assegurar aos discentes, igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, buscando propiciar um bom ambiente de vida aos estudantes, que os contemple como pessoas em uma perspectiva integral, de forma a contribuir para que estes encontrem condições econômicas, sociais, políticas, culturais, físicas e psicológicas favoráveis aos seus estudos.

8.1.6 Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos

Para o incentivo à produção acadêmica de forma geral, a FIP conta com o apoio da Mantenedora, da Diretoria Acadêmica e da Coordenação de Cursos. Os projetos de Iniciação Científica são desenvolvidos de forma teórica e empírica. Como suporte de bases empíricas para a produção acadêmica, a FIP contará com os trabalhos dos alunos de graduação e pós-graduação realizados em pesquisa de campos e com o engajamento dos mesmos, em projetos de pesquisa realizados pelos professores.

Uma das prerrogativas da FIP visando à produção da iniciação científica é a adoção do trabalho de conclusão de curso (TCC), precedida de um projeto de pesquisa, com orientação de professores e apresentação oral perante banca examinadora.

Visando avançar na pesquisa científica a coordenação de curso poderá selecionar os melhores projetos de trabalhos de conclusão de curso (TCC), tanto de graduação quanto de pós-graduação, com o objetivo de estimular os alunos a aprofundar na investigação científica, contribuindo com o conhecimento científico e a sua divulgação por meio de revista eletrônica e impressa da instituição.

Conforme as possibilidades financeiras, a FIP poderá oferecer bolsas de estudos para os alunos que se destacarem nas atividades de iniciação científica,

bem como para a atividade de monitoria, que poderá ocorrer mediante redução do valor da mensalidade do curso e/ ou declaração de carga horária na categoria de atividade complementar.

São objetivos e metas do Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural:

I. Em relação à Instituição:

- a) Contribuir para a sistematização e para a institucionalização da iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- b) Propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- c) Tornar as áreas institucionais mais proativas e competitivas na construção do saber;
- d) Possibilitar uma maior integração entre os cursos superiores;
- e) Qualificar os melhores discentes, com vistas à continuidade da respectiva formação profissional, especialmente pelo encaminhamento dos mesmos para programas de pós-graduação.

II. Em relação aos alunos:

- a) Despertar vocação científica, tecnológica, artística e cultural, de modo a incentivar talentos potenciais, pela sua participação efetiva em projetos de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- b) Proporcionar o domínio da metodologia de pesquisa científica e tecnológica, bem como, estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade;
- c) Despertar uma nova mentalidade em relação às atividades de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural;
- d) Preparar o discente participante do Programa de Desenvolvimento e Estímulo à Produção Científica, Tecnológica, Artística e Cultural para o acesso à pós-graduação;
- e) Aumentar a produção científica, tecnológica, artística e cultural dos discentes vinculados ao Programa.

8.1.7 Participação em Eventos

Os alunos são incentivados a participar de congressos e cursos de aperfeiçoamento promovidos não só pela FIP, como por outras instituições, e podem contar, inclusive, com apoio financeiro. O principal objetivo desta iniciativa é o de incentivar os alunos a buscarem uma atualização permanente de seus

conhecimentos, hábito que deverá ser por eles cultivado durante toda a vida profissional.

Ciente da importância de viabilizar aos alunos meios de divulgação dos conhecimentos adquiridos no transcorrer do curso de graduação e de pósgraduação como forma de se apossarem de novidades de caráter técnico-científico-cultural, a Instituição realizará, anualmente, eventos que têm a participação dos diferentes cursos de graduação e de pós-graduação como:

- a) Semanas Acadêmicas e Científicas;
- b) Jornada Acadêmica;
- c) Fórum de Produção Científica
- d) Mostra de Trabalhos de Extensão; entre outros

8.1.8 Acompanhamento de Egressos

O processo educacional pretendido pela Faculdade Impacto de Porangatu – FIP extrapola o período em que o aluno permanecerá estudando na IES. Enseja-se um acompanhamento da sua atuação no mercado de trabalho e um apoio de orientação e formação complementar. A Faculdade pretende ser uma referência permanente na vida dos egressos, possibilitando assim, diversos canais de participação.

A FIP considera fundamental poder aproveitar a experiência de todos os profissionais que estão passando pelo ambiente acadêmico e que, após sua formação, possam contribuir com a visão das condições de mercado de trabalho que encontraram, com as exigências em relação aos conhecimentos e às principais competências e habilidades do profissional.

Assim, o acompanhamento dos egressos representa uma busca pelo conhecimento institucional, tendo como foco da atenção os(as) ex-alunos(as), a partir de suas realidades pessoais, acadêmicas e profissionais, na apreensão de dados relevantes sobre o ensino superior, contribuindo diretamente com a qualidade e atualização dos cursos de graduação, graduação tecnológica, de extensão e de pós-graduação.

Como parte integrante do Programa de Avaliação Institucional os egressos preencherão questionários de avaliação da instituição, contendo

informações atuais do perfil socioeconômico do egresso, e sobre suas atuais atuações no mercado de trabalho. A IES instituirá as seguintes ações voltadas para o egresso da instituição:

- Organização e atualização permanente do cadastro de egressos.
- Sistema de comunicação efetivo e sistemático com os egressos.
- Articulação com agências de emprego do estado.
- Encaminhamento e acompanhamento de egressos para as ofertas de emprego.
- Criação de boletim informativo com a participação de egressos.
- Incentivo a associações de egressos.
- Pesquisa sobre o desempenho do egresso empregado.
- Realização de eventos para egressos da instituição.
- Participação do egresso como membro da CPA.

A Faculdade Impacto de Porangatu identificará as dificuldades de seus egressos e coleta informações junto mercado, visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições. Para atingir a finalidade do Programa de Acompanhamento de Egressos, a FIP manterá as seguintes ações:

- a) Cadastro por meio de um banco de dados;
- b) Portal do Egresso;
- c) Endereço eletrônico;
- d) Promoção de eventos.

A FIP realiza uma série de eventos, tais como: palestras, seminários, congressos, fóruns, workshops, entre outros, para oportunizar a participação de egressos, ao divulgados em maior amplitude para os ex-alunos, por meio de seus e-mails cadastrados e do Portal do Egresso.

Assim a IES tem como prática convidar ex-alunos com a finalidade de relatar suas experiências e vivências, integrando alunos ex-alunos empresas comunidade Instituição.

8.2 Política Institucional para Internacionalização

Não está previsto para o quinquênio deste PDI, a internacionalização, a política de internacionalização será iniciada quando da solicitação de transformação para Centro Universitário, onde será implantada a comissão responsável por cooperação e intercâmbios.

9 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 Política de Gestão

A organização e a gestão da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP” integram o processo formativo na sua plenitude. Neste diapasão, percebem o aluno, o docente e o pessoal técnico-administrativo como agentes ativos e corresponsáveis pelas ações acadêmicas e administrativas desenvolvidas.

Para almejar a concretização desta interação, a Faculdade deve assegurar que as formas organizativas e de gestão sejam estruturadas democraticamente, garantindo aos integrantes da Comunidade Acadêmica a participação nos organismos e órgãos colegiados de administração básica e superior da Faculdade, conforme as normas estatutárias e regimentais.

Por sua constituição democrática, a legislação educacional atribui o exercício da autonomia acadêmica nos processos a serem seguidos nos colegiados constituídos regimentalmente no qual está prevista a representatividade equitativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

A gestão da FIP se caracteriza pelos seguintes princípios organizacionais:

- I Unidade patrimonial e administrativa;
- II Unidade de funções de ensino, de extensão, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- III Racionalidade de organização, com plena utilização dos colaboradores;
- IV Universalidade de campo pelo cultivo das áreas fundamentais de conhecimentos humanos, estudando-as em si mesmas, ou em razão de ulteriores aplicações, e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
- V Flexibilidade de métodos e critérios atendendo às diferenças individuais dos estudantes, as peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para os novos cursos, programas e fins da Faculdade Impacto de Porangatu;
- VI Formação integral do acadêmico, respeitando sua cultura.

Neste sentido, recomenda-se que os órgãos diretivos e as instâncias deliberativas da Instituição promovam ações visando a:

- Compatibilizar o regimento e demais documentos institucionais com os princípios e diretrizes do PDI/PPI;
- Incentivar o conhecimento e a discussão, por parte da comunidade acadêmica e da sociedade local, do PDI/PPI propostos;
- Incentivar a revisão periódica de todos os Projetos Pedagógicos de Curso, a fim de se adequarem progressivamente, ao Projeto Pedagógico Institucional;
- Incentivar a discussão coletiva, no âmbito das Coordenações de Curso, de todos os programas e conteúdos curriculares;
- Promover a unificação de normas e critérios para concessão de bolsas acadêmicas;
- Acompanhar de forma rigorosa e sistemática os estágios, de modo a garantir sua efetiva contribuição para a formação profissional;
- Estimular a qualificação permanente de todos os docentes;
- Modernizar a estrutura do sistema da biblioteca e manter sempre atualizado o acervo.

Para atender aos princípios norteadores da gestão organizacional propostos, bem como à complexidade dos diversos saberes que compõem a estrutura dos cursos, introduz-se o conceito de gestão dos cursos de graduação da Faculdade Impacto de Porangatu, visando resgatar o princípio da complexidade em que as partes são compreendidas a partir do todo.

Dessa forma, é possível a integração entre as diversas áreas do conhecimento que deve ir além dos processos de gestão alcançando o objetivo prioritário, que é o aprendizado aplicado.

Os Cursos da FIP têm como Missão ser um novo paradigma para os docentes e para os discentes, dando condições para a inovação nos processos de ensino e de aprendizagem, onde o conceito da disciplinaridade passe a conviver com a Multidisciplinaridade, com a Interdisciplinaridade e com a Transdisciplinaridade, tendo como resultado o grande diferencial na formação do cidadão e de profissionais altamente qualificados porque aprenderam a pensar antes de agir; a compreender o todo; a raciocinar a partir da complexidade para

chegar às soluções que podem ser simples, entretanto significativas e relevantes.

Os cursos são espaços de aprendizagem para um novo perfil de profissionais, sendo oportuno fazer desta estrutura uma oportunidade de crescimento, visto que este modelo será o grande diferencial da FIP.

A gestão estratégica é um processo administrativo que visa dotar a Instituição da capacidade de antecipar novas mudanças e ajustar as estratégias vigentes com a necessária velocidade e efetividade sempre que for necessário. A Faculdade desenvolverá um processo de profissionalização da gestão integrada e estratégica com a finalidade de:

- I Acompanhar o mercado e o setor de forma prospectiva, antecipando-se aos possíveis problemas, compreendendo e aproveitando tendências futuras;
- II Reconhecer, com bastante antecedência, as ameaças e oportunidades ao seu desenvolvimento;
- III Desenvolver uma inteligência competitiva para a instituição, capacitando-a a transformar dados e informações em conhecimento com valor agregado ao empreendimento educacional.

O gerenciamento dos processos decisórios, a capacitação do capital humano e a otimização na utilização de recursos, são imperativos no processo do desenvolvimento da instituição. A FIP capacita as suas lideranças para que desenvolvam as competências e habilidades, que os tornem capazes de administrar resultados com uma profunda convicção no potencial e na motivação das pessoas para empreender e buscar o sucesso.

A gestão estratégica é viabilizada pelo planejamento estratégico, que é desenvolvida na Faculdade, como forma e meio de concretização de seu Plano de Desenvolvimento Institucional. O planejamento estratégico é composto por diversos elementos, capazes de promover a consolidação da Instituição, o crescimento e a expansão com sustentabilidade, promovendo a imagem da Faculdade Impacto de Porangatu, Instituição de Educação Superior estruturada para atender alunos das diversas classes sociais.

O compromisso com a Educação de qualidade, capaz de promover a ascensão social dos seus alunos deve estar presente em todos os processos

decisórios e organizacionais como um marco balizador, direcionando e definindo as prioridades da IES.

A Faculdade possui uma estrutura organizacional que busca atender às demandas de sua clientela, visando ser um diferencial competitivo no mercado de Educação Superior do Estado de Goiás, especialmente na sua área de abrangência.

9.1.1 Estrutura Organizacional e Instâncias de decisão

A Faculdade Impacto de Porangatu apresenta uma estrutura organizacional composta por:

- I. Conselho Superior– CONSUP
- II. Diretoria Geral;
- III. Diretoria Acadêmica;
- IV. Gerencia Administrativa e Financeira
- V. Coordenação de Curso;
- VI. Colegiado do Curso;
- VII. Núcleo Docente Estruturante – NDE;

O Conselho Superior é o órgão superior normativo e de deliberação da Faculdade e sua definição, composição e atribuições estão descritas nos Artigos 5º, 6º e 7º do Regimento Interno da Faculdade.

A Diretoria Geral é exercida pelo Diretor sendo o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da Faculdade e as suas organizações e funcionamentos são definidos em regulamento próprio, aprovados pelo CONSUP.

A Diretoria Acadêmica é exercida pelo Diretor(a) Acadêmico(a), sendo órgão executivo superior de gestão das atividades correlatas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à pós-graduação da Faculdade.

A Diretoria Acadêmica é composta pelas Coordenações de Curso, Coordenação de Pós-graduação, Coordenação de Extensão e Coordenação de Estágios, tem por finalidade promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade, avaliando e propondo a viabilidade de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Desenvolve as ações necessárias à autorização e reconhecimento dos cursos, bem como criando projetos e planos com a finalidade de concretizar as prioridades, a missão e o referencial de qualidade

definidos pela IES, propondo melhorias com base nos relatórios obtidos da análise e acompanhamento de cada curso.

Compete ao Diretor(a) Acadêmico(a) elaborar o planejamento anual de atividades para a implementação das ações e projetos que visem à melhoria do ensino, da gestão e da aprendizagem na Faculdade, estabelecendo normas para o funcionamento dos setores acadêmicos.

As Coordenações de Curso são concebidas para executar as atividades de coordenação, bem como para coordenar as atividades entre professores e alunos. Às Coordenações é entregue um papel muito importante que é a gestão didático-pedagógica do ensino.

Sendo assim, a base das funções de ensino e extensão da FIP se constituem dos docentes das disciplinas que a integram, sua administração se encontra sob a responsabilidade de um coordenador, escolhido pelo Diretor Geral e designado pelo Diretor(a) Acadêmico(a).

9.1.2 Organograma Institucional e Acadêmico

a) Modelagem Organizacional

A FIP possui um modelo organizacional que corresponde ao modelo de gestão integrada, onde os princípios de delegação de poder estão coerentes com a proposta de gestão da Instituição.

O modelo de delegação de é caracterizado pelo conceito MATRICIAL, onde as decisões estratégicas são de competência dos órgãos deliberativos da IES, porém o planejamento, a gestão de implementação, o monitoramento, o acompanhamento dos resultados e as ações de melhorias devem acontecer na interface das respectivas áreas de competência e de responsabilidade.

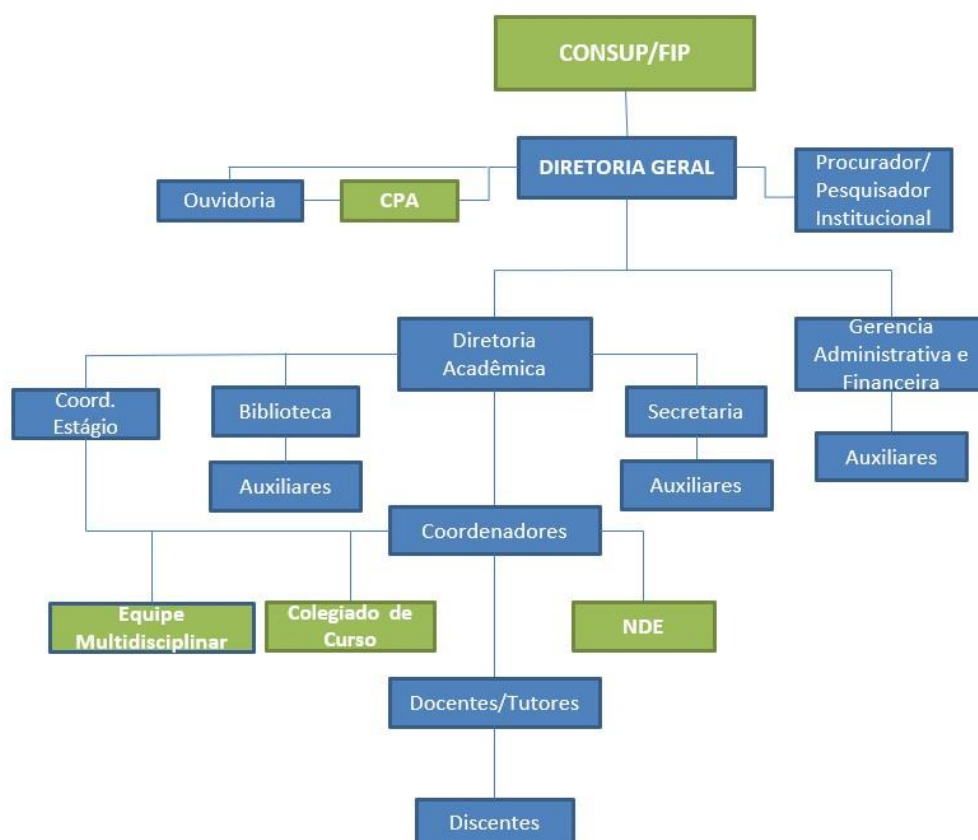
As funções e atribuições dos cargos estão bem definidas e publicadas em documentos oficiais da IES com a finalidade de favorecer a compreensão e nível de responsabilidade das partes envolvidas em todos os processos.

A Gestão e Modelagem Organizacional têm como principal meta alinhar o modelo definido pela FIP com a finalidade de viabilizar a concretização dos objetivos estratégicos delineados, permitindo que o modelo de realização agregue efetivo valor aos projetos, conforme os compromissos estabelecidos.

No modelo organizacional definido para a Faculdade Impacto de Porangatu, o monitoramento dos indicadores de gestão será imprescindível para dar visibilidade aos resultados obtidos para que todos identifiquem o desempenho da sua área ou setor.

O processo de revisão e concepção do modelo de gestão da FIP terá como produto final um modelo gerencial que integre todas as dimensões da Instituição para alcançar os objetivos estratégicos; uma cadeia de valor com os principais processos de negócio, suporte e gestão; um modelo funcional que aperfeiçoe a realização de cada processo, garantindo agilidade e reduzindo riscos; um processo de medição e monitoramento dos indicadores com análise de eficácia e eficiência; uma dinâmica de gestão que integre as diversas iniciativas organizacionais e os processos educacionais; uma estrutura padrão para integrar projetos e processos; princípios gerenciais e de liderança, possibilitando a capacitação dos profissionais para exercê-los com excelência; fundamentos e princípios para a gestão de mudança, com rotinas de comunicação e aculturação para implementar-se o modelo gerencial.

b) O Organograma da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP”:



c) Órgãos Colegiados da Faculdade:

- I. Conselho Superior– CONSUP;
- II. CPA;
- III. Colegiado do Curso;
- IV. Núcleo Docente Estruturante; V. Equipe Multidisciplinar

Conselho Superior – CONSUP

O Conselho Superior – CONSUP – da Faculdade Impacto de Porangatu, como órgão superior normativo e de deliberação, é a instância máxima, em grau de recurso, não cabendo reforma de suas decisões por outro órgão ou colegiado da instituição.

Tem por finalidade:

- I. definir diretrizes didático-científicas e administrativas da FIP;
- II. deliberar em matéria de planejamento, supervisão e avaliação das funções de ensino, pesquisa e extensão e de atividades de gestão e de apoio técnico-administrativo;
- III. deliberar, no âmbito de sua competência, sobre o Regimento Interno, suas alterações e emendas, interpretá-lo e decidir sobre os casos omissos;
- IV. deliberar sobre os assuntos, representações ou recurso que lhe sejam encaminhados pela Direção Geral;
- V. deliberar, no âmbito de sua competência, sobre criação, expansão ou extinção de cursos ofertados;
- VI. aprovar as matrizes curriculares e as normas de organização e funcionamento dos cursos ofertados;
- VII. aprovar as normas dos processos seletivos de ingresso nos cursos superiores da FIP;
- VIII. aprovar os planos de carreira do pessoal docente e do pessoal técnico administrativo;
- IX. aprovar as normas para contratação de pessoal docente;
- X. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e dos programas de educação superior;
- XI. regulamentar as atividades de todos os setores da FIP;
- XII. decidir sobre a concessão de benefícios e dignidades acadêmicas;
- XIII. apreciar o relatório anual e a proposta de programação para o exercício seguinte da Direção da Faculdade;
- XIV. aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade;
- XV. deliberar, em grau de recurso, sobre matéria referente à vida acadêmica dos alunos e aos pedidos de matrícula, trancamento, cancelamento, transferência, aproveitamento de estudos e outros que lhe forem encaminhados pela Direção Geral;

- XVI. aprovar o calendário acadêmico de cada período letivo;
- XVII. aprovar o regimento da FIP com seus anexos e suas alterações, encaminhando-o à mantenedora para que esteja submetida ao Ministério de Educação, na forma da legislação vigente;
- XVIII. exercer as demais atribuições que lhe são atribuídas em lei e neste regimento.

O CONSUP possui autonomia para regular e normatizar o aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos e diplomados, delibera acerca de contratos, acordos e convênios que lhe forem submetidos pelo, Diretor Geral, Diretor(a) Acadêmico(a) e demais Diretores, emite decisão final sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos. Além disso, aprova medidas que visem o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das atividades da Faculdade, sendo responsável pelos assuntos que lhe forem submetidos como instância final deliberatória.

Colegiado de Curso

Os Colegiados de Cursos, por sua vez, têm como competência básica decidir sobre as atividades didático-pedagógicas dos cursos, além de planejar, organizar, coordenar, superintender e fiscalizar o seu desenvolvimento, atuando em ação integrada com os demais órgãos institucionais. São competências complementares dos Colegiados de Curso:

- I. Colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo (ensino, pesquisa e extensão) e administrativo, bem como zelar para que as atividades do curso contribuam com a execução das políticas da FIP, previstas no PDI;
- II. Subsidiar a Coordenação do Curso com informações da comunidade acadêmica, relativas a assuntos de caráter administrativos, de ensino, de pesquisa e de extensão;
- III. Supervisionar e avaliar a implementação do PPC, bem como sugerir sua reformulação;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação no âmbito do curso;
- V. Propor projetos e ações que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes;
- VI. Deliberar sobre as reformulações do PPC e outros documentos propostos pelo NDE;
- VII. Deliberar sobre o calendário das atividades do curso;
- VIII. Emitir parecer sobre os projetos de pesquisa e extensão, relacionados ao curso, para decisão final do Conselho Superior (CONSUP);
- IX. Deliberar sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

- X. Deliberar sobre os Regimentos de Estágio do Curso, do Trabalho de Conclusão do Curso;
- XI. Deliberar sobre questões específicas do curso que não estão regimentadas, nem normatizadas;
- XII. Cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores;
- XIII. Exercer as demais competências que não sejam previstas neste regimento, mas que são passíveis de decisões colegiadas no âmbito do curso;

Os Colegiados de Cursos são compostos por 3 os docentes em efetivo exercício e escolhidos por seus pares entre os professores do curso e por 01 (um) representante dos alunos, também escolhidos por seus pares. A direção do Colegiado de Curso é exercida por um Coordenador que compõem cada curso. Os membros do Colegiado serão eleitos para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos.

São atribuições do Colegiado de Curso:

- I. Colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo (ensino, pesquisa e extensão) e administrativo, bem como zelar para que as atividades do curso contribuam com a execução das políticas da FIP, previstas no PDI;
- II. Subsidiar a Coordenação do Curso com informações da comunidade acadêmica, relativas a assuntos de caráter administrativos, de ensino, de pesquisa e de extensão;
- III. Supervisionar e avaliar a implementação do PPC, bem como sugerir sua reformulação;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação no âmbito do curso;
- V. Propor projetos e ações que favoreçam o processo de ensinoaprendizagem dos estudantes;
- VI. Deliberar sobre as reformulações do PPC e outros documentos propostos pelo NDE;
- VII. Deliberar sobre o calendário das atividades do curso;
- VIII. Emitir parecer sobre os projetos de pesquisa e extensão, relacionados ao curso, para decisão final do Conselho Superior (CONSUP);
- IX. Deliberar sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- X. Deliberar sobre os Regimentos de Estágio do Curso, do Trabalho de Conclusão do Curso;
- XI. Deliberar sobre questões específicas do curso que não estão regimentadas, nem normatizadas;
- XII. Cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores;
- XIII. Exercer as demais competências que não sejam previstas neste regimento, mas que são passíveis de decisões colegiadas no âmbito do curso;

O Colegiado de Curso se reunirá ordinariamente uma vez por bimestre e extraordinariamente quando necessário.

Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão consultivo de coordenação didática integrante da administração do Colegiado Acadêmico de Curso e é responsável por acompanhar, avaliar e consolidar o desenvolvimento dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos e tem, por finalidade, implantar, atualizar e complementar a política de ensino, pesquisa e extensão e acompanhar a sua execução, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão tem a seguinte composição:

- I. Presidente, não necessariamente o coordenador do curso, será indicado por seus pares que participam das atividades do curso;
- II. O Núcleo Docente Estruturante será constituído por no mínimo 05 (cinco) docentes efetivos que integram o Curso, sendo que estes devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecida pelo MEC e dedicação Parcial ou Integral.

As normas de funcionamento, a composição, bem como, a periodicidade e as atribuições do NDE estão definidas no Regimento Interno da FIP nos Artigos 25, 26 e 27.

Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar dos Cursos da FIP tem por competência, atender, programar, expandir, supervisionar, implantar, coordenar e administrar o uso dos recursos necessários para que o processo de ensino-aprendizagem seja bem-sucedido.

A Equipe Multidisciplinar da FIP é formada por colaboradores de diferentes áreas do conhecimento, responsáveis e destinados a um único propósito.

A Equipe Multidisciplinar visa atender os seguintes objetivos:

- I. contribuir na execução dos programas para qualidade do ensino, realizando pesquisas e estudos que contribua com ações na área da educação;
- II. identificar, incentivar e promover congressos, palestras, seminários, cursos de extensão, entre outros, a fim de estimular o ensino aprendizagem tanto dos docentes quanto dos discentes.

9.1.3 Divulgação das Decisões dos Colegiados

A Política de gestão está associada às diretrizes e princípios da gestão universitária, sendo as decisões tomadas de forma colegiada nos conselhos (CONSUP, Colegiado de Curso, NDE e CPA), para que se estabeleça a base para a governança universitária.

Do ponto de vista institucional, a comunicação é, sobretudo, um fenômeno transversal que perpassa todas as políticas administrativas e acadêmicas, constituindo-se, portanto, como eixo estratégico de gestão. A Política de comunicação e divulgação das decisões dos colegiados está concretizada no PDI da FIP, que se utiliza de canais de comunicação interna e externa como o Portal FIP, redes sociais digitais, ouvidoria entre outros.

Vale-se também de recursos gráficos, físicos (impressos) ou digitais, e audiovisuais, tais como cartazes, folders, vídeos etc. para a divulgação e o fortalecimento das decisões dos colegiados, bem como para a difusão de mensagens institucionais de interesse público, de forma a complementar informações e conteúdos disponibilizados em outros meios e canais, primando pela transparência e acessibilidade das informações.

9.1.4 Autonomia da IES em Relação à Mantenedora

A Mantenedora é responsável perante as instituições e autoridades públicas e privadas e o público em geral, judicial e extrajudicialmente, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP”, respeitada, nos limites da Lei, do seu Estatuto e do Estatuto da FIP, a liberdade acadêmica dos corpos docente e

discente e a autoridade dos órgãos colegiados deliberativos da sua entidade mantida.

A Mantenedora é responsável pela administração orçamentária, financeira e contábil da Faculdade, fornecendo o aporte de recursos humanos, materiais e financeiros para o normal funcionamento da FIP. Entretanto, a Mantenedora respeita e assegura a autonomia didático-pedagógica da Faculdade.

9.1.5 Políticas de Comunicação Interna e Externa

A conjuntura organizacional desenhada para o funcionamento da FIP, a comunicação deve ser concebida com a função de promover o fortalecimento do conceito institucional, mercadológico e corporativo, tendo como primeiro objetivo o público interno e, por meio deste, pretende atingir a toda a sociedade.

A partir desta premissa a comunicação interna deve viabilizar e estimular uma interação efetiva entre a organização e seu corpo funcional, e também entre os próprios funcionários, utilizando vários instrumentos de comunicação.

Na gestão das ações de comunicação com a comunidade interna devem, da mesma forma que com a comunidade externa, ser envidados esforços para o aprimoramento dos processos de comunicação, com vistas a promover uma maior integração da comunidade interna, estabelecendo como base os princípios da transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional. Nesse sentido, é imperioso que se estabeleça uma política que se paute na celeridade e otimização do fluxo de informação, através da modernização da gestão da informação.

Neste propósito, no seu plano interno a FIP promove, por meio de sua política de comunicação com a sociedade, ações que são implantadas com o objetivo de manter a comunidade interna informada, de maneira excelente, sobre os cursos oferecidos (situação legal, conforme resultados das avaliações recentes), quadro docente, matriz curricular, regulamentos, manuais e outros documentos incidentes sobre os cursos, inclusive, os pertinentes as suas atividades de iniciação científica e extensão. Sendo que a disponibilidade de todos eles obedecerá à orientação do artigo 32 da Portaria n. 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010 e o Art. 99 da Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro 2017.

Para isso, a FIP adotará as seguintes estratégias e diretrizes que facilitarão seu processo de comunicação interna, primando, sobretudo, pelos princípios da agilidade e celeridade nos processos e transparência das informações:

- a) Atualização diária do site e murais institucional;
- b) Envio de malas-diretas via e-mail, para divulgação de suas atividades, informativos e/ou notícias;
- c) Publicação de notícias em Jornal local e adjacentes;
- d) Publicação de Boletim Online de Notícias FIP;
- e) Publicação de Normas internas (portarias, resoluções, regulamentos, etc.);
- f) Produção de vídeos e documentários sobre a instituição, seus cursos e serviços oferecidos a comunidade;
- g) Atualização de mídias sociais na Web (Facebook, Twitter, YouTube);
- h) Acompanhamento e cobertura jornalística de eventos internos;
- i) Produção de material impresso para divulgação de campanhas internas voltadas para temas relacionados ao ensino, iniciação científica e extensão;
- j) Publicação de material de apresentação da produção acadêmica (também nas áreas de ensino, iniciação científica e extensão);
- k) Promoção de treinamentos do pessoal técnico-administrativo para o atendimento ao público nos diversos setores da academia;
- l) Criação e desenvolvimento de um Projeto de Marketing Educacional;
- m) Publicação de Circulares, envios de memorandos, ofícios, etc;
- n) Disponibilização de equipamentos tecnológicos em pontos estratégicos cobrindo toda a Instituição, inclusive com acesso aberto a internet, levando em consideração que esta ferramenta, nos dias atuais, tem sua maior e mais presente expressão dentro do processo de comunicação.

Nesta perspectiva, a Comunicação na FIP fluirá de forma qualitativa e contará com o apoio direto dos seguintes órgãos:

- a) A **Central de Atendimento ao Aluno (CAA)**: unidade de apoio a comunicação e informação, interligada a Secretaria de Controle e Registro Acadêmico da FIP, instalada em local privilegiado, e de excelente acessibilidade, devidamente identificada, como recomenda a legislação pertinente, com acesso aberto ao público em geral. Cabendo-lhe gerenciar a comunicação e a informação no sentido de atender, direcionar e orientar qualquer pessoa, inclusive o aluno, sobre as vias de acesso a Instituição, a localização dos departamentos e das pessoas responsáveis pela sua gerência, a tramitação de documentos na faculdade e demais orientações indispensáveis aos serviços prestados, buscando sempre que possível seu atendimento imediato ou pré-agendado, obedecendo a

prazos previamente estabelecidos, em conformidade com número de protocolo gerado para a demanda, a fim de proporcionar satisfação dos clientes nos serviços prestados, tanto na forma presencial, via telefone e web site.

- b) A **Ouvidoria**: órgão suplementar de apoio e assessoramento das Diretorias Acadêmica, Administrativa e Financeira e de auxílio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja finalidade será empreender ações na defesa dos direitos individuais e coletivos da comunidade acadêmica e seguimentos, correlatos da sociedade civil organizada e, sobre tudo, aprimorar-se como organização provedora do ensino, da iniciação científica e da extensão, vez que será alimentada pelas opiniões, críticas, sugestões e reclamações expressas pelos usuários, constituindo-se em um canal de comunicação acessível e direto, sem burocracia, aberto a sociedade interna e externa.

De forma articulada ao PDI, o Regimento interno também faz previsão de algumas ações que serão implantadas que muito contribuirão para o processo de comunicação interna, merecendo destaque as seguintes:

- a) O **manual do aluno**: cujo objetivo é proporcionar aos alunos orientações sobre a rotina e procedimentos institucionais, além de conscientizá-lo sobre os seus direitos e deveres dentro da IES, orientações necessárias à formação de atitudes adequadas para a convivência agradável no âmbito acadêmico. De maneira semelhante à FIP disporá também do Manual do Professor;
- b) O **Calendário Acadêmico Semestral de Atividades do Curso**; o Calendário Acadêmico Semestral e Agenda de Eventos Pedagógicos e Acadêmicos Semestral, com datas cívicas, culturais e de avaliação e prazos institucionais de requerimentos, trancamentos, matrículas, etc;
- c) O **Sistema de Informação e Apoio as atividades Acadêmicas**: implantação de sistema informatizado responsável pelo gerenciamento e desenvolvimento dos serviços de todos os departamentos de apoio as atividades acadêmicas, de modo a otimizar as tarefas diárias.

Em outra frente, também no intento de alcançar os objetivos e metas propostas para o alcance da comunicação com qualidade, integram as políticas institucionais para a comunicação da FIP com a sociedade os seguintes compromisso que usufruirão da tecnologia:

- a) A implantação de áreas virtuais do aluno e as áreas virtuais do professor, tendo em vista sua contribuição para o processo de ensino aprendizagem, nos quais além de designar os ambientes virtuais de aprendizagem é possível também ao professor postar materiais didáticos para seus alunos acessarem, responderem questionários e tirarem eventuais dúvidas diretamente com o professor, bem como para o professor enviar diários de classe, material didático, conteúdo, trabalhos e atividades avaliativas por meio do acesso a internet, ainda são mecanismos de substituição da Xerox, tendo em vista o alto consumo de papel;
- b) A informatização da biblioteca que viabilizará, por meios eletrônicos, a consulta a títulos, autores e obras da biblioteca, a divulgação e permuta de dados, informações, questionamentos e trabalhos, além de links com outras instituições de ensino, com entidades e órgãos de pesquisas, nacionais e internacionais;
- c) A implantação de serviços eficientes de apoio aos setores administrativos, inclusive de atendimento direto ao aluno, tais como: Secretaria de Controle e Registro Acadêmico, Tesouraria, Call Center e Guarita, com o objetivo de otimizar a comunicação, a integração, a organização, a agilidade no atendimento e celeridade dos processos internos;
- d) A ampliação e estruturação dos espaços pedagógicos informatizados (laboratórios dos cursos presencial e EaD, brinquedoteca, escritório modelo, empresa Junior), esse último com o objetivo de prestar consultoria e assessoramento administrativo a comunidade em geral.

Por fim, favorecerão, de forma concorrente, para a comunicação interna as ações previstas na política para a acessibilidade da FIP:

- a) Prover a implementação de diferentes formas de comunicação (visual, tátil e sonora) e sinalização (permanente, direcional, de emergência e temporária);
- b) Prover a aquisição de símbolo internacional de acesso a serem fixados nos espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos;
- c) Prover a aquisição de símbolo internacional de pessoas com deficiência visual;
- d) Prover a aquisição de símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva/surdez;

- e) Prover a aquisição de sinalização tátil no piso do tipo alerta e do tipo direcional;
- f) Prover a construção de rotas de fuga, saída de emergência e áreas de resgate devidamente sinalizadas;
- g) Prover a demarcação de vagas para pessoas com deficiência.

Comunicação externa

As ações de comunicação com a comunidade externa são realizadas pelos diversos setores a quem compete à gestão das informações. Dentre esses, destacamos a implantação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Implantação efetiva da Ouvidoria da FIP já nos primeiros semestres dos cursos, de modo a colaborar para o acesso e democratização das informações da Instituição. Ademais, as informações serão, de forma geral, disponibilizadas no site oficial da Instituição, gerenciado pelo setor de Comunicação a ser criado pela IES.

As ações de comunicação com a comunidade externa devem ser estabelecidas de forma a promover a ampliação da integração da FIP com a sociedade, ampliando sua visibilidade e colaborando, de forma integrada, para promover e consolidar o diálogo, garantir a transparência e o acesso às informações e aos produtos da Instituição. Nesse sentido, os diversos setores devem trabalhar para o fortalecimento da comunicação, através do estabelecimento de uma política que tenha como princípios a transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional.

Também no plano externo, a FIP, por meio de *site* próprio, veiculará informações institucionais em diversos *links* sobre as suas atividades acadêmicas, além de estabelecer relações bilaterais por meio de parcerias e convênios com outras instituições, com órgãos e organizações empresariais do setor público e privado. Neste objetivo, contará também com os meios de comunicação em rádio e jornal impresso locais, para divulgação de eventos acadêmicos, vestibulares, entre outras atividades de cunho acadêmico.

Além de divulgar a comunidade externa seus serviços e resultados nas atividades e produção acadêmica, inclusive de seus egressos, a FIP se preocupa

em perceber a sua imagem, com vista a zelar pela excelência no segmento em que atua. Para tanto, conforme previsão já está implantada a Ouvidoria. O trabalho da ouvidoria contribuirá para a criação de um relacionamento de confiança da FIP com a comunidade.

Ademais, observada a importância da comunicação para este seguimento, em toda a sua dimensão, faz parte dos objetivos futuros da FIP a implantação de um portal universitário. Entretanto, o desafio que se propõe é o enfrentado para a criação de condições específicas para que o *site* atual possa, nos próximos anos, tornar-se efetivamente num portal.

9.1.6 Relacionamento com o Mercado e Sociedade

Visa ampliar o relacionamento da Faculdade Impacto de Porangatu com o mercado e a sociedade por meio de convênios e parcerias objetivando a empregabilidade do aluno e de ações de cunho social, cultural e ambiental que demonstrem o compromisso da Faculdade com a sociedade do Estado de Goiás.

Para tanto, espera-se que ocorra, gradativamente, a ampliação do número de convênios e sejam incrementadas as parcerias possibilitando uma maior interação do corpo discente e docente com as organizações do Estado de Goiás.

No que diz respeito às ações de responsabilidade socioambiental, buscarse dar maior visibilidade às atividades dessa natureza e incentivar novas práticas para ratificar o compromisso da instituição para com a sociedade do Estado de Goiás. A FIP pretende consolidar seu posicionamento de IES comprometida com a empregabilidade dos seus alunos e com o desenvolvimento de competências distintivas, nas diversas áreas internas do ensino.

Buscar-se como escopo, complementar a Orientação e Encaminhamento Profissional, o qual atua de forma específica e especializada, utilizando ferramentas e técnicas de *coaching*, além de minicursos, palestras, oficinas, trabalhos em grupo e outros recursos conforme a necessidade que se apresentar durante o processo de preparação dos alunos.

9.1.7 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A FIP manterá uma tradição no desenvolvimento de relações, interações e parcerias com vários setores da sociedade, estabelecidas por intermédio de programas e mecanismos.

As parcerias são celebradas por meio de convênio cuja natureza pode variar conforme o objeto, a finalidade, os objetivos, os interesses e as necessidades da Faculdade e sua relação com as necessidades e interesses dos organismos governamentais e privados da região e da cidade.

Ampliar as relações da instituição com empresas privadas, organizações públicas, do terceiro setor e com a sociedade é a finalidade principal deste. De forma geral, pode-se dividir os resultados esperados em dois focos principais. O primeiro é melhorar a empregabilidade do aluno da FIP por intermédio de estágios, visitas técnicas e outras atividades em parceria com instituições sediadas em Porangatu e região e também nas organizações do Estado de Goiás.

O segundo objetivo é o de oportunizar a comunidade local e às instituições, ações de responsabilidade socioambiental como forma de ampliar a ligação da comunidade acadêmica com a sociedade onde a FIP está inserida gerando um comprometimento mútuo com a formação das pessoas e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

As metas estabelecidas nas relações e parcerias da Faculdade Impacto de Porangatu e instituições, empresas e comunidade em geral são:

- Ampliar número de convênios efetivos com empresas e organizações públicas até o final de 2025;
- Implementar e consolidar o projeto experimental de orientação de carreira e encaminhamento profissional em parceria com o NUPAD;
- Consolidar a promoção de oportunidades de emprego e geração de renda para os discentes, bem como ampliar ofertas para comunidade externa;
- Fomentar, no âmbito interno, a participação de todos os cursos nesta dimensão de atuação.

9.1.8 Ouvidoria

A Ouvidoria está estruturada e auxilia a IES no seu processo de relacionamento com todos os stakeholders, possibilitando a visibilidade necessária para tomada de decisão consciente.

A Ouvidoria direciona seus esforços no sentido de ouvir os discentes, docentes, egressos e a sociedade, fornecendo subsídios para adaptações, ajustes e melhorias internas. Esta área é capaz de captar junto ao corpo discente as manifestações de insatisfações causadas por: desempenho docente, infraestrutura geral, questões acadêmico-pedagógicas, desempenho das coordenações, além de ouvir os alunos em suas dificuldades relacionadas com finanças pessoais, problemas de saúde pessoal e familiar, desmotivações e desencantamentos com os cursos, perceber movimentos de desligamentos individuais ou grupais e outras situações que justificam ações imediatas para restabelecer o equilíbrio das relações.

O serviço de Ouvidoria da FIP tem como objetivo a identificação e solução de possíveis problemas existentes e, principalmente, devido a sua característica de um atendimento personalizado, autonomia de ação e investigação e imparcialidade, ser apresentada como uma nova alternativa para estudantes, professores, colaboradores e a comunidade expressarem seus anseios, insatisfações, sugestões e elogios, tanto ao corpo acadêmico como ao corpo funcional e diretivo.

Com a finalidade de concretizar o objetivo principal da Ouvidoria os principais projetos e ações, que implantados e implementados priorizam:

- O recebimento de manifestações do público interno e externo;
- O encaminhamento de manifestações aos setores de responsabilidade;
- O controle de tramitação nos setores, receber retorno, dando devoluções aos interessados;
- Informações de interesse dos alunos, professores e comunidade externa;
- Contribuir para agilizar os processos internos e antecipar soluções;
- Contribuir para a prevenção e solução dos problemas do relacionamento IES e aluno;

- Ampliar a interação entre a “FIP”, o corpo discente, o corpo docente e a comunidade;
- Identificar focos de insatisfação e informar as lideranças e gestores responsáveis pelas soluções;
- Conquistar o respeito e a confiança dos públicos envolvidos, consolidando a Ouvidoria como canal efetivo de mediação e solução de problemas disponibilizados pela IES;
- Apresentação de demonstrativos da quantidade de atendimentos e os demonstrativos dos retornos com os problemas solucionados.

A ouvidoria da FIP mantém uma sistemática de recebimento, encaminhamento, acompanhamento e retorno aos interessados, sobre as manifestações, críticas, denúncias e sugestões às diversas áreas internas da IES, com o objetivo de consolidar esse canal direto de comunicação com os alunos, professores, egressos, pessoal técnico-administrativo e a comunidade externa.

O(A) Coordenador(a) da Ouvidoria da FIP possui espaço próprio para receber as pessoas que desejarem ser atendidas pessoalmente, e também, tem à sua disposição a infraestrutura necessária para receber as demandas enviadas através dos canais de comunicação disponíveis, distribuindo para os setores envolvidos, controlando o fluxo e os prazos de atendimento e garantindo o retorno a todas as reclamações, sugestões e demais manifestações recebidas, dando credibilidade ao serviço de Ouvidoria.

A Ouvidoria dispõe de software de gestão para controlar o fluxo das demandas entre as diversas áreas internas, controlando os prazos e registrando o histórico das ocorrências tratadas através da Ouvidoria. Além de todos os canais formais existentes para interação entre a FIP e os públicos relacionados, será agregado o sistema de coleta por meio de Caixas de Sugestões, que é instalado em todos os prédios que compõem a Faculdade.

A Ouvidoria é subordinada à Diretoria Geral, a quem caberá dar todo o tipo de apoio. A Diretoria Geral encaminha as solicitações que envolvam ações das diversas áreas, fazendo a mediação e negociando soluções para a melhoria

de processos, sistemas e serviços relacionados às demandas dos públicos que se relacionam com a FIP.

A Ouvidoria não tem caráter deliberativo ou de gestão, para isso existe a estrutura administrativa da FIP. A Ouvidoria não tem caráter de investigação ou punição, sendo que sua atuação é na mediação de soluções entre a FIP e os públicos que se relacionam com a instituição. São consideradas as demandas de pessoas que se identificarem ao enviarem comunicação. Quando um assunto merecer ser tratado com sigilo, este será conduzido com o devido cuidado. Os níveis de complexidade são determinantes para os prazos de atendimento, porém, pretende-se dar retorno no menor prazo possível.

a) Áreas impactadas e sistemas relacionados

A Ouvidoria da FIP causará impacto significativo em todas as áreas que compõem a estrutura de serviços da IES, ou seja: nas Coordenações de Cursos, Áreas de Práticas e de Extensão, Núcleos de Serviços Complementares ao Processo de Ensino, Biblioteca, Centrais de Serviços ao Aluno, Laboratórios, Centro de Convivência e áreas da Mantenedora.

A Ouvidoria alavancará ações e decisões de todas as áreas, gerando melhoria no relacionamento com os alunos e com a comunidade externa. Há a necessidade de um software de controle dos processos em tramitação, o qual deve ser capaz de armazenar todas as informações relativas ao trâmite das soluções aos alunos, mantendo um histórico das ocorrências e das soluções adotadas para cada caso. Esse sistema pode ser bastante simples, cabendo à Tecnologia da Informação o desenvolvimento ou identificação de softwares disponíveis.

b) Avaliação e Controle

A avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria é realizada semestralmente, verificando a necessidade de ajustes e adaptações na forma de atuação.

10 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

10.1 Políticas de Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional é um processo que tem por finalidade melhorar a qualidade, e elevar a eficácia institucional, sendo assim é imprescindível implantar e implementar a cultura de avaliação, não apenas por questões legais, mas por uma questão ética, de prestação de contas a sociedade. Sendo assim a implantação e a implementação da cultura da autoavaliação no âmbito da Faculdade Impacto de Porangatu estará consolidada e contribuirá substancialmente nos processos de gestão institucional.

A FIP tem ciência de que avaliação é um processo que busca melhorar a qualidade e eficácia institucional, a conscientização dos seus agentes e a efetividade da prestação acadêmica, neste sentido a avaliação deixa de ser um mero controle, e passa a ser um processo de questionamento e conhecimento, fazendo com a IES cumpra seus principais compromissos junto à comunidade, sejam estes pedagógicos ou sociais.

Os desafios cotidianos, as mudanças, o mercado competitivo, incentiva a necessidade de se agregar a educação práticas de gestão que se permita aperfeiçoar a busca pela qualidade nos serviços prestados à comunidade acadêmica.

Neste contexto, a Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Impacto de Porangatu, responsável pela coordenação de todo processo, manterá um Programa de Avaliação Institucional deixando clara a sua preocupação, em manter um processo contínuo que estabelecesse indicadores precisos e confiáveis capazes de confrontar a realidade existente com a realidade

O Projeto de Avaliação da FIP fundamenta-se nas diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), ou seja, pauta-seno: “respeito à identidade institucional, mediante um processo de adesão, de globalidade, com ampla participação de toda a comunidade acadêmica vinculada a instituição, referenciada também por uma avaliação externa”.

10.2 Metodologia

A metodologia para autoavaliação da FIP orienta-se pela concepção do SINAES, que define autoavaliação como um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES” (cf. Roteiro da CONAES).

Nessa perspectiva, para avaliar as 10 dimensões propostas, prevê-se conjugar diferentes fontes de informação e técnicas de coleta e análise de dados, como proposto no Roteiro da CONAES, a saber:

- I. Levantamento e análise de documentação construída ao longo do processo de autoavaliação;
- II. pesquisa-ação primária, qualitativa, mediante eventos (oficinas de trabalho, seminários) envolvendo a CPA, Colegiados, Comunidade Educacional e Especialistas Externos, segundo a temática a ser abordada;
- III. processamento e análise de estatísticas geradas pela instituição, que inclui módulos de informação gerencial e educacional sobre os diferentes cursos, permitindo a construção de outros módulos eventualmente necessários para a autoavaliação;
- IV. pesquisa primária quantitativa, com egressos, realizada via correio eletrônico. A pesquisa deve indagar da inserção profissional, da utilidade da formação recebida, das perspectivas de desenvolvimento socioprofissional e da percepção dos egressos sobre os cursos depois de um distanciamento de cerca de 6 meses. Deve servir também como teste para montagem e implementação de um sistema de acompanhamento de egressos da Faculdade.

10.3 Dimensões

São avaliadas as seguintes dimensões:

- I. Missão e planejamento institucional;

- II. Políticas para o ensino, pesquisa, extensão e a pós-graduação;
- III. Responsabilidade social da instituição;
- IV. Comunicação com a sociedade;
- V. Política de gestão e desenvolvimento de pessoal;
- VI. Modelo de organização e gestão da instituição;
- VII. Infraestrutura física (instalações, equipamentos, documentação);
- VIII. Planejamento e avaliação, incluindo a autoavaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento a estudantes e egressos;
- X. Sustentabilidade financeira e compromisso na oferta da educação superior.

10.4 Instrumentos

A partir do Roteiro citado anteriormente, serão desenvolvidos e aplicados as seguintes técnicas e instrumentos:

- I. Pesquisa documental;
- II. Pesquisa primária qualitativa participativa (pesquisa-ação);
- III. Pesquisa primária quantitativa;
- IV. Instrumento de autoavaliação da equipe docente, dos estudantes e da equipe técnico-administrativa.

Na medida em que se fizer necessário, será empregado ainda o recurso de entrevista com a comunidade interna e externa da FIP além de seminários.

10.5 Formas de Participação da Comunidade e Atuação da CPA

A Faculdade Impacto de Porangatu dispõe de mecanismos que asseguram a participação da comunidade educacional. Esta participação é particularmente assegurada nos Conselhos, conforme normas regimentais, com vistas à garantia da qualidade de suas ações e dos serviços prestados.

O processo de avaliação institucional da IES conta com o compromisso e apoio dos órgãos executivos da IES e a participação de sua comunidade acadêmica e técnico-administrativa, objetivando a sua efetiva implementação. Essa participação ocorrerá em todas as etapas do processo avaliativo, ou seja, desde seu planejamento, sensibilização e operacionalização até o conhecimento dos resultados e ações de melhoria.

A CPA atua como forte articuladora desse processo, planejando e organizando as atividades de avaliação de acordo com as diretrizes do SINAES, tornando o sistema de autoavaliação um instrumento aceito e internalizado pela comunidade e uma fonte de informações capaz de levar a Instituição a refletir

sobre si mesma. A divulgação das informações, o compartilhamento de experiências e a prestação de contas constituem, na verdade, as formas de legitimar a participação da comunidade acadêmica sendo, por isso, consideradas pela Instituição como princípio prioritário nos processos de avaliação.

A implementação do processo de autoavaliação na IES ocorrerá simultaneamente ao desenvolvimento do PDI, ao desenvolvimento dos PPC's, ao Programa de Avaliação Institucional e à realidade dos cursos, constatadas pelas informações provenientes da Avaliação Externa.

O instrumento (questionário eletrônico) é aplicado conforme o calendário acadêmico da FIP. Para os acadêmicos responderem o instrumento de avaliação, a IES disponibiliza os laboratórios de informática, um terminal de computador com acesso à internet e garante a privacidade do acadêmico. O processo será de responsabilidade da Gestão Acadêmica e executado pelos componentes da CPA.

Na primeira fase, são realizadas reuniões e/ou debates junto aos públicos visando despertar o interesse e conscientizar sobre a avaliação. Também nesta etapa são idealizadas as estratégias de abordagem dos vários públicos, material de divulgação e os instrumentos de coletas de dados. Todas as ideias e sugestões são recolhidas pelos membros junto a seus pares para serem avaliadas em conjunto pela Comissão, em suas reuniões de planejamento.

Na etapa de sensibilização é apresentado para a comunidade acadêmica o objetivo da autoavaliação. Buscar-se-á esclarecer quem será o condutor da autoavaliação, o período em que será realizada, os participantes do processo, onde ocorrerá e qual técnica será aplicada. Enfatiza-se, nessa etapa, o planejamento da autoavaliação. Nesta etapa, também será realizado o nivelamento dos conceitos fundamentais (por exemplo, a apresentação e discussão dos critérios de avaliação estabelecidos pelo SINAES). Essa prática tem como objetivo facilitar o entendimento do processo e aperfeiçoar a autoavaliação.

A Avaliação é concentrada em um período de trinta dias e, apesar do acesso permitido pela Internet, também são disponibilizados espaços específicos na Instituição (Laboratórios de Informática) para facilitar a participação da comunidade acadêmica. A preparação do site/sistema é

realizada pelo setor de Informática. As atividades para sensibilização de alunos e professores/tutores são realizadas pela CPA, Coordenadores e Diretoria Acadêmica. Também com esse objetivo, estará disponibilizada, na página principal do site da FIP, uma “chamada” para a participação de todos no processo de autoavaliação.

Para a adesão é realizado previamente um planejamento com a equipe de Coordenadores de Cursos. Os Coordenadores acompanham suas turmas, estimulando pessoalmente a participação de todos, através do discurso de importância da avaliação. É feita uma forte divulgação para os públicos envolvidos, divulgando a Avaliação Institucional e a importância de participação de todos.

O processo de avaliação institucional FIP conta com o compromisso e apoio dos órgãos executivos da IES e a participação de sua comunidade acadêmica e técnico-administrativa.

Essa participação ocorre em todas as etapas do processo avaliativo, ou seja, desde seu planejamento, sensibilização e operacionalização até o conhecimento dos resultados e melhorias. Ressalte-se que a FIP conta também, com a participação de representantes da comunidade externa na Comissão Própria de Avaliação.

A CPA atua como articuladora desse processo, planejando e organizando as atividades de avaliação de acordo com as diretrizes do SINAES, tornando o sistema de autoavaliação um instrumento aceito e internalizado pela comunidade e uma fonte de informações capaz de levar a Instituição a refletir sobre si mesma.

10.6 Projeto de Acompanhamento e Avaliação

O projeto de Avaliação Institucional, incluindo as dez dimensões previstas no Roteiro de Autoavaliação institucional do CONAES, foi elaborado e é implementada em todos os anos de vigência do PDI.

10.7 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Os resultados do projeto de Avaliação Institucional são subsídios para orientar a análise e discussão sobre as políticas, princípios e objetivos da FIP, possibilitando sua atualização e renovação, em consonância com as demandas

sociais e de mercado. A análise de currículos, da metodologia e das ações educacionais, também é subsidiada por estes resultados, possibilitando a revisão e readequação dos perfis profissionais dos cursos, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico da região em que se insere.

10.8 Composição e atribuições da CPA

A FIP, de acordo com o projeto da CPA, entende que mais do que uma exigência formal, a necessidade de ser avaliada e de se autoavaliar revela a disposição dos envolvidos em enfrentar os problemas vivenciados no fazer cotidiano, sendo entendida como um processo contínuo e sistemático para o redirecionamento e ressignificação de suas ações meio e fim. Assim, a avaliação institucional constitui-se em um dos instrumentos de apoio à equipe de gestão administrativa e pedagógica em situações que exigem a tomada de decisões e redefinição das metas à medida que entende que ela transforma, provoca mudanças e consolida valores.

A Comissão Permanente de Avaliação - CPA é um órgão da administração composta por:

- I. Um representantes do corpo docente, sendo o Coordenador da CPA.
- II. Um representante do corpo discente.
- III. Um representante do corpo técnico-administrativo.
- IV. Um representante da sociedade civil organizada.

Cabe a CPA as seguintes atribuições:

- I. elaborar, desenvolver e avaliar a proposta da avaliação interna autoavaliação;
- II. coordenar os processos internos de avaliação da Instituição e dos cursos;
- III. sistematizar as informações;
- IV. divulgar as informações;
- V. fornecer as informações solicitadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

11 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

11.1 Infraestrutura Física Existente

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é uma instituição particular, situada à Rua 15 N. 27, Qd 34 Lt 34 – CEP: 76.550-000 Porangatu – Estado: GO. A IES é mantida pelo Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA - ME (CNPJ: 28.492.687/0001-49), pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porangatu.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas da FIP, suas instalações prediais foram projetadas de forma que, todos os ambientes são climatizados por ar-condicionados, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas inerentes ao local em que se encontram.

A instalação hidrossanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança necessárias para o bom funcionamento.

A estrutura física da instituição possui dois pavimentos sendo que os quais abrigam salas de aula, Biblioteca, laboratórios e o corpo técnico-administrativo (secretaria, tesouraria, coordenação, diretoria).

Vale informar que toda infraestrutura da FIP faz parte do PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA da FIP além disso a CPA apresenta um plano de avaliação periódica para que ações sejam tomadas com vista a melhoria e atendimento das demandas futuras.

Atualmente, o espaço físico está formatado da seguinte forma:

TIPO DE ÁREA	QT	Área
Salas de Aulas	52	1.213,66 m ²
Salas de Tempo Integral	02	66,17m ²
Sala atendimentos ao aluno	01	24,20 m ²
Salas de Coordenações	12	36 m ²
Sala de Professores/tutores	02	32 m ²
Sala de Reunião	01	27.34 m ²
Sala de Acervo Acadêmico	01	21.68 m ²
Sala do Escritório Modelo e Empresa Junior	01	26.85 m ²
Brinquedoteca	01	56,07m ²

Laboratórios Multidisciplinar	03	152,02 m ²
TIPO DE ÁREA	QT	Área
Laboratório de Imagem	02	106,07m ²
Laboratório de Odontologia	02	156,17m ²
Laboratórios Informática	02	64,04 m ²
Biblioteca	01	56.07 m ²
Sala CPA	01	7.11 m ²
Sala NDE	01	7.11 m ²
Ouvidoria	01	8 m ²
Psicopedagógico	01	7.11 m ²
Sala Tempo Integral	02	14.22 m ²
Áreas de Eventos Culturais	01	203 m ²
Mini auditório - NPJ	01	60,00 m ²
Sanitários	08	48.31 m ²
Praça de Alimentação	01	203 m ²

11.2 Laboratórios

As instalações e laboratórios específicos para os cursos atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT. O acesso aos laboratórios é planejado de modo que as disciplinas possam dispor, semanalmente, por turma, de, pelo menos, duas horas diárias, ficando a coordenação do curso responsável pela articulação dos horários.

11.2.1 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

São espaços destinados à realização de experimentos ou simulação de atividades que o aluno terá em campo. Assim, de acordo com o projeto de cada curso e também com as determinações, a Faculdade destina espaços e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades.

Somente será liberada a oferta de cursos com demandas específicas se existentes os espaços orientados. Cada curso possui um documento orientador, determinando quais as especificações que deverá atender.

Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas possuem recursos tecnológicos diferenciados para atender às atividades que são desenvolvidas na IES, possuindo acessibilidade e normas de segurança adequadas. O plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, objetivam que todas as regras previstas nesse PDI sejam atendidas

11.2.2 Laboratório de Informática, Recursos Multimídia e Recursos Tecnológicos

Todos os Laboratórios da FIP estão inseridos no processo educativo da IES, servindo de suporte aos programas de ensino. Tem como finalidade básica prestar apoio, na sua área de abrangência, à comunidade universitária, atendendo as suas solicitações e necessidades específicas, visando a contribuir para a consecução dos objetivos das atividades acadêmicas, culminando num maior aproveitamento pedagógico – informacional.

Os laboratórios de informática são compartilhados, em horário alternado, tanto com os cursos presenciais quanto os cursos em EaD.

A quantidade está diretamente relacionada com as vagas solicitadas para a autorização de cada curso.

São usuários dos Laboratórios a comunidade universitária, podendo utilizá-lo durante horários livres disponibilizados para realização de trabalhos e pesquisas educacionais.

Os Laboratórios da FIP funcionam para comunidades interna de segunda à sexta-feira das 16h:00min às 22h:00min e aos sábados das 8h às 12:00h.

É mantida em quadro próprio, disponível em local visível, para Comunidade Acadêmica interna, uma tabela de horários contendo as atividades programadas, bem como os horários para livre utilização.

Os Laboratórios de Informática é regido pelo seu regimento, ou seja:

➤ REGIMENTO INTERNO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA.

As normas de procedimento e segurança já estão estabelecidas, o espaço físico com mobiliário, iluminação, acústica, limpeza e ventilação são

apropriados, com acesso à internet, plano de atualização de softwares, e acessibilidade, sendo que em 2 computadores existem instalados softwares de acessibilidade, tais como: Vlibras, NVDA, DosVox e Fone de Ouvido que proporciona acessibilidade a deficientes visuais. Os serviços e o suporte são adequados e há condições ergonômicas implantadas.

Os laboratórios de informática passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência. Vale ressaltar que o Laboratório faz parte do PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA da FIP.

Importante ressaltar que a política de atualização de equipamentos se dá a partir da aprovação orçamentária ao final de cada ano, já a aquisição e atualização de softwares são decorrentes das demandas apresentadas pelos Coordenadores de Cursos. O laboratório possui acessibilidade, conforme Plano de Acessibilidade Institucional, além de contar com manutenções preventivas e corretivas conforme política de manutenção patrimonial.

A CPA apresenta um plano de avaliação periódica que inclui a infraestrutura tecnológicas sendo os resultados encaminhados para os responsáveis de modo que ações sejam tomadas com vista a melhoria e atendimento das demandas futuras.

E no PDI está descrito o PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

11.2.3 Infraestrutura Tecnológica

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação (TICs) da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP estão projetados para atender as necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.

No sentido de proporcionar um ambiente de ensino presencial com o apoio da Tecnologia da Informação, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP implantou um ambiente virtual de aprendizagem, através de um sistema formado por soluções integradas de gerenciamento de aprendizagem, conhecimento e conteúdos on-line, que proporcionam a interação entre alunos e docentes. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem são disponibilizados aos alunos textos, vídeo aulas e questionários que deverão ser desenvolvidos no decorrer

dos semestres. Por meio dos questionários, os alunos acompanham e avaliam o seu progresso no processo de ensino-aprendizagem.

A estrutura de Tecnologia da Informação da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é composta por seus laboratórios de informática, contendo computadores avançados e acesso à internet.

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O funcionamento dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP demandará, ao longo do tempo de vigência projetado para o PDI (2024-2028), a aquisição de novos equipamentos de informática. A instalação dos Laboratórios de Informática também demandará a aquisição de alguns conjuntos de máquinas. Os laboratórios instalados contam com 75 (setenta e cinco) microcomputadores de configuração avançada, interligados em rede e com conexão internet de alta velocidade.

Para os laboratórios a serem instalados nos anos seguintes, serão adquiridos a cada ano novos lotes de microcomputadores, scanners e impressoras. Os microcomputadores estarão ligados em rede, apoiados por um computador servidor instalado no CPD - Centro de Informática.

INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

A FIP dispõe de dois laboratórios de informática equipado para atender a comunidade acadêmica.

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Os Laboratórios de Informática tem como objetivo propiciar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da IES e às necessidades da comunidade acadêmica da FIP.

A FIP disponibiliza para utilização acadêmica dois laboratórios com 75 computadores.

Todos os computadores dos laboratórios possuem acesso à internet.

1 Dias e Horário de Funcionamento:

O funcionamento dos Laboratórios de Informática se dará de acordo com os dias letivos disponibilizados no calendário acadêmico, nos seguintes horários:

De segunda à sexta-feira: 08:00 às 22:00

Aos sábados: se figurarem no calendário acadêmico como dia letivo, os Laboratórios podem ser usados se assim solicitados antecipadamente pelos professores nos horários por eles marcados.

BIBLIOTECA

Também contamos com 12 computadores na biblioteca, todos com acesso à internet, para que os alunos possam estudar e pesquisar, além de localizar os livros mais rapidamente através do nosso site que está interligado ao Sistema da Faculdade, agilizando assim o atendimento na Biblioteca.

REDE WIRELESS

Acompanhando a tendência tecnológica e a fim de ampliarmos as opções de estudos para os alunos, a FIP também está oferecendo uma cobertura Wireless em toda a IES com aparelhos de ponta.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com plenas condições no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos, com acesso à internet em banda larga, em quantidade e proporção que permite aos usuários a facilidade de uso, considerado as vagas ofertadas na Instituição.

Os laboratórios e demais meios implantados de acesso à informática possuem boa quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP possui microcomputadores distribuídos em praticamente todas suas dependências. Possui também um servidor, onde estão armazenadas todas as informações administrativas e didático pedagógicas da instituição. Os dados administrativos estarão disponíveis somente para direção e os didático-pedagógicos, poderão ser apreciados pelos alunos nos terminais de consulta e na sala de professores pelos docentes, por meio de um sistema de rede interna.

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos espaços existentes na Instituição, estão conectados a rede de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

RECURSOS AUDIOVISUAIS

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição. A constante aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais utilizados em sala de aula, irá facilitar o fazer pedagógico.

Objetivando que as atividades acadêmicas sejam desenvolvidas a partir do uso de modernas metodologias de ensino, os docentes terão à sua disposição os recursos multimídia necessários, podendo utilizá-los nas salas de aulas e demais ambientes, conforme o caso.

Os equipamentos audiovisuais e multimídia existentes na Faculdade Impacto de Porangatu - FIP são previstos segundo o cronograma de aquisição apresentado a seguir, e serão suficientes para atender a demanda dos cursos ofertados.

A FIP coloca à disposição de professores e alunos os recursos audiovisuais necessários às atividades acadêmicas, tais como projetores, computadores, impressoras, som, televisores.

1 Dias e Horário de Funcionamento:

O funcionamento dos recursos de audiovisuais se dará de acordo com os dias letivos disponibilizados no calendário acadêmico, nos seguintes horários:

De segunda à sexta-feira: 08:00 às 22:30

Aos sábados: se figurarem no calendário acadêmico como dia letivo, os recursos podem ser usados se assim solicitados antecipadamente pelos professores ou coordenadores nos horários por eles marcados.

A rede lógica da instituição atende as necessidades da IES. Existe o PLANO DE CONTINGÊNCIA DE ACESSO A BIBLIOTECA VIRTUAL, nele contempla que o acesso ao conteúdo da FIP é garantido por *links* de internet e utilizam sistema *Load Balance*.

Todos os serviços referentes a softwares de acesso e todas as ferramentas de suporte ao EAD são hospedados na nuvem, com isso garantimos uma disponibilidade dos serviços de cerca 99,95% anualmente, além de uma redundância de toda infraestrutura, permitindo uma alta disponibilidade de todos os recursos para o aluno.

Nessa nuvem está o nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem, portal do aluno, sistema de biblioteca física e virtual, sites de divulgação e informações da instituição e sistemas de gestão de processos internos.

Devemos dispor de um sistema de ERP (*Enterprise Resource Planning*) para gestão financeira e outro ERP para gestão administrativa, ambos hospedados em nossa rede interna localizado na sede da empresa. Todos os nossos ambientes são protegidos por *Firewall* de segurança, com isso tanto os

acessos internos quanto os acessos externos são controlados e monitorados em tempo integral.

Todos os serviços em nuvem e em rede interna estão sob monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana pela equipe de TI, fazendo com que a qualidade e disponibilidade dos mesmos sejam sempre a maior possível para os alunos e colaboradores.

A IES possui backups completos diários dos ambientes em nuvem e em rede interna a fim de preservarmos o nosso bem mais valioso que são as informações e conteúdo de todos os nossos sistemas. Todos os conteúdos de mídia (vídeo aulas, materiais de divulgação, etc) são hospedados em outra nuvem com a mesma segurança e disponibilidade proporcionando a melhor experiência possível e totalmente integrada com nosso portal do aluno e todo o ambiente virtual de aprendizagem.

Na rede interna possuiremos dois links de internet, onde um serve de redundância para o outro além de um balanceamento de carga entre eles, proporcionando um melhor desempenho para toda área acadêmica, comercial, e administrativa.

Em todas as unidades assim como em cada polo de ensino (quando houver) a IES conta com uma rede de dados e voz de última geração com ativos e equipamentos de trabalho mais atuais, proporcionando uma excelente qualidade no atendimento ao aluno.

A base tecnológica apresenta recursos tecnológicos disponíveis, sendo considerada a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência. Cada unidade e polo de ensino também conta com todo sistema de segurança (Firewall) além de uma rede sem fio para os alunos e colaboradores, e sempre com monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana de todos os serviços oferecidos.

O sistema de telefonia de última geração, conta com o sistema de telefonia IP e também contamos com uma Unidade Responsiva de Atendimento (URA) implementada para melhor atender ao aluno já matriculado assim como os futuros alunos, através dos telefones e *whastsapp*. Poderá ser criado um módulo demandas que fará um barateamento de custos.

A relação da Faculdade com a sociedade é desenhada através de estratégias diversificadas de comunicação, sendo a principal delas sua página institucional na internet. O website apresentará informações gerais sobre a Instituição, catálogo dos cursos oferecidos, modalidades de acesso aos cursos, endereços da IES, interfaces de contato e, para os alunos, o acesso ao ambiente acadêmico da Faculdade - o Portal do Aluno. Além de seu site institucional, relaciona-se com a comunidade acadêmica através de suas páginas oficiais em mídias sociais.

No âmbito das tecnologias de interface entre as políticas de gestão e as práticas acadêmicas da IES, é garantido ao aluno acesso a um portal integrado de informações. O Portal do Aluno é uma plataforma privada utilizada nos cursos da Faculdade. A plataforma agrega vários recursos e ferramentas que permitem que os alunos façam a gestão da sua vida acadêmica e administrativa ao longo da realização da sua graduação.

O Portal do Aluno oferece as seguintes funcionalidades e recursos:

- Acesso:
 - I. à Biblioteca Virtual adota nos cursos de graduação;
 - II. aos boletos de pagamento, ao histórico de pagamento e aos contratos de prestação de serviço em arquivo digital;
 - III. às salas virtuais das disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos;
- Apresentação da matriz curricular do curso de graduação;
- Dados cadastrais do aluno;
- Ferramenta:
 - I. para agendamento das avaliações presenciais;
 - II. para renovação da matrícula e escolha das disciplinas a serem cursadas no semestre;
- Grade de notas das disciplinas já cursadas pelos alunos;
- Manual do Aluno em arquivo digital;
- Quadro de Aviso para apresentação das informações institucionais e dos cursos de graduação;
- Serviço de Atenção do Aluno que permite a interação do aluno com diferentes instâncias da Faculdade: acadêmico, coordenação do curso, secretaria geral dos polos, secretaria dos polos e setor financeiro.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, tem a assessoria da Editora InterSaberes para o conteúdo dos Cursos. Esta Editora é especializada em conteúdos universitários. Esta editora possui um catálogo com mais de 1.000 obras nas áreas de saúde, educação, negócios, ciências sociais, letras e capacitação profissional.

Em relação a produtora de conteúdos em EaD a FIP tem uma parceria com a Intersaberes. Nesta parceria a IES, tem a sua disposição: mais de 1500 Unidades de Aprendizagem (UAs) que se adaptam facilmente aos planos de ensino; conteúdo baseado em metodologias ativas para todos seus cursos; conteúdos adaptáveis para 20%, 40% e 100% EaD; apoio a avaliações e gestão de projetos integradores.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) denominado Impactoead é um facilitador do processo de ensino e aprendizagem na modalidade de educação a distância, fazendo uso da tecnologia como uma ferramenta de mediação entre professores e alunos, permitindo o esclarecimento de dúvidas, aplicação de exercícios de fixação, reforço e acompanhamento de desempenho individual.

A plataforma Impactoead foi desenvolvida para apoiar e gerir processos educativos, focados em experiências de educação híbrida e favorecer o controle de processos com flexibilidade e customização.

A Impactoead oferece como aplicativo nativo e personalizado a identidade da FIP aos nossos alunos podendo ser baixado, sem custo adicional e com todas as funcionalidades.

Integra esse setor uma equipe multidisciplinar com professores, tutores, coordenadores pedagógicos, monitores e pessoal técnico-administrativo. Há, na IES, o Departamento de Tecnologia de Informação, que atua em colaboração aos projetos em EaD, dando todo suporte tecnológico para a execução dos cursos na plataforma virtual, no acesso à rede internet, servidores, sistemas de conferência on-line e laboratórios de Informática.

Além disso, o responsável da TI realiza atividades de manutenção e suporte em toda a infraestrutura de execução e suporte. Adicionalmente, há um suporte de infraestrutura física feito por um funcionário contratado da instituição.

A InterSaberes oferece conteúdo de qualidade, autores de renome, uma grande variedade de temas e títulos, linha gráfica moderna e atraente em diferentes formatos, mídias e suportes.

Desenvolvido para as disciplinas semipresenciais e para os cursos à distância da FIP é ferramenta eficiente para a transmissão de conteúdos on-line, pois possui recursos que possibilitam a integração de materiais de profissionais renomados. Com interface intuitiva, versátil, possibilita o acesso aos livros digitais e videoaulas por computadores e diferentes dispositivos móveis.

Quanto às características gerais e técnicas do AVA da FIP:

1. A estrutura tecnológica do AVA da FIP é baseada em cloud computing⁷;
2. O servidor do sistema utiliza plataforma em nuvem, utilizando o maior player atual, ou seja, Amazon AWS⁸, baseando-se no modelo IaaS (Infrastructure as a service⁹);
3. O Monitoramento, por sua vez, é ativo 24x7, isto é, ininterrupto, provendo escalabilidade de acordo com a necessidade e sem limites;
4. O Backup é realizado diariamente, onde são gerados snapshots ⁹ e armazenados em nuvem, além dos backups providos por versionamento;
5. Gerenciamento centralizado para proteção de vírus utilizando McAfee (proteção contra vírus, malwares, estouro de buffer¹⁰ e DLP – Data Loss Prevention¹²);
6. Sistema operacional Linux com Nginx + PHP-FIP para www. E Sistema operacional Windows com SQL Server Standard para banco de dados;
7. Administração de Sistema Operacional: Os serviços de administração de sistema operacional são realizados por equipes de arquitetos certificados pela Amazon AWS;
8. Banda Internet: Ilimitada.

11.2.4 Infraestrutura de Execução e Suporte

Na sede FIP são realizadas todas as atividades administrativas e pedagógicas dos cursos a distância. Nesse espaço, há uma estrutura central de

⁷ O conceito de computação em nuvem (em inglês, cloud computing) refere-se à utilização da memória e das capacidades de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet, seguindo o princípio da computação em grade.

⁸ Amazon Web Services (tradução livre: Serviços Web da Amazon), também conhecido como AWS, é uma plataforma de serviços de computação em nuvem, que formam uma plataforma de computação na nuvem oferecida pela Amazon.com. ⁹ Infraestrutura como serviço.

⁹ Cópia instantânea de volume ou captura instantânea de volume.

¹⁰ Em segurança computacional e programação, um transbordamento de dados ou estouro de buffer (do inglês buffer overflow ou buffer overrun) é uma anomalia onde um programa, ao escrever dados em um buffer, ultrapassa os limites do buffer e sobrescreve a memória adjacente. ¹² Prevenção de perda de dados.

apoio e suporte aos processos de EaD, que inclui o Setor de Educação a Distância, com: secretaria; laboratórios de informática; estúdio para produção de audiovisuais: vídeo aulas, audioaulas, webconferência; secretaria, sala de coordenação pedagógica e assessoria pedagógica: de tutoria. Integra esse setor uma equipe multidisciplinar com professores, tutores, coordenadores pedagógicos, monitores e pessoal técnico-administrativo. Há, na IES, o Departamento de Tecnologia de Informação, que atua em colaboração aos projetos em EaD, dando todo suporte tecnológico para a execução dos cursos na plataforma virtual, no acesso à rede internet, servidores, sistemas de conferência on-line e laboratórios de Informática

Existe um contrato com o serviço Google. Além disso, o responsável da TI realiza atividades de manutenção e suporte em toda a infraestrutura de execução e suporte. Adicionalmente, há um suporte de infraestrutura física feito por um funcionário contratado da instituição.

E nesse PDI está descrito o PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

Portanto, a FIP utiliza metodologia baseada em recursos da Internet para oferecer seus cursos a distância. Assim, a infraestrutura de execução e suporte visa a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, possuindo um plano de contingência, redundância e expansão.

11.2.5 Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA

Os estudantes terão acesso aos cursos à distância, disponibilizado pela internet pelo portal de estudos: AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e também por meio de materiais didáticos físicos preparado por professores/tutores qualificados e renomados. O estudo por meio de cursos a distância da FIP, permite a mobilidade e a flexibilidade de horário para quem não possui disponibilidade de realizar cursos presenciais.

- Da Aula Inaugural/Apresentação do Curso: para o início do desenvolvimento do processo de ensino, propõe-se a realização da Aula Inaugural/Apresentação do Curso. Este processo é considerado um encontro de grande relevância tanto para o aluno quanto para a Instituição/polo. Nesta atividade, o aluno recebe informações, desde a

origem da FIP, seus cursos, cidades de abrangência, importância da educação a distância e também, os envolvidos pelo núcleo da EaD na FIP. Os alunos recebem ainda, orientação para utilização do Portal AVA. São repassados todos os links que estão disponíveis no ambiente e explicados o funcionamento de cada um. Na aula inaugural ainda são informados e disponibilizados contatos e horários de tutorias (presencial e on-line) e formas de comunicação síncronas e assíncronas. A aula inaugural é o alicerce do aluno para que ele alcance o seu objetivo de aprendizagem de forma que a Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) possa cumprir o seu papel como disseminador da educação superior.

- Da Flexibilidade: a estrutura curricular dos cursos a distância é flexível nos seguintes aspectos:
 - f) não possui pré-requisitos para cursar as disciplinas;
 - g) os alunos escolhem horários de estudo para integralizar a atividade prevista além de ter opção de baixar textos, documentos e arquivos, assistir videoaulas disponibilizados pelos professores;
 - h) se o aluno reprovar em alguma disciplina ele pode optar por deixar para refazê-la no final do curso, desde que no período máximo de integralização do curso;
 - i) flexibilidade nos horários de realização das provas e estudos,
 - j) acessibilidade em diversas áreas do saber pertinentes ao curso que realiza.

- Da Interdisciplinaridade no Curso: as disciplinas estão distribuídas para o desenvolvimento interdisciplinar dos respectivos saberes dos cursos, visando estabelecer o equilíbrio dos conteúdos ministrados para a formação integral do acadêmico e acontece continuamente em atividades entre disciplinas do curso. A interdisciplinaridade nos cursos a distância ocorre através das atividades que envolvem seminários, visitas técnicas, palestras, simpósios, bem como pelas atividades práticas desenvolvidas.

Os trabalhos que são desenvolvidos na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, além de prático, são também descritivos.

Conforme consta no PPC dos cursos, a tecnologia da educação a distância da FIP, foi desenvolvida para que diferentes pessoas tenham à uma educação de qualidade, primando pela eficiência no processo de aprendizagem e suporte acadêmico contínuo. Para os cursos a distância, propõe-se a utilização do Portal AVA, onde todo o processo de ensino- aprendizagem é realizado com base no material didático (livros e videoaulas) e com o suporte por meio da própria plataforma. O PDF do livro estará disponível para download e as videoaulas serão assistidas no próprio computador do aluno (vídeo streaming).

Para proporcionar a interação e aperfeiçoar o processo de ensinoaprendizagem, é no AVA da FIP que ocorrem processos de comunicação, orientação, avaliação, entre outros aspectos para o desenvolvimento do curso.

Os contatos realizados entre tutores, alunos e atendentes são realizados utilizando tecnologia de informação e comunicação, das seguintes formas:

- a) Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, onde são disponibilizados ferramentas de mural de recados, chat e fórum;
- b) E-mail;
- c) Telefone;
- d) O contato de apoio pode também ser realizado através do envio de materiais de apoio ao aluno pelos serviços de correio, dependendo das dificuldades do acesso à internet, e;
- e) Presencialmente, nos horários de atendimento divulgados pela FIP e seus POLOS (quando houver).

O atendimento individual se dará uma vez por semana ao aluno que a procure, mas também será grupal, organizando e promovendo o compartilhamento de experiências, o confronto das ideias, a formação de atitudes.

Para as atividades a distância o acadêmico será acompanhado, supervisionado e orientado no desenvolvimento teórico-prático do curso. A IES/Curso terá um tutor responsável pelo recebimento e avaliação das atividades realizadas a distância pelos alunos e acompanhará presencialmente parte das atividades práticas e de campo.

A interação entre aluno, tutoria e professores também pode ocorrer por meio do chat das disciplinas durante a realização das aulas interativas. Durante este momento também são utilizados os fóruns, onde aluno lança questionamentos, os quais são acompanhados pelo coordenador ou tutor. Assim, a mediação estabelecida pelo coordenador ou tutor pretende garantir que todas as dúvidas enviadas sejam sanadas no momento da aula.

11.2.6 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Os recursos tecnológicos disponibilizados na Instituição possibilitam avanços em diversas áreas da Instituição, permitindo a inclusão digital e as ações de otimização do tempo, do espaço físico e da ação pedagógica. Muitas

ferramentas oferecem aos discentes e docentes informações e acesso sobre a vida acadêmica, tais como: notas, frequência, matrícula on-line, resumos das aulas, acesso a arquivos de textos e imagens postados pelo professor/tutor, mural de recados, fórum de discussão etc. Há também outras facilidades que permitem ao aluno realizar a pré-matrícula e participar da avaliação institucional via internet.

A IES possui recursos de informação e comunicação realizados principalmente pelo site institucional contendo: portal do aluno e professor entre outros.

Para a informação e comunicação interna a FIP utiliza computadores, wifi, impressoras, equipamentos de multimídia, central telefônica, entre outros. Com a comunidade interna, a divulgação é realizada pelo site institucional da IES e por meio da Coordenadoria de Comunicação que investe na comunicação com o seu público interno (docentes, alunos e servidores) como forma de dar transparência à gestão.

Para a comunicação externa a FIP utiliza as redes sociais (Facebook e Instagram), acessadas tanto por futuros alunos quanto outros públicos que têm algum interesse em conhecer ou se relacionar com a instituição atendendo assim, aos veículos de comunicação que procuram a instituição com o objetivo de solicitar informações acerca dos cursos a serem implantados.

Estes recursos garantem a acessibilidade comunicacional e possibilitam a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica.

Portanto, os recursos de tecnologias de informação e comunicação da FIP, asseguram as ações acadêmico-administrativas prevista nesse PDI, e garantem a acessibilidade comunicacional, possibilitando interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, com a apresentação de soluções tecnológicas inovadoras.

Tais recursos didáticos serão constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, sendo eles:

- ambientes virtuais de aprendizagem;
- blogs;
- chats;
- conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos;

- fóruns eletrônicos;
- objetos de aprendizagem;
- programas específicos de computadores (softwares);
- rádio;
- redes sociais;
- teleconferências;
- telefonia;
- TV;
- Videoconferências.

11.3 Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos

A FIP possui um plano de expansão e atualização de equipamentos que é feito através do acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis. Nele existem indicadores de desempenho e ações associadas à correção do plano.

A previsão para os próximos anos, no que tange a aquisição e atualização de equipamento é um aumento de 45% ao ano.

Expansão

Após aprovação pela direção da FIP, a necessidade de expansão da infraestrutura de tecnologia deve ser encaminhada ao Serviço de Tecnologia da Informação que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Departamento Administrativo para aquisição.

Atualização

Anualmente serão revistas todas as necessidades de atualização tecnológica de equipamentos e softwares da FIP. Estas revisões serão baseadas no orçamento corporativo para investimentos. As revisões acontecem nos meses de Janeiro e Julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Para fazer frente aos desafios da prestação de serviços de Tecnologia da Informação a FIP tem, ao longo do tempo, adequado a Gestão da Tecnologia da

Informação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Atualmente, atende satisfatoriamente os cursos da IES

O Plano Gestor da Tecnologia da Informação tem como objetivo fornecer diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica. Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura;
- Hardware;
- Softwares acadêmicos;
- Equipamentos de rede;
- Sistemas Operacionais;
- Comunicações;
- Pessoas (responsáveis pelos serviços);
- Processos.

11.3.1. Atualização e expansão dos moveis e utensílios

A FIP, preocupado com a implantação de novos cursos, tem o projeto de ampliar suas instalações físicas, bem como a ampliação de seus equipamentos, moveis e utensílios, para a adequação correta de todos os cursos.

TIPO DE ÁREA	QT	Área	Ano
Salas de Aulas	80	4.403,66 m ²	2024/25
Cada sala contará com 50 carteiras universitária, totalizando 4.000, 80 mesas e 80 cadeiras para o professor e 80 datas show. 40 lousa digital			
Salas de Aulas	60	4.403,66 m ²	2028
Cada sala contará com 50 carteiras universitária, totalizando 3.000, 60 mesas e 60 cadeiras para o professor e 60 datas show. 30 lousa digital			
Salas de Coordenações	20	66,5 m ²	2024/2025
Cada Coordenação contará com 1 mesa e 3 cadeiras (totalizando 20 mesas e 60 cadeiras) 20 computadores (um pra cada curso) 20 armários (um pra cada curso) e uma impressora para a coordenação dos cursos			
Sala de Acervo Acadêmico	01	21.68 m ²	2024
A sala conterà, 4 armários de arquivos de documento, 2 mesas com computadores e uma impressora			
Sala Tempo Integral	06	66.17 m ²	2024/25

Cada sala conterá 4 mesas com 8 cadeiras e 4 computadores			
Elevador	01	2,25 m ²	2024/2025
TIPO DE ÁREA	QT	Área	Ano
Laboratórios Anatomia Humana	01	143,98 m ²	2024
Peças anatômicas, bancadas, 25 banquetas, data show, quadro, mesa e cadeira (professor)			
Laboratórios de Odontologia	03	183,98 m ²	2024/2025
Peças anatômicas, Gabinetes odontológicos, 20, mochos 20 banquetas, data show, quadro, mesa e cadeira (professor), aparelho de raio x odontológico 01			
Clínica e laboratórios para o curso de medicina	05	300 m ²	2025/2026
Laboratórios de realística, clinicas médica, consultórios			
Laboratório de Microscopia	02	143,98 m ²	2024/2025
26 Microscópios, bancadas, 26 banquetas, data show, quadro, mesa e cadeira (professor)			
Laboratório de Multidisciplinar	03	163,08 m ²	
26 Microscópios, bancadas, 26 banquetas, data show, quadro, mesa e cadeira (professor)			2024
Anfiteatro	01	320 m ²	2025
Será construído com capacidade para 300 pessoas e contará com aparelhagem de som, data show e palco.			

A política de atualização e expansão dos equipamentos, moveis e utensílios incorporou as tendências atuais da FIP procurando atender ao que preconizam os indicadores da Avaliação das Condições de Ensino do Ministério da Educação – MEC.

A atualização e expansão têm como objetivo normatizar a política de atualização e expansão dos equipamentos, moveis e utensílios da FIP, garantindo o atendimento das necessidades de cada curso e dos interesses da instituição, por meio de ações planejadas e contínuas de seleção, aquisição e descarte.

Assim, a política de atualização e expansão tem os seguintes objetivos:

- I. Estabelecer diretrizes para orientar no processo de seleção e aquisição de material;
- II. Definir critérios para avaliação dos equipamentos, moveis e utensílios considerando as necessidades cada curso da instituição;
- III. Disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com necessidades dos cursos;
- IV. Planejar e prever a disponibilidade dos recursos orçamentários destinados à aquisição;
- V. Definir diretrizes para o descarte de material.

Para que os objetivos sejam alcançados, é fundamental estejam envolvidos no processo de atualização dos equipamentos, moveis e utensílios, coordenadores e professores dos cursos da instituição, para que possam contribuir com seus conhecimentos.

11.3.2 Instalações Acadêmicas

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, com dimensões, em média, de 55m², comportando turmas com 50 alunos.

Todas as salas de aula são mobiliadas com carteiras individuais, lousa digital, quadros, climatizadas com ar condicionado.

A comunidade acadêmica conta ainda com recursos de apoio didático pedagógico como: projetores multimídia, data-shows, aparelhos de televisores, de som.

11.3.3 Instalações Administrativas

São considerados setores administrativos da FIP: financeiro e o administrativo.

O setor financeiro e a tesouraria dispõem para a realização de seus serviços, área física de 24m².

O setor administrativo, composto de sala de Diretoria Geral, sala de Diretoria Acadêmica, sala de atendimento aos alunos, Secretaria e outros, conta com espaços físicos com área aproximada de 54 m².

11.3.4 Áreas de Convivência e Infraestrutura para o desenvolvimento de Atividades Esportivas, de Recreação e Culturais

A instalação predial para atender à área de convivência, cantina e outros serviços, com 203 m². Nesse espaço estão previstos para serem contemplados os serviços de alimentação, reprografia, livraria e outros, além da área de convivência ampla, arejada e confortável.

11.3.5 Instalações para docentes e coordenação do curso

Os docentes da Faculdade Impacto de Porangatu contam com instalações físicas que atendem às necessidades acadêmicas, conforme segue:

Sala de reuniões e dos professores com 59 m², copa cozinha e sanitários, também com 59 m². Para as coordenações de cursos há espaço físico específico, de 36 m².

11.3.6 Anfiteatro

No ano de 2025 a FIP colocará a disposição da comunidade acadêmica um anfiteatro, com 320 m², comportando 300 assentos com braços, equipado com projetor multimídia, tela de projeção, som ambiente, microfone sem fio, Internet e outros serviços áudio visuais cinematográficos.

11.3.7 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias da FIP foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta de dois conjuntos sanitários masculinos e femininos. Cada conjunto possui nove divisórias com vasos sanitários. Existem também instalações sanitárias masculinas e femininas separadas para portadores de necessidades especiais, que possuem um vaso sanitário e uma bancada.

11.3.8 Infraestrutura de Segurança

A instalação da FIP foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio, através da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO 2 nos corredores e laboratórios;
- Saída de emergência;
- Hidrantes;
- Bombas elétrica e a combustível para atender os hidrantes;
- Luminárias de emergência;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas;
- Circuito interno de vigilância com câmeras.
- Laboratórios e equipamentos de informática

11.3.9 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO NORTE GOIANO está atenta às determinações da Portaria Ministerial n.º 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas **portadoras de deficiências**, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento e credenciamento de instituições.

A proposta de apoio didático-pedagógico e psicopedagógico para inclusão educacional da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem por objetivo principal, dar atendimento aos alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos de conduta e também atua na esfera de preservação dos direitos e auxílio aos professores que trabalham com esta clientela especial, além de promover ações de inclusão em sua comunidade.

Deficiências Físicas

Em todo o projeto arquitetônico de suas instalações, foram previstos espaços e facilidades para portadores de deficiências físicas: a eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo-lhe o acesso aos espaços de uso coletivo; a reserva de vagas em estacionamentos nas

proximidades das unidades de serviços e a construção de rampas com corrimãos, elevador para permitir a circulação com cadeiras de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso a cadeira de rodas; a colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas.

Deficiência Visual

No que concerne a alunos portadores de **deficiência visual**, o Instituto de Educação do Norte Goiano assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia em braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e foto copiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- De adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Deficiência Auditiva

Quanto a alunos portadores de **deficiência auditiva**, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De propiciar, sempre que necessário o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- O tradutor e interprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) atuará:
 - I nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;
 - II nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e
 - III no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

- De adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- De proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.
- De disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Transtorno do Espectro Autista

A instituição, em atenção aos princípios da Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas com o **Transtorno do Espectro Autista**, pretende promover e assegurar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- A igualdade de condições para o acesso e a garantia de permanência na instituição, inclusive promovendo a capacitação de profissionais para o atendimento especializado (assistente de ensino e apoio);
- O desenvolvimento de métodos que se adéque aos Autistas para auxiliá-los no processo do ensino e aprendizagem, possibilitando-os a compreensão da capacidade de cada um e pontuando fatores como: a acessibilidade, a avaliação, o planejamento das aulas, o atendimento especializado, a participação dos pais na vida escolar, com o objetivo de estabelecer uma parceria escola-família, bem como respeitado o seu tempo de aprendizado. Dessa forma espera-se que todos esses elementos de forma conjunta possam somar para que cada aluno avance nesse processo de forma particular;
- A socialização com os demais atores da comunidade acadêmica, inclusive com os seus pares, os alunos. E, nesta relação motivar a compreensão e o respeito de uns para com os outros, conhecendo e respeitando a heterogeneidade que cada um representa e respondendo de acordo com suas potencialidades e necessidades apresentadas;
- O atendimento individualizado e reservado em sala de apoio equipada com recursos multifuncionais, necessários e indispensáveis a aprendizagem das pessoas com necessidades especiais sendo de grande importância de acordo à necessidade de cada aluno um ambiente favorável para se desenvolver de maneira saudável;

- A contratação ou formação continuada de professores com formação na área da Educação Especial. O termo professor especializado, conforme a Resolução CNE/CEB N° 2 estabelece, àquele que desenvolve: [...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 78. Art. 18, § 2º). É fato, que a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com a experiência de cada professor. "Mas não existe formação dissociada da prática. Estamos aprendendo ao fazer", é o que pondera Cláudia Pereira Dutra, secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC);
- Ao final, não menos importante, estimular, entre os alunos, o interesse para a pesquisa científica relativa à temática da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, a ser abordada dentro da disciplina "Embasamentos, Econômicos, Políticos e Legais", de caráter obrigatório, contida em todas as matrizes dos cursos de graduação da FIP, em cumprimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tendo em vista a relevância do tema no momento atual que é de construção e respeito às adversidades da pessoa humana.

11.3.10 Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Prioritário

A Faculdade assume a sua vontade pública de incentivo à capacitação das pessoas com necessidades educacionais diferenciadas, por meio de ações inclusivas, bem como a de demanda crescente por profissionais portadores (as) de necessidades especiais qualificados (as) por parte de empresas para atender a Lei nº. 8.213/91. Sendo assim, a FIP está consciente de seu papel na formação destes profissionais, e seu plano de acessibilidade atende os seguintes dispositivos legais:

- A Portaria Ministerial nº. 3.284, de 07 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- O Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que em seu art. 24, estabelece as condições de acesso e utilização de ambientes para portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida nos

estabelecimentos de ensino e no art. 25 regulamenta a guarda de vagas nos estacionamentos para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual.

- O Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Para dar cumprimento a todos os dispositivos legais emanados da esfera federal e do Estado de Goiás, e tornar transparente e foco de gestão acadêmica e administrativa, a FIP objetiva assegurar o acesso e a permanência dos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais. A Infraestrutura dos prédios atende, principalmente àqueles que possuem mobilidade reduzida, possuindo rampas, banheiros adequados, elevador e àqueles com dificuldades visuais piso tátil, facilitando seu deslocamento.

Portanto, todos os prédios possuem instalações completas para portadores de necessidades especiais, como elevadores, banheiros, vagas de estacionamento e mobiliário especial em sala de aula e laboratórios.

Além da adaptação arquitetônica para acessibilidade, é fundamental, ainda, promover ações que colaborem para o rompimento também das barreiras curriculares e atitudinais que possam obstar a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Para tanto, ações serão implantadas e implementadas, tendo em vista que será parte do cotidiano da IES a política inclusiva de pessoas com necessidade educacionais especiais. Sendo assim, destacam-se como principais ações a serem reforçadas no período de 2019 a 2023:

- Capacitação Docente com a oferta de palestras, seminários, minicursos;
- Promoção de debates, palestras, campanhas de conscientização para toda comunidade acadêmica, visando a mudança atitudinal das pessoas.
- Reconhecimento de suas próprias motivações, seus interesses e planos profissionais;
- Aplicação de mecanismos que evitem a interrupção do curso em razão de dificuldades de ordem diversas acadêmicas, financeiras ou pessoais;

- Prestação de apoio psicopedagógico prioritário individual com o envolvimento da família pelo Núcleo Psicopedagógico de Assistência ao Discente - NUPAD;
- Manutenção permanente das condições de uso de rampas, banheiros sanitários, elevadores e sinalizadores;
- Disponibilidade de recursos educacionais tais como: livros didáticos e paradidáticos em Braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa;
- Disponibilização de mobiliário especializado;
- Atendimento prioritário junto às Centrais de Atendimento, na Biblioteca para consulta, empréstimos;
- Atendimento preferencial nos encaminhamentos para estágio e preparação para o mercado de trabalho;
- Disponibilidade de profissional para serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, quando necessário.

Atender aos alunos, auxiliando-os na resolução e encaminhamento de suas dificuldades e conflitos ao longo do curso, facilitando o processo de aquisição do conhecimento e seu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional, promovendo sua integração à comunidade acadêmica é o compromisso da Faculdade Impacto de Porangatu “FIP” com todos os portadores de necessidades especiais.

11.4. Ensino de LIBRAS – Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005

Nos últimos anos a sociedade vem mudando a sua forma de atender pessoas com necessidades especiais. O Decreto nº 5.626/2005 constitui-se no documento mais significativo até o momento, no que se refere às pessoas surdas no Brasil, visto que por meio dele a Língua Brasileira de Sinais, já reconhecida pela Lei nº 10.436/02 foi regulamentada.

No entanto, entre as muitas contribuições do decreto, principalmente em relação à educação de surdos, destaca-se a inclusão da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e disciplina optativa nos cursos de bacharelado e de tecnologia.

A Disciplina de Libras é de fundamental importância para a inclusão social, pois possibilita o acesso à educação para todos independente do acadêmico ser portador de algum tipo de deficiência ou não.

11.4.1. Serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, contemplando novas tecnologias

Compreende-se por Acessibilidade na Web, a oferta de condições plenas para que todos possam compreender, entender, navegar e interagir nos ambientes virtuais, bem como a possibilidade de também contribuir para a web todos os usuários que delas se apropriarem.

Para isso, baseia-se nos quatro princípios da WCAG2.0:

- Princípio 1: Perceptível - A informação e os componentes da interface do usuário têm de ser apresentados aos usuários em formas que eles possam perceber. Isto significa que os usuários devem ser capazes de perceber a informação que está sendo apresentada, não podendo ser invisível para todos os seus sentidos.
- Princípio 2: Operável - Os componentes de interface de usuário e a navegação têm de ser operáveis. Isto significa que os usuários devem ser capazes de operar a interface; a interface de interação não pode exigir interação que o usuário não possa executar.
- Princípio 3: Compreensível - A informação e a operação da interface de usuário têm de ser compreensíveis. Isto significa que os usuários devem ser capazes de compreender as informações, bem como o funcionamento da interface do usuário; o conteúdo ou operação não pode ir além de sua compreensão.
- Princípio 4: Robusto - O conteúdo tem de ser robusto o suficiente para poder ser interpretado de forma concisa por diversos agentes do usuário, incluindo tecnologias assistivas. Isto significa que os usuários devem ser capazes de acessar o conteúdo conforme as tecnologias evoluem; como a tecnologia e os agentes de usuário evoluem, o conteúdo deve permanecer acessível.

Em atendimento ao Decreto nº 5.296/2004 e aos seus princípios de atuação, a FIP adota diretrizes de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou

assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Essas diretrizes são estendidas aos polos de apoio presencial (quando houver), que serão supervisionados tendo esses quesitos verificados detalhada e previamente ao seu credenciamento.

As vídeo aulas e tele aulas contarão com serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou legendas para as turmas em que forem identificados alunos surdos ou com problemas de deficiência auditiva.

Os materiais didáticos institucionais EaD serão adaptados para permitir que sejam usadas diferentes ferramentas tecnológicas que facilitem o aprendizado para cegos e deficientes visuais com os recursos de escrita, leitura e pesquisa de informação. O design educacional vai incluir nas suas práticas possibilidades para tornar as páginas de internet acessíveis a esse perfil de aluno. Os polos de apoio presencial que tiverem alunos cegos ou deficientes visuais serão orientados e apoiados para instalar programas leitores de tela, além da regular sinalização de orientação espacial dos estudantes.

A identificação de alunos com deficiências físicas se dará logo na inscrição para o processo seletivo de forma a permitir que quando da realização das provas já estejam dadas as condições para que os candidatos possam participar plenamente.

11.5. Plano de Acessibilidade

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

É um tema ainda pouco difundido, apesar de sua inegável relevância. Considerando que ela gera resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças culturais e atitudinais. Assim, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para

impulsionar uma nova forma de pensar, de agir, de construir, de comunicar e de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania.

A FIP, com o objetivo de possibilitar à pessoa com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, possui um Plano de Acessibilidade que foi elaborado como forma de proporcionar a implementação de medidas apropriadas para assegurar o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas medidas poderão incluir a identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal.

Existem milhões de pessoas que declaram possuir algum tipo de deficiência, segundo o Censo do IBGE. Assim, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade, esperamos poder contribuir com a sociedade civil, sempre buscando respaldo no Decreto n.º 7.612/2011 e na Lei 13.146/2015

11.6 Biblioteca

A biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP disponibiliza aos vários cursos oferecidos, condições adequadas quanto à área física, acervo de livros, periódicos especializados, Biblioteca Virtual, bem como moderna gestão e informatização do acervo, pautada em política de atualização e expansão, além do acesso às redes de informação.

a) Formas de atualização, expansão do acervo e políticas de utilização da biblioteca

A política de atualização e expansão do Acervo incorporou as tendências atuais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação procurando atender ao que preconizam os padrões da Biblioteconomia e aos indicadores da Avaliação das Condições de Ensino do Ministério da Educação – MEC.

A atualização e expansão está descrito no Regulamento da Biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu e Plano de Atualização do Acervo Bibliográfico que têm como objetivo normatizar a política de atualização do acervo da

Biblioteca da FIP, garantindo o atendimento das necessidades de cada curso e dos interesses da instituição, por meio de ações planejadas e contínuas de seleção, aquisição e descarte de unidades do acervo bibliográfico.

Assim, a política de atualização e expansão tem os seguintes objetivos:

- I. Organizar a formação de coleções em conformidade com a missão da Instituição;
- II. Garantir a atualização e o crescimento racional do acervo nas áreas de atuação da instituição;
- III. Estabelecer diretrizes para orientar no processo de seleção e aquisição de material;
- IV. Definir critérios para avaliação do acervo considerando as necessidades cada curso da instituição;
- V. Disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com necessidades dos cursos;
- VI. Planejar e prever a disponibilidade dos recursos orçamentários destinados à aquisição;
- VII. Definir diretrizes para o descarte de material.

Para que os objetivos sejam alcançados, é fundamental estejam envolvidos no processo de atualização do acervo, coordenadores e professores dos cursos da instituição, para que possam contribuir com seus conhecimentos.

Portanto, cabe ao Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso, com o auxílio do responsável pelo processamento técnico da Biblioteca, manter atualizadas as bibliografias básicas e complementares das disciplinas no Projeto Pedagógico de Curso – PPC.

Também está descrito no Regulamento da Biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu e Plano de Atualização do Acervo Bibliográfico que será implantada uma Comissão Permanente de Seleção de Coleções que terá como função atuar como órgão de assessoramento técnico e científico para atualização do acervo bibliográfico.

Fazem parte da Constituição da Comissão:

- Os Coordenadores de curso na condição de representantes dos NDEs dos respectivos cursos.
- A Bibliotecária responsável pelo Serviço de Processamento Técnico.

São Competências da Comissão:

Cabe aos coordenadores de curso, juntamente com os seus respectivos NDEs e colegiados de cursos levantarem as necessidades de atualizações das referências bibliográficas de cada disciplina presente nas matrizes curriculares dos cursos.

Cabe a Bibliotecária assessorar a escolha das bibliografias considerando as políticas de seleção de coleções estabelecidas neste documento e as diversas fontes de informações e conhecimentos que dispõe e dar andamento ao processo de aquisição por meio do levantamento de orçamentos a serem submetidos para aprovação do Diretor Geral da instituição.

b) Implementação das políticas de atualização do acervo no âmbito do curso

As políticas usadas pela instituição para aquisição de livros, revistas e periódicos seguem critérios pré-estabelecidos, os quais visam atender as necessidades dos cursos por ordem de prioridades geridas nas discussões entre professores e coordenadores de cada curso.

Para efetivação dessa política de atendimento aos cursos, a Biblioteca passa semestralmente uma lista às coordenações de curso para que sejam elencados livros, periódicos, revistas e jornais, vídeos e CD-ROM, etc, que atuam como condição à aprendizagem e suporte teórico para alunos e professores do curso.

O processo de atualização do acervo será feito periodicamente, com aquisições de materiais via compra, doação ou permuta. Para tanto, a biblioteca adotará dois Processos Operacionais que auxiliam na seleção e aquisição de materiais:

- I PAC – Política de Aquisição de Obras para os Projetos Pedagógicos de Cursos - tem o objetivo de normatizar o processo operacional de aquisição de obras para os PPCs. Trata-se de um processo semestral que visa à substituição e inclusão de novos títulos nos ementários deste de que essas alterações sejam validadas pelo NDE e Diretores de Escola.
- II PAP - Política de Atualização Permanente do Acervo - tem o objetivo de atualizar a bibliografia existente por meio da ampliação do quantitativo de exemplares conforme a demanda dos usuários e da necessidade de atualização das edições existentes. Como não implica em mudanças no

ementário de bibliografias dos PPCs, os bibliotecários se responsabilizam pela manutenção deste acervo.

Bibliografia básica

O acervo de livros da bibliografia básica para o funcionamento dos Cursos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia básica tem por base os autores de renome das diversas áreas de conhecimento, em conformidade com os conteúdos do curso. Em cada disciplina foram indicados 3 (três) títulos na bibliografia básica.

Para as disciplinas de todos os semestres dos cursos possuem hoje um acervo de bibliografias básicas de 15 exemplares por unidade curricular, os quais estão tombados junto ao patrimônio da instituição e disponíveis para consulta no acervo físico e acervo digital.

Bibliografia complementar

O acervo complementar dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia complementar tem por base a mesma linha de pensamento estabelecido pelos autores da bibliografia básica, construindo desta forma um elo, porém não deixando de lado as visões de cada autor sobre um determinado assunto.

Em cada disciplina de todos os semestres foram indicados 5 (cinco) títulos na bibliografia complementar e 10 exemplares por unidade curricular, os quais disponíveis para consulta no acervo físico e acervo digital.

Periódicos especializados

Para os cursos, a instituição conta com um grande acervo assinaturas *online* de periódicos especializados (inicialmente, 25 para cada curso), indexado e corrente, abrangendo as principais áreas dos cursos.

c) Informatização da consulta ao acervo

A Biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu funcionará a partir do PROESC (Sistema de Gestão Escolar) com os seguintes módulos: controle de secretaria, gestão financeira, fluxo de caixa, ouvidoria, biblioteca, avaliação institucional, processo seletivo, controle de contas, diário eletrônico, compras, almoxarifado, controle patrimonial.

Este sistema permite coordenar todas as atividades técnicas e humanas de forma precisa e confiável, além de disponibilizar ao alunado e professores, acesso via web a todo o acervo, oportunizando realizar consultas, reservas, renovações dentre outras atividades inerentes ao meio.

Além disso, o sistema atende o controle necessário para o bom funcionamento da biblioteca, como quantidade em estoque, posicionamento do livro na estante, emissão de carteirinha para alunos, professores e outros usuários, organiza e classifica o acervo com mais eficiência, realiza operações de consulta, empréstimos e devoluções com mais agilidade, cadastra autores, assuntos, editores, idiomas e coleções, controla o empréstimo, a reserva e a devolução de exemplares do acervo, emite etiquetas de lombada e código de barras.

d) Horários de funcionamento

Em virtude dos cursos funcionarem no período noturno a biblioteca Faculdade Impacto de Porangatu estará aberta nos seguintes dias e horários:

- I. Segunda à Sexta-feira, das 14:30 às 22:30 horas.
- II. Sábado das 08:00 às 12:00 horas.

e) Bibliotecária

A Biblioteca da Faculdade estará sob a coordenação da bibliotecária:
KARINNE RESENDE MARTINS matrícula no CRB 1ª – 1878

f) Políticas de utilização da biblioteca

O empréstimo do acervo será permitido para usuários previamente cadastrados no sistema de controle do acervo. São duas as modalidades de empréstimo: Consulta local e domiciliar.

Empréstimo Local

Permite que o usuário consulte qualquer obra do acervo em recinto próprio ou em qualquer outro espaço oferecido pela instituição. Para isso, devem ser respeitadas as seguintes normas:

- Em recinto próprio, o usuário poderá desfrutar do material o tempo que desejar, respeitando o horário de funcionamento.
- Para sair com o material, o usuário deverá registrar o empréstimo com um dos atendentes, da mesma forma que é realizado o Empréstimo Domiciliar, a diferença está, que no caso do Empréstimo Local, a devolução do material não deve ultrapassar o limite máximo de 1h (uma hora), entregas depois deste prazo, estarão sujeitas a multas.

Empréstimo Domiciliar

O empréstimo domiciliar está disponível a todos os usuários cadastrados no sistema de controle do acervo, que não estejam em débito e portando a documentação exigida:

- É permitido o empréstimo domiciliar apenas de livros do acervo geral;
- Os prazos de empréstimo domiciliar são diferenciados pela categoria de usuários;
- É vedado o direito de uso dos serviços de empréstimo domiciliar ao usuário que solicitar trancamento de matrícula ou que, por qualquer razão, vier a se desligar da FIP;
- É vedado o empréstimo a usuários portando documentos de terceiros;
- É vedada a retirada para empréstimo domiciliar de materiais pertencentes à Coleção Referência e a Coleção de Consulta Local;
- O usuário não poderá efetuar o empréstimo de mais de um exemplar do mesmo título;
- O usuário deve observar a data de devolução carimbada na papeleta ao final da obra.

Renovação

O usuário pode fazer a renovação das obras emprestadas em seu nome pelos terminais disponíveis na Biblioteca, pelo site da Faculdade ou diretamente no balcão de atendimento, desde que não haja reserva deste material.

Reserva de Livro

Só será reservada a obra não disponível no momento, isto é, obras emprestadas. Após a entrega do material, este será mantido à disposição do usuário até 24 horas. O usuário pode fazer a reserva das obras pelos terminais disponíveis na Biblioteca, pelo site da Faculdade ou diretamente no balcão de atendimento.

Sala de Estudos em Grupo

As Salas de Estudo em grupo são reservadas aos usuários que procuram um espaço no qual possam debater, questionar e fazer explanações entre os membros do grupo.

- A chave da cabine deverá ser solicitada no balcão de atendimento, mediante a presença e apresentação da carteira estudantil de pelo menos um dos usuários.
- Enquanto o usuário estiver de posse da chave é o responsável pela cabine, devendo manter a ordem, silêncio e limpeza.
- Os usuários não poderão se ausentar por mais de 30 minutos, ficando sujeitos a terem o material retirado das mesmas, e a cabine emprestada para outro grupo de usuários.
- Em caso de perda da chave da cabine, o usuário pagará o valor referente a uma cópia da chave.
- A chave deverá ser devolvida ao término de uso da sala.

Auxílio aos Usuários

Em caso de dificuldade na utilização dos serviços fornecidos, deve-se recorrer à Seção de Referência ou ao balcão de atendimento.

Auxílio à elaboração de trabalhos

A coordenação da biblioteca, além de prestar serviços de orientação à realização de trabalhos, também elaborou o Manual de normalização dos trabalhos da Faculdade, este manual tem a finalidade de assistir os discentes de graduação na realização de seus trabalhos técnicos científicos, assim como servir de instrumento de apoio ao corpo docente, dando suporte e enriquecendo a produção científica da Instituição. Fundamentado nas normas da Associação

Brasileira de Normas Técnicas, assegura à comunidade uma ferramenta padronizada e de qualidade.

11.7 Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva

O objetivo principal do Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva é de estabelecer uma sistemática mais eficiente e eficaz da gestão predial, com foco na manutenção preventiva e corretiva. Além disso, uma atuação preventiva traz impactos positivos no que se refere à economicidade de gastos, e principalmente na confiabilidade dos sistemas e instalações que integram as edificações, trazendo segurança e bem estar aos servidores, usuários e terceirizados.

O Plano é destinado aos gestores, supervisores de manutenção, encarregados de postos prediais, empresas contratadas e técnicos de manutenção, dando-lhes informações básicas sobre a edificação, de forma simples, clara e objetiva. Nele serão encontradas as rotinas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas prediais.

Para que a manutenção obtenha os resultados esperados de conservação e crie condições para que seja atingida a vida útil do imóvel, é necessária a implantação de um sistema de gestão de manutenção que contemple o planejamento de atividades e recursos, bem como a execução de cada um deles de acordo com as especificidades de cada empreendimento.

- Equipe de Manutenção Predial não é responsável por realizar grandes reformas ou alterações substanciais nas edificações. As obras de infraestrutura e instalações de médio/grande porte são de competência da Gerência Administrativo e Financeiro da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP).

Fundamentado no exposto a FIP elaborou o Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva o qual estabelece a quem se destina, as atribuições e competências, os procedimentos entre outros.

11.8 Política de guarda e manutenção do acervo acadêmico

A informação sempre se constituirá em um dos mais importantes fatores para a adequada condução de qualquer atividade, ainda mais com o produto ofertado é a educação. Fazê-la chegar, em tempo e hora, aos locais onde é necessária, de modo a possibilitar corretas tomadas de decisão, é uma necessidade permanente e se constitui no desafio maior que qualquer sistema de gestão de documentos precisa superar.

A concepção apresentada neste documento, longe de ser a definitiva, pretende atender as necessidades de gestão da informação na Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, tendo em vista suas condições atuais. É preciso ter presente que essas condições se encontram em constante processo de transformação, decorrente do amadurecimento institucional e da aplicação de modernas técnicas de estruturação organizacional, que buscam a otimização das atividades da IES.

Assim, ao tempo em que se introduz essa nova arquitetura para gestão documental da FIP, pode-se já admitir que mudanças eventuais, ditadas pela dinâmica dessas transformações inevitáveis e necessárias, venham, em curto prazo, modificá-la.

A política de manutenção e guarda do acervo acadêmico da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem o propósito de disseminar a gestão documental das informações acadêmicas na comunidade, entendendo que a informação documental constitui recurso para alcançar a missão, a visão e os objetivos da Instituição.

Para tal ação, projetou-se uma política própria e específica que, ao ser gerenciada, estabelece um conceito único na experiência educacional visando aprimoramento e qualidade do processo de registro e manutenção do acervo, bem como os demais recursos educacionais providos pela Instituição de Educação Superior.

A Política institucional para a implantação, desenvolvimento, manutenção e guarda do Acervo do Acadêmico da FIP vem atender as diretrizes constantes na Portaria MEC Nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, Portaria MEC Nº 315, de 4 de abril de 2018, que instituiu normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico, também do Decreto nº 9.235, de 2017, que dispõe sobre a

digitalização do acervo acadêmico das Instituições de Educação Superior pertencentes ao sistema federal de ensino, e também com a sendo o caso da FIP.

São objetivos da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico:

- Assegurar a organização do acervo acadêmico para averiguação, a qualquer tempo, pelos órgãos e agentes públicos atuantes com fins de regulação, avaliação e supervisão, pela comunidade acadêmica interna e pela Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- Certificar que as especificidades da IES sejam respeitadas dentro do princípio da razoabilidade, tecnologia e sustentabilidade para a guarda e manutenção do acervo acadêmico;
- Definir a implementação do Acervo Acadêmico que será composto de documentos e informações pertencentes a FIP, tendo como base o Código de Classificação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior;
- Direcionar o acervo acadêmico para um processo de digitalização, observando as disposições da Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e do Decreto n.º 1.799, de 30 janeiro de 1996;
- Atender as diretrizes constantes na Portaria MEC Nº 315, DE 4 DE ABRIL DE 2018, que instituiu normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico;
- Garantir que o acervo tenha um “Depositário Acadêmico”;
- Planejar ações de adaptação necessárias à manutenção do acervo, com as normativas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da FIP.

12 DEMOSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

12.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

A gestão econômica e financeira da Faculdade Impacto de Porangatu é definida por sua Mantenedora e executada por suas Diretorias Corporativas e especialmente pela Gerencia Administrativo Financeiro “GEAF” – Os critérios dessa gestão compreendem a austeridade orçamentária, o rigoroso controle das operações, o acompanhamento sistemático da evolução orçamentária, bem como a centralização do processo decisório, como forma de garantir a aderência da política econômica financeira com as definições estratégicas da instituição.

O processo de gestão dessas políticas econômicas e financeiras será controlado através de sistema de gestão integrada o qual compõe os módulos de Compras, Suprimentos, Financeiro, Contábil, Fiscal, Pessoal e Recursos Humanos, Orçamentário e o de Gestão de Contratos.

A gestão econômica financeira da FIP estará alicerçada em quatro pilares, a saber:

- a) Controle diário dos fluxos financeiros: A GEAF realizará diariamente o controle dos fluxos de entrada e saída de recursos em suas contas bancárias e de investimentos, com ênfase à garantia da adequação desses fluxos positivamente, ou seja, a garantia de que os fluxos de entrada não sejam apenas superiores, mas também anteriores aos fluxos de saída, o que permitirá a adimplência da instituição em relação a todas as suas obrigações;
- b) Controle das Rubricas de Custeio: O Departamento de Compras realizará a centralização de todos os procedimentos de Compras, de forma a controlar os fluxos de saída de recursos em sua fonte, ou seja, somente serão realizadas aquisições devidamente autorizadas pela Mantenedora, com aderência aos orçamentos previamente por ela aprovados. A integração do sistema nos módulos de Compras, Orçamentário e Financeiro garantirá que não sejam autorizadas compras previstas nas rubricas aprovadas em cada departamento ou setor.
- c) Controle Orçamentário: A gestão da FIP ocorrerá por meio da elaboração e consolidação dos Orçamentos de suas diversas Diretorias, coordenações e demais áreas de gestão, o que lhe permitirá o acompanhamento sistemático das previsões de fluxos financeiros. Como a gestão será centralizada, todas as operações necessariamente derivam

das decisões da Mantenedora, o que garantirá a assertividade e a sistematização no acompanhamento orçamentário da IES.

- d) Autofinanciamento das Operações: A FIP primará por não realizar endividamentos para o suporte de suas operações, o que irá lhe conferir maior agilidade e capacidade de reação em caso de oscilações no ambiente externo. Nesse sentido, seus resultados serão redirecionados para reinvestimentos, o que lhe assegurará um nível de dependência financeira desprezível, item esse bastante positivo em um setor de grande concorrência, como é o setor educacional.

12.1.1 Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna

Como a maior parte dos recursos financeiros da instituição serão representados, pelas mensalidades escolares a FIP procurará ampliar suas fontes de receita para assegurar a excelência da ação acadêmica, a qual exige recursos humanos qualificados e infraestrutura física adequada. Compatibilizar a sustentabilidade financeira com a qualidade acadêmica e o compromisso social da Instituição representará um desafio para a gestão da FIP durante o quinquênio do PDI.

O programa de pós-graduação *lato sensu* contribuirá para a sustentabilidade financeira da Faculdade e atuara como elemento fundamental para a formação continuada dos egressos e como fonte de receita adicional.

De forma semelhante, os programas relacionados à extensão contribuirão com a sustentabilidade financeira da IES ao ofertarem diversos cursos de aperfeiçoamento, atualização e capacitação em diferentes áreas do conhecimento.

A FIP também leve em consideração as demandas apontadas nos relatórios de avaliações interna realizadas pela CPA, seja de curso ou Institucional.

A acirrada concorrência no mercado privado de ensino superior, aliado ao panorama econômico nacional, exigirá que a FIP busque maior eficiência administrativa e operacional, mantendo sua sustentação financeira.

O custo com pessoal e encargos acompanhará o crescimento da FIP não somente em quantitativo de colaboradores bem como pela remuneração h/aula na medida em que se amplia no quadro docente a proporção de colaboradores com maior titulação acadêmica.

12.1.2 Políticas de Captação e Alocação de Recursos

As receitas auferidas pela FIP serão oriundas do recebimento das mensalidades dos alunos, quer seja paga pelos próprios ou por seus responsáveis financeiros, de onde se destacam empregadores que investem na formação de seus colaboradores. A Faculdade realizará convênio com dezenas de empresas e prefeituras que oferecem esta política de benefício aos seus empregados. Diante da expansão da oferta de recursos por parte do Governo Federal, por intermédio do FNDE, para concessão de financiamento educacional – o FIES, a IES optará pela aceitação de alunos que aderiram ao FIES e para tanto montará uma Central de Atendimento destinada exclusivamente ao atendimento de alunos que tenham bolsas, financiamentos e convênios. Essa alocação de recursos visa dar cumprimento aos objetivos e metas estabelecidos neste PDI, financiando diversos programas, projetos e planos de ação, os quais serão perfeitamente aportados pela instituição num contexto de sustentabilidade financeira plena.

As mensalidades serão pagas por meio de boleto bancário, com vencimento a cada dia 5, emitido e processado pelo sistema acadêmico, o que garantirá a readequação dos níveis de caixa após o pagamento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias. A aplicação de uma política com descontos escalonados de acordo com a data de vencimento, em que o aluno perderá gradativamente percentuais de descontos à medida que deixar de cumprir com o pagamento em dia, resultará em bons níveis de recebimento dentro das datas de vencimento, o que reduzirá significativamente a inadimplência.

12.1.3 Políticas Financeiras e Orçamentárias

Os planos orçamentários elaborados pela FIP serão cuidadosos na previsão de valores com vistas ao financiamento das despesas de manutenção e atualização das instalações físicas e tecnológicas. Tais valores serão aprovados pela Mantenedora no momento da elaboração dos orçamentos e acompanhados de forma integrada a cada aprovação da Autorização de Fornecimento. A elaboração de tais orçamentos será feita no âmbito de diretoria,

amparado e precificado nos Projetos e Planos de ação que serão propostos pelas coordenações de núcleo e de cursos. Uma vez consolidado o orçamento anual o mesmo será submetido a aprovação junto à Mantenedora, que alinhado às expectativas de ofertas de cursos com matrículas dos alunos, será aprovado para ser lançado no sistema de acompanhamento e execução orçamentária.

Visando garantir a adequação dos fluxos financeiros, a FIP determinará regras para pagamento de suas obrigações junto aos seus principais fornecedores, conforme Tabela abaixo:

	Pagamento (*)
Fornecedores de Serviços Continuados	dia 10
Entre os dias 1º e 10	dia 20
Entre os dias 11 e 20	dia 30
Entre os dias 21 e 30	dia 10

(*) Previsão das datas de pagamentos

A execução orçamentária também será garantida por meio de rigoroso acompanhamento da inadimplência, com a implementação de política de cobrança, a cargo de empresa especializada, visando a recuperação desses créditos, em ações de cobrança conforme determina a Lei, incluindo:

- a) Envio de correspondências aos alunos inadimplentes apontando oportunidade de comparecimento à central financeira para quitação de seus débitos.
- b) Encaminhamento dos registros de inadimplência para empresa especializada proceder à negativação em serviços de proteção ao crédito e cobrança a das mensalidades em atraso.
- c) Expedição de aviso de não pagamento das mensalidades a cartório para fins de protesto.

12.2 Previsão Orçamentária

A gestão econômica financeira da FIP será executada de tal forma a garantir os recursos necessários para o financiamento dos diversos Programas de Ensino e Extensão da IES, cujo processo orçamentário será elaborado considerando os aspectos acadêmicos, de forma a garantir a alocação de recursos suficientes para o financiamento dessas atividades.

Nesse sentido, as receitas são aplicadas em quase sua totalidade no desenvolvimento de estruturas acadêmicas, administrativas e tecnológicas que garantam a consecução dos objetivos propostos. O planejamento prevê a alocação de recursos para assumir despesas correntes, de capital e de investimento, sempre primando pela consecução das propostas acadêmicas e estrutura administrativa existente, conforme a Tabela abaixo, onde se identifica a perfeita capacidade financeira da IES em suportar suas operações, bem como garantir o fluxo futuro de recursos para fazer frente ao seu plano de expansão.

A previsão de receitas e despesas para o prazo de vigência deste PDI é a vigente no quadro protocolado no processo de Credenciamento da IES, junto ao Sistema e-MEC.

GERAL	2024	2025	2026	2027	2028
Totalização Geral					
ANO	RECEITAS	DESPESAS	TOTAL GERAL		
2024	R\$ 1.866.236,90	R\$ -1.822.724,65	R\$ 43.512,25		
2025	R\$ 2.010.005,05	R\$ -1.877.406,40	R\$ 132.598,65		
2026	R\$ 2.192.551,57	R\$ -1.971.276,70	R\$ 221.274,87		
2027	R\$ 2.295.799,17	R\$ -2.030.415,01	R\$ 265.384,16		
2028	R\$ 2.440.600,87	R\$ -2.131.935,76	R\$ 308.665,11		

12.3 Planos de Investimentos

Conforme descrito ao longo do PDI, a FIP tem um arrojado plano de expansão, crescimento e reorganização técnico-administrativa bem como os credenciamentos de novos cursos. Há previsão e preparação para ampliação de alunos mediante oferta de novos cursos nos seguintes anos:

Dentre os cursos propostos durante a vigência do PDI a FIP solicitará autorização para oferta de cursos de graduação na modalidade presencial de acordo com o quadro abaixo:

Nome do Curso	Habilitação	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Fisioterapia	Bacharelado	100	50	2	Noturno	Sede	2024
Terapia Ocupacional	Bacharelado	100	50	2	Noturno	Sede	2025

A FIP também solicitará a autorização para oferta de cursos de graduação na modalidade a Distância (EaD) de acordo com o quadro abaixo:

Nome do Curso	Habilitação	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Terapia Ocupacional	Bacharelado	400	100	4	NSA	Sede	2025
Teologia	Licenciatura	400	100	4	NSA	Sede	2025
Ciências Contábeis	Bacharelado	400	100	4	NSA	Sede	2025

Programação de abertura dos Cursos de Pós-graduação (*Lato Sensu*)

A implantação dos cursos presenciais e em EaD de pós-graduação *lato sensu* durante a vigência do PDI se dará da seguinte forma:

Nome do Curso	Nº de vagas anual	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno	Local	Ano previsto para a solicitação
Gestão Educacional	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Metodologia do Ensino de História	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Psicopedagogia	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Metodologia do Ens. de Educação Inclusiva com Ênfase em LIBRAS	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Gestão de Projetos na Construção	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2024
Saúde Pública	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Estética e Cosmética	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Farmacologia Clínica	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Enfermagem do Trabalho	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Gestão em Administração Pública	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Gestão em Serviço Social	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2025
Gestão em Logística	200	50	4	Integral/Modular	Sede/polo	2026

Nesse contexto, o plano de investimentos evidencia o compromisso da FIP com seu PDI, estando perfeitamente apta a executá-lo do ponto de vista técnico e financeiro, conforme relatado.

Merecem destaques alguns pontos no Plano de Investimentos acima apresentado.

- O item “Expansão de Infraestrutura” refere-se ao investimento em infraestrutura física que compreende:
 - Preparação e ampliação das instalações que atenderão à expansão de novos cursos presenciais e em EaD. Neste conjunto estão incluídas as salas de aula, laboratórios, espaços administrativos, de convivência bem como instalações para práticas esportivas;
 - Alocação de espaços físicos, salas de aula, laboratórios e instalações para funcionamento dos polos de EaD;
 - Ampliação das instalações para atendimento aos portadores de necessidades especiais, tanto nas questões operacionais quanto nas questões de acesso.
- Os investimentos em “Equipamentos de Informática” e em “Móveis e Equipamentos Operacionais” referem-se à adequação das estruturas de funcionamento, visando dar maior comodidade aos alunos e colaboradores durante o processo de prestação de serviços;
- Os investimentos em “Acervo Bibliográfico” demonstram a relevante preocupação da FIP com a constante atualização de seu acervo bibliográfico. Neste quesito se percebe valor crescente para fazer face às demandas não apenas na unidade de ensino presencial como também nos polos EaD que serão criados;
- Os itens de investimentos em “Capacitação”, tanto técnico-administrativo como docente, registram os investimentos que serão alocados na permanente formação dos colaboradores através da concessão de Bolsas de Estudo nos cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu da FIP, bem por meio de treinamentos internos, cursos de gestão para Diretores, Coordenadores e Encarregados de Setor, cursos de curta e média duração para atualização didática para professores, tutores etc.;
- Os investimentos em “Atualização Tecnológica e Software de Gestão” representam os projetos de expansão do sistema ERP bem como sua plena integração com os sistemas acadêmicos. Neste quesito são observadas as necessidades de disponibilidade, segurança e integridade dos dados acadêmicos e financeiros. Para tanto os equipamentos e os sistemas são mantidos em suas versões mais recentes oferecidas pelos fornecedores.

Ressalta-se, por fim, que os valores dos investimentos podem ser integralmente suportados pelas operações da FIP, como demonstra seu plano orçamentário.

Adicionalmente, caso venha optar no futuro por alavancagem de investimentos, a FIP conta com créditos junto ao sistema financeiro nacional para captações que vierem a ser necessárias. A solidez financeira e o histórico de aplicador do Grupo garantem acesso a tais programas sem maiores dificuldades.

13 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1- Presidência da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, D.O.U de 10/05/06, que em seu Art. 16 <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>, acesso em: setembro 2024.
- 2- Presidência da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, D.O.U. de 10.01.2001, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm, acesso em: setembro 2024.
- 3- ARAÚJO, R. S. de; MESQUITA, E. J. A. A expansão da educação a distância no Brasil e as contradições entre capital e trabalho. Revista Internacional de Educação Superior, [s. l.], v. 7, p. e021041–e021041, 2021.
- 4- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, <http://cod.ibge.gov.br/BFI>, acesso em: novembro 2024.
- 5- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Cartilha como Implantar a A3P. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2013.
- 6- BOTOMÉ, Silvio Paulo. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária, Petrópolis / São Carlos/ Caxias do Sul, Vozes/ EDUFSCar/ EDUCS.
- 7- CALDERÓN, Adolfo Ignacio; FORNALSKI, Rodrigo Pedro; VARGAS, Maria Caroline; Interface – Comunicação, Saúde Educação, Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco, Programa de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Rod. Dom Pedro I, Km 36, Parque das Universidades. Campinas, SP, Brasil. 13.086-900.
- 8- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual.–Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.
- 9- Presidência da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em: setembro 2024.
- 10- Ministério da Educação e Desporto, Portaria N.º 301, de 7 de abril de 1998, DOU de 9 de abril de 1998, Normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf>, acesso em: outubro 2024.

- 11- CNE/CES, Resolução Nº1/2001 Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>, acesso em: novembro 2024.
- 12- Presidência da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, SINAES, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm, acesso em: setembro 2023.
- 13- Presidência da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm, acesso em: setembro 2024
- 14- Ministério da Educação, Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>, acesso em: novembro 2024.
- 15 - Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. [online]. Brasília: Inep, 2016. [citado 2016-11-16]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>